

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES-
AGRICULTORES DO LITORAL SUL DO RIO GRANDE DO NORTE

- FRANCISCA DE SOUZA MILLER -

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ORIENTADOR: ROBERTO MOTTA

39
M6470

PT

Recife, 30 de dezembro de 1992.

Universidade Federal de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL
CIDADE UNIVERSITÁRIA
50.739 - Recife - Pernambuco - Brasil

299-25/03/93 PIU

PE-00002091-0

Ao Exmo: 171612

IV.06

CPD PE000020910 LOCAL BC
REG 93/00299BC
CHM 39/M6470//TESE/BC
OBS EMPR/PROIBIDO

ABSTRATO

O presente trabalho investiga a organização social dos pescadores dentro de um contexto ecológico, na comunidade de pesca da Barra de Tabatinga, RN, frente às mudanças introduzidas por turistas e veranistas, a partir da década de 80. Mostra que, nesta comunidade, a organização social do trabalho e a divisão da produção não seguem o padrão tradicional de outras comunidades de pesca artesanal. Conclui que a ausência de estratificação social e a baixa produtividade se deve à tecnologia rústica ainda utilizada por estes pescadores, onde o excedente de produção é o suficiente apenas para sobreviver, já que o lucro marginal do capital é muito baixo em relação ao retorno do trabalho.

DEDICATÓRIA

Aos pescadores-agricultores da Barra de Tabatinga, sem
os quais este trabalho não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Na realização deste trabalho, contamos com a colaboração valiosa de algumas pessoas. Aproveitamos o ensejo para agradecer ao Prof. Dr. Roberto Motta, pela orientação paciente, durante toda trajetória da realização desta dissertação; à Prof^a Dr^a Simone Carneiro Maldonado (UFPB), ao Prof. Dr. Tom O. Miller Jr (UFRN) e ao Prof. Dr. Russell Parry Scott (UFPE) que muito nos estimularam com sugestões e críticas valiosas; ao Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho (UFRJ), pelas observações que fez, por ocasião da leitura de um capítulo deste trabalho; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela ajuda financeira que forneceu durante dois anos e meio, à Universidade Regional do RN (URRN), que possibilitou nossa saída para o curso de Pós-Graduação; e ao Prof. Dr. Waldson Pinheiro, que revisou meu português na introdução desta tese.

Í N D I C E

- INTRODUÇÃO	01
- CAPÍTULO I	
. NOSSO UNIVERSO E SEUS FUNDAMENTOS	09
2.1- Ótica Metodológica na Análise dos Dados	14
- CAPÍTULO II	
. O HOMEM E SEU AMBIENTE	20
2.1- Utilização de Produtos Silvestres e Árvores Frutíferas.....	21
2.2- Utilização dos Recursos Aquáticos	28
2.3- Tecnologia Pesqueira e o Alcance dos Barcos	33
2.4- A Questão da Terra e a Agricultura na Barra de Tabatinga	41
2.4.1- A Terra	41
2.4.2- A Agricultura	46
2.5- Conservação dos Alimentos	52
2.6- Comercialização	53
2.7- Pluralismo	55
- CAPÍTULO III	
. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	61
3.1- Parentesco e Relações Sociais	61
3.2- Organização Social da Pesca	62
3.3- Trabalho Doméstico	77
3.4- A Casa de Farinha	79
3.5- Artesanato	81
3.6- Divisão do Trabalho e da Produção	82
3.7- Ideologia	87

- CAPÍTULO IV

. ELEMENTOS DE MUDANÇA SOCIAL	91
4.1- Explicitação do Conceito	91
4.2- Fatores Externas de Mudança	92
4.3- Mudança em Barra de Tabatinga	96
4.4- A Especulação Turística e Imobiliária.....	100
- CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
- BIBLIOGRAFIA	132

"A ciência é a procura da verdade; não é um jogo no qual uma pessoa tenta bater seus oponentes, prejudicar outras pessoas"!!

Linus Pauling

INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela atividade dos pescadores começou durante o treinamento de pessoal de um curso de Antropologia Marinha em um projeto piloto, na praia de Búzios, município de Nísia Floresta, RN. Tendo o curso sido ministrado na própria praia, foi possível observar de perto alguns dos problemas enfrentados por esta comunidade. Através de um levantamento feito pela equipe de Tom Miller (da qual eu fazia parte), chegou-se à conclusão de que existem muito poucas informações científicas sobre as comunidades litorâneas do Brasil (Diegues, Miller, 1983), algumas das melhores tendo sido publicadas no Exterior em língua estrangeira (Forman, Mussolini, 1952). Nada tinha sido levantado sobre a renda ou produção da unidade familiar das comunidades de pesca artesanal do Rio Grande do Norte que pudesse servir de subsídio para o conhecimento delas e conduzir ao desenvolvimento comunitário ou regional, com a inclusão dessas comunidades de pesca.

Ao terminar a pesquisa com os pescadores de Búzios, alguns membros da equipe resolveram empreender uma série de pesquisas em Pirangi do Sul, que fica na mesma área, com a idéia de aprofundar os conhecimentos essenciais de uma comunidade sob o impacto de grandes mudanças com a implantação de uma empresa de pesca no local.

A pesquisa cujos resultados passamos a expor foi realizada na comunidade litorânea da Barra de Tabatinga, localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Norte e, como as outras duas comunidades já mencionadas, pertencente ao município de Nísia Floresta. Escolhi este grupo como universo da pesquisa por já ter tido contato com eles em 1982 e por ser esta uma das últimas comunidades da microrregião sul, onde ainda se pratica a pesca artesanal.

Na tentativa de compreender melhor esse tipo de comuni

dade, senti a necessidade de tomar conhecimento de outras análises antropológicas de comunidades de pescadores, realizadas não só no Brasil como também na Europa, sob o título de Etnografia Marítima (Maldonado, 1988; Mollat, 1979) e na América como Antropologia Marítima (Smith, 1977; Diegues, 1983; Maldonado, 1986). A leitura de outras etnografias justificase pelo fato de que, estando estas comunidades lidando com o mesmo tipo de meio ambiente e tecnologia, existem semelhanças estruturais com a pesca das comunidades litorâneas nordestinas, o que pode servir de evidência para a universalidade do que constitui a pesca artesanal. Assim, serão utilizados como temas paralelos de análise os resultados dessas e de outras pesquisas sobre a mesma temática, sobretudo os trabalhos feitos entre os pescadores de outros Estados do Brasil (Kottak, 1966; Willems, 1966; Forman, 1967; Motta, 1979; Diegues, 1983; Maldonado, 1986; Cordell, 1989) e os estudos sobre as tradições pesqueiras escandinavas e canadenses.

Como minha primeira experiência de pesquisa com pescadores aconteceu em 1983 junto às comunidades de Pirangi do Sul e Búzios, a necessidade de me referir a elas se justifica por já terem passado pelo mesmo processo de mudança estrutural iniciada por forças externas que a comunidade da Barra somente agora começou a passar, além de estarem ligadas a Barra por fortes laços de parentesco e vizinhança.

De 1982 a 1984, a estrada que liga Natal a Barra de Tabatinga, passando por Pirangi do Sul, só era pavimentada até Búzios, que fica a 3 km da Barra. A localização geográfica das duas comunidades sempre foi de melhor acesso do que a localização da comunidade da Barra. Enquanto Pirangi do Sul e Búzios ficam em terrenos planos, facilitando na época um contato maior entre estas e a sociedade mais ampla, a Barra de Tabatinga fica sobre uma barreira que até 1985 ainda desmoronava, levando junto parte da estrada de barro que dava acesso a esse grupo de pescadores-agricultores. Assim, só era possível chegar até lá via Nísia

Floresta ou mesmo pelo mar.

Enquanto as dificuldades de acesso mantiveram (segundo os próprios informantes) a Barra de Tabatinga isolada até 1985, durante os anos de 1983 a 1984, tivemos a oportunidade de observar que a presença de veranistas e turistas nas comunidades de Pirangi do Sul e Búzios foram as causas principais da rápida mudança tanto na economia quanto no padrão valorativo desses grupos.

O processo de urbanização (intensificado principalmente a partir da construção da rodovia Br-101) e a expansão do setor turístico na região trouxeram grandes mudanças que desarticularam a cultura praieira a tal ponto que muitas já foram totalmente descaracterizadas. E não podia ser diferente, já que se trata de dois padrões diferentes e opostos de ocupação do espaço, tanto na sua estrutura e na sua lógica quanto nos seus objetivos: os pescadores, como moradores tradicionais, já encompassados pelo ecossistema; os hotéis, veranistas, restaurantes, turistas como um universo de presença oscilante, sazonal, visando lazer, ócio, prazer e lucro. As modificações bruscas nos padrões econômicos e valorativos, criando novas expectativas nesses grupos, provocaram uma mudança na sua organização social. O que víamos já não correspondia mais ao tipo de organização social tradicional descrita pelas pessoas idosas dessas comunidades.

No caso das duas comunidades vizinhas à Barra de Tabatinga, a possibilidade de uso de uma nova tecnologia, em vez da tecnologia artesanal, e a valorização e vontade de possuir os barcos motorizados, reforçados pelos meios de comunicação e a empresa de pesca, fez com que muitas pessoas passassem a procurar trabalhos mais rentáveis.

Já na Barra de Tabatinga, essas mudanças são bem mais recentes, restando ainda muito do que se pode chamar de organização social tradicional. A maioria dos moradores dessa comunidade ainda

tem um pedaço de terra para plantar, além de duas lagoas muito utilizadas para lavagem de roupa e um trecho da Mata Atlântica onde as crianças fazem coleta de frutas e os homens tiram madeira para fazer o carvão e cipó para a confecção de cestos.

Diferentemente das comunidades vizinhas, os moradores da Barra não sofreram o processo de grilagem por que as outras passaram, e a forma como seus pescadores enfrentaram essas mudanças não foi a mesma ocorrida entre os pescadores de Pirangi do Sul e Búzios. Com os novos contatos, muitos moradores da comunidade da Barra venderam parte de suas terras por iniciativa própria, mas é como se estivessem escolhendo, entre as inovações trazidas por turistas e veranistas, o que é bom para eles e o que não é. O que quero dizer é que, apesar do grande número de veranistas na área, os nativos ainda parecem ser os donos da situação.

Este é apenas um breve resumo de algumas das muitas modificações ocorridas nessas comunidades, mas que sugere a necessidade de estudos para se compreender melhor a dinâmica desses processos.

Como sabemos, para se fazer um estudo de mudança, é necessário comparar o antes com o depois envolvendo, portanto, a diacronia. Embora nossa intenção aqui não seja esgotar a temática sobre mudança, penso em dar minha contribuição ocupando-me com a investigação da organização social do trabalho doméstico e comunitário dentro de um contexto ecológico, na comunidade de pesca da Barra de Tabatinga. Sabemos que esta comunidade encontrava-se praticamente isolada até 1985, quando a rodovia Ponta Negra - Barra de Tabatinga foi aberta. Desta forma, utilizei muitas informações da década de 70, quando ainda havia todas as características de uma comunidade rural tradicional. Assim, foi possível visualizar melhor as mudanças ocorridas na organização social tradicional dessa população comparando o passado com o presente.

A situação sócio-econômico-cultural das comunidades litorâneas antes da chegada dos veranistas tinha muito a ver com as qualidades específicas do meio ambiente em que viviam (Hewes, 1948). A organização social do trabalho dos homens e das mulheres era feito a partir de uma tecnologia artesanal mais adaptada às condições peculiares do meio aquático do que ao meio terrestre. Inclusive a própria jangada, os cestos, as redes de pesca, a cerca de peixe, as casas e os móveis. Tudo isto adaptado às condições do meio aquático, bem distintas do meio terrestre. No caso da Barra de Tabatinga, este quadro se modificou com a pavimentação da estrada Pirangi do Norte - Barra de Tabatinga em 1986 e a chegada dos veranistas. Isto implicou necessariamente numa reorganização dos meios e das formas de produção. Acredito que adaptação é aqui um conceito chave e que pode proporcionar uma melhor compreensão das novas formas de produção e reprodução com relação aos diferentes usos dos ambientes (uma vez que, diferente da comunidade de Pirangi do Sul, esse grupo dispõe também da terra para sua subsistência) e às modificações na economia desses pescadores, que podem ter sido mais a nível de uma readaptação às novas condições materiais de vida.

No caso de Pirangi do Sul, as mudanças fizeram com que a comunidade deixasse de seguir as normas tradicionais sem ter, ao mesmo tempo, condições de seguir as normas urbanas. Aqui, a comunidade começou a entrar num processo que Roberto Motta (1979) chama de atomização social. Isto significa que esse grupo de pescadores não tem mais sua comunidade como ponto de referência e vê na sociedade envolvente um modelo a seguir.

Como o leitor verá, a forma como essa comunidade recebeu as mudanças vindas de fora foi bastante distinta das outras duas comunidades já comentadas. Não havendo nela uma empresa de pesca, ainda existe muito do que se pode chamar de tradicional na tecnologia usada por seus pescadores que ainda prezam muito sua liberdade.

Partindo da perspectiva de que a Antropologia Cultural deve privilegiar a Ecologia Cultural, a tarefa desta pesquisadora constitui em descrever, através do que os informantes disseram e do que pôde observar, o tipo de relacionamento desta comunidade de pescadores com seu meio ambiente, isto é, o modo como esses homens se organizam em função da produção e reprodução das condições materiais de vida. Para isto, algumas leituras de textos de Marvin Harris me ajudaram bastante, já que a base do materialismo cultural com o qual este autor trabalha dirige a atenção para a relação entre o comportamento e o meio ambiente.

Neste trabalho, concebe-se adaptação como um desenvolvimento no sentido de elevar ao máximo as possibilidades de sobrevivência na direção de maior eficiência (especialização) no aproveitamento de determinado "nicho ecológico" (Miller, 1978).

A Etnologia e a Antropologia Marítimas das quais falei no início deste trabalho, mesmo os estudos que não se inserem no materialismo cultural, têm privilegiado a questão da apropriação da natureza pelos pescadores. Os Escandinavos (sobretudo Lofgren, 1979) são adeptos dos conceitos de "adaptações marítimas" ou de "ecótipos marítimos" para se referirem aos traços sócio-culturais que as sociedades marítimas desenvolvem no seu trato com o meio ambiente.

Conceber adaptação com o sentido descrito acima, talvez, como afirma Viertler, não signifique que a convivência e sobrevivência sejam "melhores" ou "mais vantajosas" para o indivíduo; adaptar-se significa "lograr sobreviver" não extinguir-se como cultura humana ou grupo étnico (Viertler, 1988). Estando ciente da conotação de circularidade que envolve este conceito, como bem coloca Kaplan e Manners (1975, 129-131), pretendo mostrar que esse grupo de pescadores-agricultores consegue lograr sua sobrevivência através da habilidade que os sistemas possuem de reagir ao seu meio circundante de modo favorável à sua própria operacionalidade ou sobrevivência.

Segundo Berrien (1968: 63), adaptação "é um processo extensor de sobrevivência e ocorre quando um ipput potencialmente danoso (erro) do suprassistema é bloqueado ou dissipado na fronteira ou neutralizado dentro do sistema" (ibid: 136), e ainda que "tais sistemas desenvolvem outputs coordenados que os deslocam na direção de maior, em vez de menor, estabilidade (proposição nº 4.8)" (ibid: 163).

A vida social, o sistema de parentesco, a divisão do trabalho, as redes de solidariedade e as práticas sociais de modo geral podem ser tomadas como aspectos dessa "adaptação". É nesta perspectiva que se pretende tentar compreender melhor a organização social desse grupo.

A organização social tem sido comumente diferenciado de "estrutura social". Como Firth, acredita-se que, quanto mais se pensa na estrutura de uma sociedade em termos abstratos como um grupo de relações ou padrões ideais, mais necessário se torna pensar separadamente na organização social em termos de atividades concretas. É na rede de relações inter-humanas que se estende no tempo e no espaço que se encontra o princípio da continuidade da sociedade, enquanto que é no conjunto de todas as atividades sociais realizadas numa dada sociedade humana, a um determinado tempo, que se encontra o princípio da variação ou da mudança, pois aí é viabilizada a avaliação de situações e a participação da escolha individual.

A organização do trabalho para agricultores é necessariamente diferente da de pescadores. Vai ser diferente entre operários numa fábrica. Como sabemos, o tipo de economia relaciona-se com a organização social, uma vez que a maneira pela qual a sociedade divide as tarefas, depende, naturalmente, da própria natureza e exigência dessas mesmas tarefas. (Miller, 1978)

A exposição que se segue está organizada em quatro ca

pítulos que assim se distribuem: o capítulo I trata da experiência de campo e ótica metodológica na análise dos dados; o capítulo II fala sobre a divisão do trabalho, questões fundiárias e outras práticas sociais; o capítulo III contém informações sobre parentesco e relações sociais, onde as relações de parentesco (consangüíneo, afim e ritual) mostram-se bastante significantes no plano da interação entre os indivíduos como também da organização do trabalho (relação que o antropólogo constrói com o universo dos seus informantes, onde o nosso famoso "outro" não é absolutamente transparente e as suas emoções sinalizam o que ele deseja vai ou não dizer, o "estilo perpendicular" de que fala Maldonado em sua tese); finalmente, o capítulo IV aborda aspectos relacionados à mudança social e à expropriação do espaço do pescador frente à expansão imobiliária na microrregião sul do estado do Rio Grande do Norte. Uma conclusão procura sumarizar os resultados do estudo sem, contudo, esgotar o tema que merece ainda ser aprofundado.

CAPÍTULO I

NOSSO UNIVERSO E SEUS FUNDAMENTOS

Antes de tudo, gostaria de salientar mais uma vez que poucos estudos científicos foram feitos em comunidades de pescadores. Assim, ao nosso ver, o forte deste trabalho é o fato deste ser um estudo etnográfico que descreve fenômenos sócio-culturais em uma área que ainda não havia sido pesquisada.

Assim, sendo este um trabalho pioneiro, "reconhecemos explicitamente o valor de estudos descritivos, particularmente quando com enfoque em espécies de fenômenos sócio-culturais ainda pouco 'mapeados' por antropólogos. Estes estudos descritivos amplos são um elo importante na corrente de pesquisa antropológica, pois assentam os alicerces para estudos no testar de hipóteses" (Brim e Spain, 1974: 1-2)

Barra de Tabatinga, local da pesquisa, fica no litoral sul do Rio Grande do Norte, no Município de Nísia Floresta, a 35 quilômetros de Natal. (Ver Mapas e Fotografias em Anexo).

A região possui um clima tropical, modificado pelos alísios, e com uma vegetação de mata atlântica latifoliada, em extermínio.

Quem chega à Barra de Tabatinga pode ver logo na entrada do lado direito da estrada o cemitério, uma pousada, e em seguida uma fila de barracas cobertas de palha de coqueiro das rendeiras, principalmente, de Alcançus, sendo apenas duas são das rendeiras de nossa comunidade. Ainda, em meio aos coqueirais, do lado esquerdo da estrada de frente, a fila de barraca das rendeiras, sobre a barreira que dá para a baía da Barra, fica o restaurante Mirante. Andando mais um pouco, verá em seguida a capela que fica justamente no meio da rua principal próximo às ruínas da primeira casa de farinha da comunidade, ficando de um lado o bar "Nugrau" e do outro, o Restaurante "o Recantão".

As habitações, cerca de 80 casas, encontram-se disper sas e embora a distância que as separe seja pequena, não há nenhuma ordem na sua disposição.

Para os nativos da Barra de Tabatinga há uma divisão espacial da vila em 2 partes contíguas: a área ocupada pela capela recebe a denominação de "Tabatinga", enquanto que a outra, onde se concentram o maior número de casas, o chafariz, a escola, o clube municipal, a Telern e as duas casas de farinha, é chamada de "Barra Velha" ou barra Ester Ribeiro. Não existem limites visíveis seccionando estas duas partes.

A estrada que liga a comunidade a Natal-RN é a rodovia Ponta Negra - Barra de Tabatinga, pavimentada até a entrada desta comunidade. As ruas desta vila de pescadores não têm calçamento, são estreitas, cheias de buracos e tortuosas.

Situada entre Búzios, ao Norte e Camurupim, ao Sul, a comunidade da Barra é ligada a Alcançus, Búzios, Pirangi do Sul e Camurupim não só por laços de vizinhanças, como também por laços de parentesco.

O principal problema enfrentado por estes pescadores é a falta de água encanada e o saneamento básico, onde a preocupação maior é em relação aos esgotos e ao lixo.

Em outubro de 1991, junto a comunidade de pescadores-agricultores da Barra de Tabatinga, no município de Nísia Floresta, estado do Rio Grande do Norte, iniciou-se o estudo. Para fazê-lo, realizei en trevistas de caráter formal e informal, além de captar depoimentos de pessoas de diversas faixas etárias, com o gravador. Esse procedimento foi muito bom porque me ajudou a definir as unidades de investigação com as quais trabalhei durante 8 meses.

Muitas entrevistas foram feitas na casa de uma informan te, cujo esposo além de ser pescador (mestre), é também um espécie de

liderança informal. Por esta razão, sua casa está sempre cheia de pescadores para conversar sobre algum assunto relacionado à pesca ou mesmo para ajudá-lo no conserto de redes de pesca. Assim, posso dizer que nesta comunidade o trabalho é uma atividade social que une as pessoas tanto no mar quanto na terra. Eu me aproximava e quase sempre o diálogo se iniciava a partir de qualquer assunto ou por mim ou pelo(a) informante, pois desta forma ele se sentia à vontade na conversa.

Na primeira fase desta pesquisa, fiz anotações no diário de campo sem a utilização do gravador, o que implicou uma redução de tempo que eu podia conversar com cada informante. Descobri que quanto mais tempo conversava, mais difícil ficava a recuperação destas informações através da memória para colocá-las no diário mais tarde.

No momento em que iniciava um diálogo, este podia ou não transformar-se em uma entrevista. Muitos dados foram coletados também na minha casa, na casa de farinha ou em qualquer local onde o informante estivesse desempenhando suas atividades do dia. Sempre que eu tinha a chance de conversar com o informante a sós, o trabalho rendia mais.

Como a comunidade é pequena (aproximadamente 360 pessoas) entrevistei jovens e pessoas idosas de ambos os sexos. Porém, a seleção dos informantes deu-se naturalmente, de acordo com o interesse demonstrado em conversa, conhecimento do assunto que pudesse ajudar no levantamento das informações que refletissem a organização social deste povo. Os informantes da Barra forneceram informações para esta pesquisa na base da confiança e pelo gosto que eles têm de falar da comunidade e de si mesmos.

Observei que sempre que podia ficar a sós com o informante, este falava sobre assuntos que não falaria na frente de outras pessoas. Na casa de alguns informantes, a privacidade foi muito importante para poder discutir alguns assuntos e colher dados sobre concepções

religiosas, conflitos relacionados à família e ao parentesco.

Após conquistar a confiança das pessoas, passei a gravar as entrevistas podendo, assim, transcrever tudo que havia sido dito nos depoimentos.

O meu sistema de trabalho de campo consistia em observação e coleta de dados, pela manhã e a tarde. A parte da manhã foi sempre mais proveitosa, pois podia observar também as práticas domésticas da unidade familiar. Os dados aqui apresentados foram fatos de observação direta e fatos verbalizados pelos informantes.

O fato de poder gravar as entrevistas tanto possibilitou o resgate completo da conversa que havia tido com os informantes, quanto tornou possível também saber que tipo de pergunta havia feito aos meus informantes. O mesmo ocorreu com a máquina fotográfica, pois as fotografias me ajudaram na reconstituição do contexto em que o diálogo aconteceu e na vizualização das práticas domésticas e comunitárias diárias.

Uma vez, quando fui convidada para fotografar os trabalhos na casa de farinha, pois todos gostam de ser fotografados, observamos que no terraço de uma casa de taipa havia alguns homens conversando. Ao ver uma placa que dizia "vende-se peixe", aproximei-me. O dono da casa estava tecendo uma rede de pesca como se estivesse enxergando cada movimento que fazia e olhando para nossa direção convidou-nos a entrar.

Minha postura nesta comunidade foi sempre de quem estava ali para aprender, o que facilitou muito minha pesquisa porque as pessoas se sentiam bem em saber que tinham alguma coisa a ensinar. Assim, apesar de ter sido informada que este pescador não estava pescando por estar cego, o mesmo, ao perceber que eu levava um gravador e uma máquina fotográfica, disse que gostaria de gravar sua história de vida. Aproveitei para falar sobre o meu trabalho na comunidade e dizer que ele

teria muito a me ensinar sobre a vida dos pescadores. Em seguida, este senhor me informou que havia nascido em Baía Formosa, tendo feito parte da cooperativa de pesca de lá. Na mesma hora, tentei iniciar a entrevista, só que, quando liguei o gravador, descobri que este não estava gravando. O informante pediu-me que voltasse outro dia, com outro gravador.

Ao retornar à casa de "seu" Pedro duas semanas depois, descobri que este havia desistido de fazer a história de vida. Não sei o que houve, mas ao perguntar, ele respondeu "dona, o que a gente não fala, ninguém sabe. Se eu contar minha vida para a senhora, eu vou prejudicar a vida dos outros e eu também". Quando expliquei que por uma questão de proteção do informante, seu nome não apareceria, este respondeu que assim não interessava, pois gostava de falar e assinar em baixo. Conversamos mais um pouco e eu fui para casa. Este incidente me ensinou que nunca se deve perder a primeira chance quando se está fazendo um trabalho de campo, pois poderá não ter outra.

O tema escolhido implica não só os aspectos "êmicos", mas também os aspectos "éticos" deste povo. Os aspectos "êmicos" podem desvelar-se através do discurso das pessoas, mas os "éticos" exigem a observação do fato. Foi aqui que me deparei com um problema. Eu podia observar e descrever o que as pessoas estavam fazendo em terra, mas não podia ver as práticas e relações da unidade de produção em alto mar, pois como alguns autores tem constatado, a mulher está excluída desta atividade, por este trabalho ser considerado pelos pescadores como de alto risco para quem não sabe o "ofício".

Sempre que eu pedia, para acompanhá-los na pesca, os pescadores riam e pareciam não gostar da idéia de ter uma mulher participando da atividade, ora explicando pelas longas horas de permanência no mar (de 5 a 8 horas), ou pelo espaço limitado das jangadas.

As técnicas usadas para a coleta das informações foram

a técnica genealógica (também chamada de "método genealógico" por Rivers, 1969), a observação controlada e, complementarmente, a entrevista utilizando o gravador para captar os depoimentos.

O uso da genealogia, enquanto técnica para a coleta dos dados, foi de grande importância para o trabalho, pois "no estudo da ecologia humana, as fronteiras de um ecossistema devem ser determinados por fatores sociais. Noções simbólicas, tais como o sistema de parentesco-regulam a maneira, a extensão e as dimensões em que os recursos naturais são distribuídos a uma população" (Chernela, 1986: 235).

Os depoimentos dos pescadores idosos, captados com o uso do gravador, juntamente com anotações complementares, possibilitaram o resgate de dados importantes sobre aspectos tradicionais (até recentemente) da comunidade, ainda presentes na memória do povo, e que permitiram reconstituir um pouco da história da comunidade e da sua adaptação às novas condições vigentes.

Nos depoimentos, dá para ver como os informantes respondem as perguntas de acordo com as normas tradicionais, mas muitas vezes não estão de acordo com as novas expectativas internalizadas e tampouco correspondem às novas condições materiais de vida. Isto me levou a fazer dois tipos de perguntas aos informantes: primeiro, eu perguntava quantos pescadores participam de uma pescaria sobre jangada no mar de fora; e ao obter a resposta do que para ~~eles~~ seria a norma e o correto, eu perguntava novamente quantos pescadores o mestre levou para o mar nas últimas vezes que havia ido pescar. Assim, primeiro ele respondia que o certo era levar três pescadores, mas que muitos estavam pescando somente com dois.

1.2- Ótica Metodológica na Análise dos Dados

Acredita-se que a metodologia a ser utilizada para in-

investigação e interpretação de dados de campo é determinada pelo tipo de problema que se tem para resolver.

Na perspectiva de tentar compreender a organização social do trabalho numa sociedade igualitária de pequena escala, acreditando-se que esta organização tem como determinantes as condições materiais de vida, foi que se optou pelo método de investigação ecológico. Isto por sua vez me levou a utilizar o materialismo cultural enquanto abordagem teórica interpretativa.

Ao meu ver, as mudanças na organização social tradicional deste grupo ocorreram a partir de fatores impulsionados de fora, onde a vida social, o sistema de parentesco, a divisão do trabalho, as redes de solidariedade e as práticas sociais, de modo geral, podem ser tomadas como aspectos de um processo adaptativo às novas condições vigentes.

Os conceitos de produção e reprodução da comunidade e da sua sobrevivência conduzem ao conceito de cultura como sistema adaptativo trabalhado por Binford e Harris, a partir de colocações pioneiras de White. Para este último, "a cultura é a soma de meios extra somáticos de adaptação para o organismo humano". Isto, portanto, "inclui meios materiais, organizacionais e ideológicos, não limitando a cultura apenas em uma ou em outra parte ou subsistema" (Miller, 1989: 4).

Segundo Butzer (1989), os conceitos de adaptação (sobretudo como estratégia de sobrevivência) e adaptabilidade (como capacidade de ajuste de um sistema cultural) definidos em termos culturais e não em termos biológicos, são o núcleo do ecossistema humano por terem critérios mais idôneos para a análise de processo histórico e de mudança cultural.

Uma das mais completas avaliações críticas sobre eventos mentais e comportamentais, conduzida por Harris (1979), mostra que além de distintos permanece o fato de que os pensamentos e comportamen-

to dos participantes podem ser vistos de duas perspectivas diferentes: da dos próprios participantes e da dos observadores. Assim, muitos antropólogos começaram a utilizar os termos "êmica" e "ética", os quais foram introduzidos pela primeira vez pelo lingüista Kenneth Pike, no livro de sua autoria **Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior** (A linguagem em relação a uma teoria unificada da estrutura do comportamento humano). Para desenvolver pesquisa no modo êmico, o estudioso procura adquirir um conhecimento das categorias e regras que se precisa saber para pensar e agir como um nativo. O autor verificou que "o teste de adequação das reportagens éticas é simplesmente a sua capacidade de gerar teorias cientificamente produtivas sobre as causas de diferenças e semelhanças sócio-culturais. Aqui, em vez de empregar as categorias e regras do ponto de vista do nativo, o observador está livre para utilizar as categorias e regras alienígenas derivadas da linguagem de dados da ciência (Harris, 1979: 4).

Nesta pesquisa, procurei objetivos "éticos", porém, como na organização social tudo está inter-relacionado, captei também dados "êmicos" que para mim foram úteis e que elucidaram informações importantes na organização social desta comunidade. Tudo que escrevi sobre a unidade de trabalho no mar foi na base do que os próprios informantes me disseram.

Quando falamos da relação sistemática entre o organismo humano e seu meio ambiente, onde a cultura é mediadora, nós estamos falando do sistema ecológico (Steward, 1955: 36) "Dentro desta armação, é coerente ver a tecnologia, aqueles instrumentos e relações sociais que articulam o organismo com o ambiente físico, como sendo estreitamente relacionados com a natureza do ambiente. De qualquer forma, limitações tão bem quanto o potencial do meio ambiente, têm que ser vistos sempre em termos da variável interveniente no sistema ecológico humano, que é a cultura (Binford, 1972: 22).

A abordagem ecológica tem mostrado que as condições naturais muitas vezes são tão diferenciadas que eliminam a possibilidade de uma exploração em larga escala através de uma forma de organização empresarial capitalista, como no caso da Escandinávia, citado por Diegues (1983: 99). Assim, não podemos esquecer que os pequenos pescadores antecederam historicamente à pesca capitalista e que a importância do seu conhecimento está no fato destes pescadores ocuparem o espaço não explorado pelas organizações empresariais.

Boa parte da literatura pertinente que examinei aponta para o fato de que todas as sociedades, por mais complexas, industrializadas, até mesmo capitalistas que sejam, não são totalmente homogêneas, têm uma outra forma de economia dentro desta mais vasta.

Como já havia afirmado anteriormente, a literatura antropológica tem apontado para a relação entre a pesca de pequena escala e/ou simples, também chamada "artesanal" e a "agricultura" de pequena escala, também chamada "familiar" e/ou "camponesa".

É preciso lembrar que, embora seja uma questão polêmica, em 1946, R. Firth encontrou uma realidade de pescadores camponeses na Malásia que não foi fruto de nossa vontade, mas que faz com que este seja um conceito histórico.

Para Forman¹, os pescadores de Coqueiral (litoral norte de Alagoas) são definidos como camponeses e, segundo este, em geral, o grupo toma parte como classe subordinada e explorada, na sociedade nacional cujas estruturas seriam responsáveis pelo baixo nível de vida em Coqueiral. O exemplo de Coqueiral sugere o que pode significar, para a comunidade de Barra de Tabatinga, a perda ou mudança do status de pescador e como ele se situa frente à perda do seu espaço.

1- FORMAN, Shepard. The Raft Fisherman: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy, 1970

Em Miller², encontramos mais uma vez o conceito de pescador camponês baseado em Souza Brasil (1973) e R. Firth (1964). Aqui, também, o pescador artesanal faz parte de "uma comunidade camponesa".

Nesta perspectiva, enquanto um conceito genérico, "campesinato" não precisa se referir a um determinado espaço geográfico, é uma categoria sócio-econômica não necessariamente exclusiva à agricultura. Suas principais características para Miller são:

- 1- a produção em pequena escala, embora em parte essencial para o suprimento do mercado urbano, portanto destinado em parte para este mercado e em parte para uso próprio, depende do mercado urbano para os suprimentos das necessidades que o camponês não pode produzir;
- 2- não pode influir neste mercado em termos de preços (embora saibam a repercussão que isto tem sobre eles), nem de compra nem de venda, e, em geral nem o entende, considerando-se vítima de maneira fatalística;
- 3- usa instrumentos artesanais de produção;
- 4- tem um nível baixo de capitalização e de renda;
- 5- está submetido às leis e autoridades de origem urbana, as quais também, em geral, não entendem. Segundo o autor, numa sociedade agrícola camponesa, mesmo a agrícola, há muitos membros não engajados diretamente na produção agrícola (Miller, 1988: 6).

Miller demonstra o significado do pescador artesanal fazer parte de uma comunidade camponesa tradicional, lembrando que uma sociedade camponesa tem todo "um acervo de mecanismos sociais e ideológicos" que representam segurança relativa, tanto social quanto psicológica. Esses mecanismos são utilizados pelos indivíduos quando necessitam enfrentar crises ou desastres. Neste momento, evoca-se a rede de parentesco e compadrio que reforça a segurança e solidariedade de grupo.

2- A Crise da Pesca Artesanal no Rio Grande do Norte, Natal, 1988.

Mais significativo ainda e de fundamental importância para a compreensão deste conceito foi a leitura do trabalho de Chayanov (1966), após nossa pesquisa de campo. Este autor vai mais além do que deixar implícito que este é um conceito estrutural, uma vez que para ele a lógica que rege a economia camponesa não pode ser explicada através da lógica capitalista de produção. Para Chayanov, a compreensão da economia camponesa passa pelo reconhecimento de que se trata de uma economia familiar, com uma organização determinado pelo tamanho e composição da família, e pela coordenação entre suas necessidades de consumo e o número de pessoas aptas para o trabalho. O esforço dispendido pela família camponesa não pode ser medido pela unidade monetária, já que ela varia de acordo com o nível em que as necessidades da família são satisfeitas e com o grau de sacrifício que o próprio trabalho acarretou. Assim, a especificidade do cálculo econômico deste tipo de economia familiar tem como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isto requer.

CAPÍTULO II

O HOMEM E SEU AMBIENTE (adaptação à terra e ao mar)

Dentro de uma perspectiva de adaptação do homem às condições materiais de vida e de que a seleção dos recursos disponíveis no seu território de ocupação é feito em termos da tecnologia da qual dispõe, observou-se que a exploração de terra e mar em Barra de Tabatinga processou-se sem qualquer elaboração tecnológica que possa superar as dificuldades ambientais no sentido de obter um maior volume de produção.

Com uma tecnologia simples, a terra, as lagoas e o mar levaram esta comunidade a desenvolver um sistema de aproveitamento dos recursos locais que lhe permite um ciclo anual de atividades ligadas a uma economia de subsistência, onde a maioria produz pela necessidade e não pelo lucro. A integração do nativo ao meio, de certa forma ainda existente na Barra, explica-se pelo relativo isolamento e pela limitação das possibilidades de comunicação com a capital e comunidades vizinhas, até o ano de 1985.

Como já havia colocado na introdução deste trabalho, em parte, a própria situação geográfica contribuiu para um isolamento mais prolongado da comunidade, sendo todo o seu contato com a comunidade envolvente feito pelo mar, através de jangadas ou pela terra a pé ou ainda utilizando-se animais de carga.

Hoje, a nível de intercâmbio, tudo se modificou, com a Rodovia Ponta Negra - Barra de Tabatinga, que permite a comunicação com o mundo exterior.

Apesar das mudanças ambientais que chegaram com a estrada pavimentada, observa-se um ajustamento adaptativo que tentaremos demonstrar com a análise de recursos.

As características principais da Barra de Tabatinga são: (1) está sobre dunas; (2) apresenta solo arenoso; (3) ainda tem um pouco do que se pode chamar de remanescente da mata atlântica e boa parte do que ainda tem está espalhada em terrenos de particulares; (4) na época das chuvas, a vegetação rasteira toma conta de tudo; (5) até bem pouco tempo, a população só dispunha das cacimbas naturais e das lagoas para seu abastecimento; (6) há dois tipos de solo: o "arisco" e o "paul"; (7) praia tortuosa e com recifes.

Ao visitante não se apresentam sinais de que a terra possua qualidades favoráveis para a horticultura, pois o que predomina é um terreno arenoso. Os nativos reconhecem dois tipos de solo nesta comunidade, a saber: o que eles chamam de "Paul" e o que eles chamam de "Arisco". O "Paul" é um solo úmido que fica próximo as nascentes, lagoas ou rios e que como disse um informante "fica toda vida molhado", enquanto que o solo denominado "Arisco" fica distante das águas, sendo seco e arenoso. No solo "Arisco" é plantado o que os praieiros desta localidade chamam de roçado de inverno, enquanto que no solo denominado "Paul" planta-se o chamado roçado de seca. O roçado de inverno é plantado nos meses de março a abril para colher em junho ou julho e planta-se no mês de setembro para colher em novembro. Já o roçado de seca é plantado em novembro para colher em janeiro, pois, segundo os informantes, as chuvas vão começar e o "Paul" "molha demais", ou seja, encharca a plantação.

2.1- Utilização de Produtos Silvestres e Árvores Frutíferas

Na década de 70, as terras que vão da Barra de Tabatinga até Camurupim, que fica a três quilômetros de distância, eram cobertas pela mata atlântica. Esta floresta era rica não só em diferentes espécies de árvores frutíferas, quanto possuía uma grande variedade de animais de pequeno porte que entrava também como suplemento na dieta pro-

téica dos nativos. Os informantes dizem que, apesar do desmatamento, al gumas pessoas ainda caçam animais, como o tatu, o tejo, o coelho, preá, passarinhos, camaleão e cutia, entre outros.

As donas de casa da Barra de Tabatinga reclamam mui to de um animal chamado timbu que, segundo elas durante o dia se escon- de na copa dos coqueiros e, à noite sai para comer suas galinhas e passa rinhos. Por esta razão, embora as galinhas passem o dia soltas, são reco lhidas para dormirem dentro de galinheiros, à noite. Apesar dos nativos não comerem este animal, ouvimos um rapaz dizer, em meio a risos, que havia caçado dois timbus e que estava vendendo para os veranistas, por Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros o quilo) isto em 9/11/91.

Por trás do grupo escolar, pode ver-se uma pequena a mostra do que era a mata atlântica, semelhante à que cobria toda a área da Barra de Tabatinga, que até bem pouco tempo, antes de ser cercada, era utilizada como latrina por aqueles que não dispõem de sanitários em casa e como área de lazer pelas crianças do grupo escolar. Observamos também um homem tirando cipó e galhos secos deste local.

Do que ainda existe desta floresta, as crianças tiram as frutas silvestres e os homens tiram a lenha para acender os fornos das casas de farinha e a madeira para carvão e para confecção de algumas par tes da jangada. É daí que se tira, ainda, o cipó para fazer o caçuá para acondicionar a mandioca e o samburá que os homens e meninos utilizam para acondicionar e transportar o peixe.

Até o ano de 1984, este povo criava cabras e algumas cabeças de gado, que tinham como pasto a grama e vegetação baixa que cresce nos terrenos na entrada da comunidade e a grama e vegetação que crescem próximo à lagoa do lodo. Neste tempo, os praieiros só colocavam cerca envolta de suas casas e nos locais que haviam sido plantados para protegê-los dos animais que eram criados soltos.

Velhos e jovens lamentam-se por não terem cercado a mata pertencente à área desta comunidade, pois como diz um informante, "do jeito que tinha madeira, se fosse um pessoal que pensasse na vida e fosse unido tinha cercado tudinho. Tinha madeira demais, era madeira que não tinha quem fizesse quantia de madeira não. Tinha madeira branca, miolo, sucupira".

Essas terras na década de 70 não eram valorizadas por não ter uma estrada de acesso e, por esta razão, serem muito isoladas.

Com a chegada da estrada de rodagem, embora precária, e a energia elétrica, na primeira metade da década de 80, as terras passaram a ser mais valorizadas e a procura de corretores e particulares por lotes para casa de praia vem crescendo desde então. Segundo os moradores, quem foi comprando foi derrubando o mato para limpar o terreno, além dos próprios nativos continuarem até hoje tirando madeira para fazer carvão. As donas de casa dizem que, no passado, só se tirava madeira para o fogão das casas, para os fornos das quatro casas de farinha manuais que havia e para a fabricação das embarcações de pesca. "Mas hoje, disse um informante, o IBAMA não consente que se tire mato nem para fazer roçado e nem para fazer carvão".

Apesar do informante ter afirmado o que disse acima, durante nossa estada na comunidade, observamos que, mesmo usando menos carvão para cozinhar em casa por já possuírem o fogão a gás e apenas usar carvão para as duas casas de farinha, ainda existentes no local, os nativos têm aumentado a produção de carvão para vendê-lo aos veranistas que estão lá durante os finais de semana e nas férias do ano letivo. Isto tem acelerado ainda mais o processo de devastamento da região.

Durante a década citada acima, os moradores da comunidade tiravam água para beber e cozinhar das cacimbas existentes na lo-

calidade, das quais hoje resta apenas uma que, por estar localizada nas terras cercadas próximas à lagoa do lodo, só o dono das terras pode tirar água de lá. Este senhor é dono também da casa de farinha, que durante a farinhada fornece água para a lavagem da goma.

Hoje, a água para consumo dos praieros provém principalmente do chafariz construído pela prefeitura de Nísia floresta, das chuvas durante o período do inverno e das duas lagoas existentes próximas à comunidade. Há também um caso em que o dono de um poço, concordou com um morador em trocar água pela manutenção da bomba e pelo fornecimento da energia que puxa a água. Do chafariz as pessoas tiram água para lavar louça, cozinhar e para higiene pessoal. Por causa da ferrugem que os canos do chafariz soltam na água, a população não gosta muito de usar esta água para beber. Durante o inverno, a água das chuvas é armazenada através de bicas e, como a água do chafariz, é armazenada em grandes potes de barro ou em latas. A roupa é lavada nas lagoas. As camisas já mencionadas anteriormente, localizam-se nos terrenos baixos, onde normalmente se encontra o "Paul".

Antes da introdução de produtos industrializados, os pescadores desta comunidade construíam suas jangadas com madeira tirada da mata atlântica existente na região e era das lagoas que eles tiravam o araticum do qual faziam a cortiça para colocar nas embarcações.

Pode dizer-se que frutas silvestres constituem itens importantes na dieta destes praieros. Esta área foi em grande parte desmatada e por isso está em grande parte destituída de árvores e as frutas, portanto, são poucas; mesmo assim, além da pitomba e do goiti, cuja produção vai de maio a junho, o cajueiro é uma planta que anualmente contribui para enriquecer a dieta da população na época da safra, caracterizada pela abundância e que geralmente vai de outubro até fins de janeiro. Os praieros comem o fruto quando maduro e sua castanha depois de assa

da em fogos improvisados no fundo do quintal. Esta árvore nasce tanto nas áreas de terras mais férteis quanto sobre as dunas da Baía da Barra de Tabatinga.

Da árvore do goiti tanto se consome o fruto, quanto se usa sua madeira para fazer a vara de "varejar", como também para fazer o que o informante "Tico" chamou de "tamancas" para colocar "os cabrestos" do banco da jangada.

Os nativos da comunidade da Barra costumam limpar todo e qualquer mato que cresça envolta de suas casas dizendo que este, além de dar mosquitos durante os meses de chuva, esconde também as cobras.

As chuvas normalmente se iniciam em março, quando caem algumas pancadas e o céu fica coberto de nuvens, mas não é senão em fins de maio e junho que elas realmente ficam mais intensas. De março a agosto, o tempo fica alternando-se entre quente e fresco, até mesmo dá para sentir um friozinho pela manhã e às vezes à noite e durante a maior parte do dia prevalece os ventos alísios. As chuvas tornam-se mais leves e menos frequentes em outubro e normalmente cessam de todo até o mês de novembro.

Com as chuvas de inverno, ou seja, durante os meses de março a julho, o "Paul" fica inundado impossibilitando o plantio e o solo denominado "Arisco" fica coberto de mato, fazendo com que os pescadores-agricultores tenham que limpar seus roçados de três a quatro vezes por mês.

Os coqueiros são de grande importância para este povo, tanto para o consumo, quanto se preciso, para vender. Embora não seja frequente, os coqueiros podem ser vendidos separados do terreno. Segundo alguns informantes, este é um negócio "sem futuro", uma vez que se o comprador precisar, só poderá vendê-los para o dono do terreno e pelo

preço que este quisesse pagar. Fiquei sabendo de um caso destes, em que o genro trabalhou muitos anos nas terras do seu sogro tendo plantado diversos pés de coco. Quando o dono das terras faleceu, seus filhos e netos queriam dividir as terras para poder vender, só que não obtiveram o consentimento do genro que alegava ser dono dos coqueiros. Neste caso, foi necessário esperar que o rapaz vendesse os coqueiros para que os herdeiros pudessem vender a terra.

Embora cinco informantes tenham afirmado que preferem o peixe frito ao peixe cozido no leite de coco, foi constatado que praticamente todos os quintais das casas dos pescadores têm de um a dois pés de coco e que tanto o coco quanto o coqueiro são aproveitados de múltiplas maneiras.

Na década de 70, as folhas do coqueiro eram usadas para a cobertura das casas de taipa dos pescadores. Hoje, as folhas do coqueiro ainda são utilizadas para a cobertura das duas casas de farinha e para a confecção de formas que as informantes chamam de "rodas" usadas para dar forma ao grude³, o qual é vendido em grande quantidade tanto na própria comunidade quanto na feira de São José do Mipibu e vizinhanças. A palha do coqueiro e a casca do coco são usadas também para fazer brasas para o forno da casa de farinha. Já do coco se usa a água quando ainda está verde, e quando maduro, é raspado para com o leite molhar a tapioca ou o beiju e temperar o peixe. A parte branca e sólida da qual se tira o leite também é usada para colocar na goma dos grudes (sendo que nestes bolinhos vai mais coco do que goma) feitos pelas mulheres da comunidade. Até mesmo a película marrom, que fica entre a carne do coco e a "quenga" é raspada e colocada no grude para dar as crianças. A própria "quenga" é usada como concha para medir o tamanho da tapioca. É também sobre os troncos roliços de coqueiros que a jangada é conduzida tanto para o mar quanto para a terra.

3- Grude é um bolinho salgado feito de coco e goma.

Fui informada que as pessoas que possuem uma plantação maior de coqueiros não só usam para o consumo doméstico como também vendem. Constatei que uma destas pessoas tem um comprador certo para vender seus cocos. Este mesmo informante disse que havia vendido 230 cocos por sessenta mil cruzeiros na semana de 6/6/92.

Entre as frutas silvestres está o "maracujá muchila" cuja fruta se come ou se faz suco e a chamada "melancia da praia". O chá da raiz desta última é tido como um grande remédio para muitas doenças, além da fruta ser muito gostosa.

Como já mencionei no último parágrafo da página 3 existem duas lagoas muito usadas pela população da comunidade; "lagoa do Lodo" que fica no caminho que vai para Camurupim, e a lagoa Arituba que fica em meio às dunas, a um quilômetro da comunidade. Até a década de 70, tanto a lagoa do Lodo quanto a lagoa Arituba eram usadas tanto para o banho e lavagem de roupa quanto para pescar. Este é também o local onde as mulheres se encontram para trocar as fofocas do dia sem deixar seus afazeres. Com a entrada de turistas e veranistas, a lagoa do Lodo, até por se situar ao lado da estrada, já está muito poluída e a água muito suja para estas finalidades. Apesar dos veranistas e turistas já estarem frequentando a lagoa Arituba e uma imobiliária já esteja loteando as terras próximas e, apesar de ser mais distante, homens, mulheres e crianças da comunidade ainda a frequentam bastante, tanto para a pesca e lavagem de roupa quanto para o banho e até mesmo como área de lazer. Além desta lagoa no passado ter fornecido o araticum do qual se fazia a cortiça para colocar nas embarcações, ainda hoje próximo à lagoa se encontra uma concentração de frutas nativas colhidas nas épocas das respectivas safras pelo povo da comunidade para satisfação, principalmente das crianças, mas muito apreciadas também pelos adultos. As crianças citaram os nomes de algumas delas como goiti, maçaranduba, ubaio, araçá, juá, melancia da praia, entre outras.

Há dois caminhos para chegar à lagoa Arituba: um fica na estrada que vai para Camurupim e o outro, sobre as dunas. Para conhecer melhor a região, aceitei o convite de uma informante para ir até esta lagoa a pé, pelas dunas. Andamos durante quase trinta minutos na areia de uma duna que parecia não ter mais fim e sob um forte sol quente. Mas, ao chegar ao topo desta, avistamos a lagoa em meio a um vale rodeado de plantas frutíferas. Há também uma variedade de peixes, como a "piaba", o cará, o jacundá, a traira e até jacaré.

A comunidade de Barra de Tabatinga conhece bem as propriedades medicinais não só de algumas plantas que cultivam nos seus quintais, mas também de plantas silvestres. Podemos citar por exemplo o anador, o corama e a chamada melancia da praia que são usados como espectorante e anti-inflamatório e uma planta de nome espirradeira que é usada para abortar, a hortelã da folha grossa para puxar o pus e tratar o bicho de pé.

Observamos que o cupim ataca muito as árvores da região e que praticamente todas as pessoas da comunidade já pegaram bicho de pé e quase todas as crianças e, às vezes, os adultos têm piolho.

2.2- Utilização dos Recursos Aquáticos

Embora não possa precisar a data, o fato de três informantes da comunidade terem passado esta informação, acredito ser necessário registrar que, segundo estas pessoas, há duas gerações atrás havia um estaleiro na baía da Barra de Tabatinga. Segundo um destes informantes, seu avô foi o primeiro morador desta comunidade e possuía uma casa de morada, uma casa de farinha manual e um armazém. O informante disse ainda que todo o movimento que vinha do interior era desembarcado ali e levado para o navio pegar. Até mesmo o sino da igreja de São José foi desembarcado na Barra de Tabatinga. Outro informante dos

três disse que o açúcar que vinha da usina de Arês em carro de boi era levado por bote que por sua vez trazia o sal de Macau.

Em relação ao mar, é preciso antes de mais nada colocar que as populações dedicadas à pesca no litoral nordestino estão diretamente sujeitas às circunstâncias vinculadas à presença dos arrecifes ou recifes, como é o caso dos pescadores da Barra. Por esta razão, antes de começar a falar sobre as modalidades de captura desenvolvidas nesta comunidade, creio ser importante falar um pouco sobre o que são recifes.

O termo recife deriva-se da palavra "rasif" que quer dizer, pavimento (Guerra, 1969). Inicialmente, o termo foi empregado na determinação de qualquer proeminência rochosa, próximo à superfície do mar e constituindo obstáculo à embarcação.

Do ponto de vista geológico, o termo foi definido como um produto de constituintes bióticos ativos, os quais levam partículas sedimentares, formando estruturas topográficas resistentes contra as ondas.

O termo "recife" foi também extensivo aos arenitos de cimentação carbonética, que se apresentam ao longo de muitas praias tropicais e subtropicais, ali denominadas de arenitos de praia ou beachrocks, muito comuns ao longo do litoral nordestino.

Estes arenitos de praia ocorrem com frequência na área estudada, aflorando na zona de estirância, sendo constituídos por arenitos amarelados e cinza-claros, de granulometria variada, com intercalações de grosseiros e finos. Seu arcabouço é constituído por grãos de quartzo, feldspatos e fósseis, cimentados por carbonato de cálcio.

Sua formação, segundo Branner, (1904), se deu mediante a dissolução de carbonato de cálcio das camadas arenosas superiores, pela água da chuva e subsequente precipitação nas camadas inferiores. Para outros autores, Andrade, (1955) e Ottmann (1960) esta cimentação tem origem marinha.

Em relação ao mar, observou-se três modalidades de captura desenvolvidas a base de um vasto conhecimento empírico, com o qual exploram o mar e as lagoas, sem esquecer que alguns pescadores tam bém fazem a coleta do aratu (caranguejo das Rocas) sobre as pedras dos recifes, durante a noite.

A modalidade principal, atualmente, é a pesca de redes, confeccionada com o fio de nylon, empregadas em pescaria marítima, cujos malheiros variam de acordo com as espécies procuradas. Praticam, também, a pesca de linha, utilizando diferentes tamanhos de anzóis que variam de acordo com o tamanho do peixe a ser capturado na lagoa ou no mar. Observei um pescador utilizando uma tarrafa que é lançada pela manhã ou ao entardecer, variando com as horas da maré e que é muito boa para pegar peixes pequenos para isca.

Nesta comunidade, não há o uso de instrumentos sofisticados e nem utilizam embarcações motorizadas. Nas modalidades de pesca usadas pelos pescadores-agricultores, verifica-se aspectos bastante sim ples tanto nos procedimentos quanto nos instrumentos bem adaptados ao ambiente explorado por eles e também de acordo com a sua baixa condição financeira, o que, por sua vez, é uma resultante da limitação dos métodos pesqueiros empregados por estes.

Em proporção ao esforço energéticos dispendido para obtê-los, os alimentos aquáticos têm um grau excepcionalmente alto de eficiência nutritiva. Os peixes e os outros animais habitantes da água são caracteristicamente ricos em gordura e vitaminas e são valiosos também por suas quantidades assimiláveis de cálcio, fósforo, iodo e sal comum. É importante também notar que a maioria destes valores alimentícios podem ser retidos na secagem ao sol ou na defumação com as quais a maioria dos povos primitivos os preservam. Os produtos de peixe seco, defumado ou pulverizado, tanto quanto os óleos extraídos de sua carne ou de seu figa

do são facilmente empacotados, armazenados ou transportados (Hewes, 1948: 6).

Com o tipo de equipamento pouco sofisticado que os pescadores possuem, capturar peixe é muitas vezes uma questão de sorte. Observe parte deste depoimento do mestre Severino: "tem dia que o "camarada" pega de 20 a 30 quilos de peixe, mas tem dia que vai e ver o peixe, mas não pega um. Passa o dia todinho jogando lance e o fio da rede chega fica preto e quando puxa a rede não tem um".

Os pescadores-agricultores desta localidade exploram dois ambientes marinhos distintos: o que denominam "mar de fora", a região de alto mar situada além dos recifes, e, o "mar de dentro", a parte localizada entre a praia e o limite da linha das rochas. Estes dois ambientes, por sua vez, estão divididos em zonas chamadas de "restinga" (constituída de areia e cascalho), "curuba" (constituída de cascalho e pedra que os pescadores dizem ser vermelha devido ao "cisco" que tem por cima), e por último o que os praieiros chamam de "alto". Segundo os pescadores, o "alto" fica a seis léguas de distância e com trinta e cinco braças de fundura. Esta zona é chamada de "alto" por ser considerada funda, não dando para ver o que tem em baixo.

Quando os pescadores vão para o mar de fora, pescam em lugares já conhecidos que já têm nome e que são por eles protegidos como é o caso da "pedra de Albertina" que poucos conhecem. A rede é fixada no local escolhido e permanecendo sobre a jangada, os pescadores passam de cinco a oito horas sem muitas vezes capturar mais do que um ou dois peixes. Veja este depoimento do mestre "Tico": "às vezes tem peixe, às vezes não tem, aí a gente não pode se mudar, não tem negócio de se mudar. Quando é navegação a motor, a pessoa se muda, procura o peixe, mas quando não é ...". Por causa deste tipo de dificuldade, dois pescadores desta comunidade expressaram a vontade de possuir um barco a motor, pois como disse o mestre Antônio "com a embarcação a vela só se

pesca quando o vento deixa, mas com um barco a motor a pessoa pesca to da hora". Em seguida, este último pediu-me que procurasse saber na Capitania dos Portos se eles vendem barco a motor e quais são as condições de venda.

O conhecimento e a experiência de ter pescado em barco a motor ou trabalhado para empresa de pesca é importante para a formação do pescador na visão do mestre "Tico" quando se referia a um colega pescador da Paraíba, como o leitor pode sentir em parte de seu depoimento: "ele tem mais conhecimento do que eu, porque ele nasceu pescando. Ele é filho de pescador. Eu não, pesco há pouco tempo, eu vim pescar mesmo aqui por perto, por longe não. Ele já pescou em vários navios. Já pescou em navio, eu não pesquei. Ele já pescou no Pará".

As pequenas jangadas destes pescadores estão bem adaptadas às áreas acidentadas desta localidade, como pude observar quando eles saiam em direção ao mar de fora. Elas não possuem a quilha, o que além de bater com menos frequência nas pedras enquanto estão pescando, no caso de virar, esta pode facilmente ser colocada na posição original, sem ter o problema da jangada encher de água.

Segundo o mestre Severino, na zona denominada "curuba", dá o peixe camurim e a lagosta, o que se pesca com a navegação motorizada, usando o compressor e o covo. Mas, diz ele, como não usamos o covo nem o compressor e não temos barco a motor e nem equipamento apropriado, só pegamos peixe com a caçoeira. Já no "alto", que fica no mar de fora, dá os peixes albacora, cioba, arabaiana e dourado, que são capturados por estes pescadores com anzóis que, como já afirmei anteriormente, variam em tamanho, de acordo com o porte do peixe, pois, nesta modalidade de pesca, a rede não alcança o fundo. A rede de pesca só fica na água de 5 a 8 horas, pois, se ficar mais tempo que isto, outros peixes podem comer os que já estão presos na armadilha. Para marcar o local em que deixaram as redes, os pescadores usam uma bóia, com

uma bandeira.

Por serem litorâneos e não marítimos, os pescadores - agricultores da Barra, ajustaram-se ao meio, de tal maneira, que escolhem uma parte delimitada do mar que corresponde mais ou menos aos limites da terra em que habitam, familiarizando-se de tal forma com as peculiaridades da região que sentem dificuldades de pescar em outros locais.

2.3- Tecnologia Pesqueira e o Alcance dos Barcos

Conhecedor das particularidades regionais, o homem do litoral nordestino brasileiro integrado com as condições materiais existentes desenvolveu o seu ciclo de pesca procurando adequações locais, sempre com a utilização da jangada, a embarcação típica de baixo custo que melhor se adapta à pescaria no ambiente físico a enfrentar, o que, desde a época da descoberta do Brasil até hoje, vem sendo registrado com uma persistência contínua (C. Cascudo, 1957: 67-83).

Como já havia colocado, a única embarcação utilizada por este grupo é a jangada. Segundo Ligia estevão de Oliveira, tradicionalmente, esta embarcação era constituída de seis paus de APEIRA TIBOURBOU, vulgarmente conhecido no Nordeste pelo nome de "pau de jangada" e na Amazônia pelo nome de "Pente de macaco".

Na década de 70, os pescadores da Barra faziam suas embarcações com a tora de pau tirada da mata e com a cortiça do araticum tirado da lagoa Arituba. Nesta época, usava-se também o fio de algodão para a confecção de redes de pesca que com o advento do fio de nailon caiu de uso. Observamos que, ao sair para pescar, os pescadores jogam água no pano da jangada para, segundo estes, "ela fica com mais força no vento".

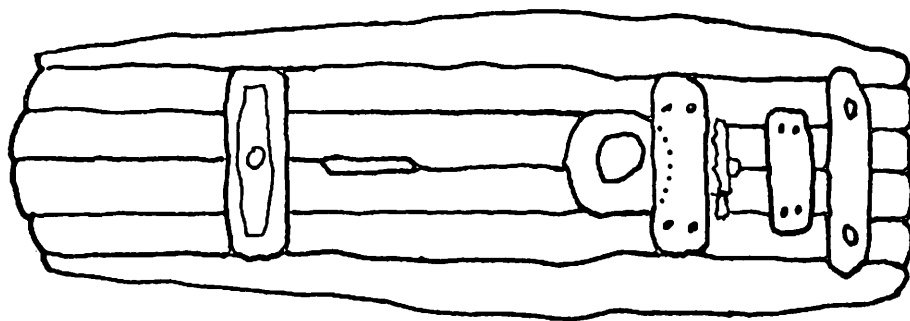
Em decorrência do desmatamento das terras desta comu-

nidade, a matéria-prima para a construção das jangadas já quase não existe mais, levando os pescadores a ter que comprar tábuas e isopor para produzir suas embarcações.

A jangada feita em Barra de Tabatinga (como o leitor pode observar na figura 1), atualmente é composta de duas tábuas que os pescadores chamam de cintado, duas casas de caverna, a roda de proa da frente, a roda de proa que fica atrás, também chamado de painel, patião para botar o leme, a bolina, duas forras para segurar o cavername, duas tamancas para segurar a ponta de vela e dois bancos: um para sentar e o outro para botar as velas e arrastar. Segundo o mestre "Tico", a bolina e o leme são as duas peças que vão segurar e dar direção à jangada. Mas, se não colocar o patião, diz ele, a jangada fica "doida": desgovernada. As duas forras servem para segurar o cavername diretamente sobre as toras de coqueiro, pois, se colocar as tábuas do cavername diretamente sobre as toras de coqueiro, pode quebrá-las. As forras tanto servem para movimentar sobre as toras de coqueiro da terra para a água ou vice-versa quanto para segurar as trancas.

Pelo que se pode observar, o próprio material de construção da jangada faz com que esta se torne uma embarcação bastante leve e que parece oferecer bastante segurança, uma vez que, embora possa chegar a virar, ela não submerge, além disso, por ter uma forma plana, sem quilha, permite as pescarias na região dos recifes com maior propriedade do que aquelas mais complexas e eficientes em outros locais. Isto foi observado também por Ligia Estevão de Oliveira, em Cajuf.

Apesar de afirmar o que disse acima, os pescadores da Barra dizem que, por suas embarcações serem pequenas e leves, não dá para pescar num dia que tem muito vento, pois este pode virar a embarcação ou rasgar a vela e esta ficar "desgovernada" como já ocorreu com o mestre "Tico" ou ainda quebrar o mastro como ocorreu com o pescador



MEDIDA

COMPRIMENTO=45 a 50 cm

LARGURA 1.30

MASTRO

RETRANCA

ALTURA BANCO DE VELA=5

ALTURA BANCO DE GOVERNO=

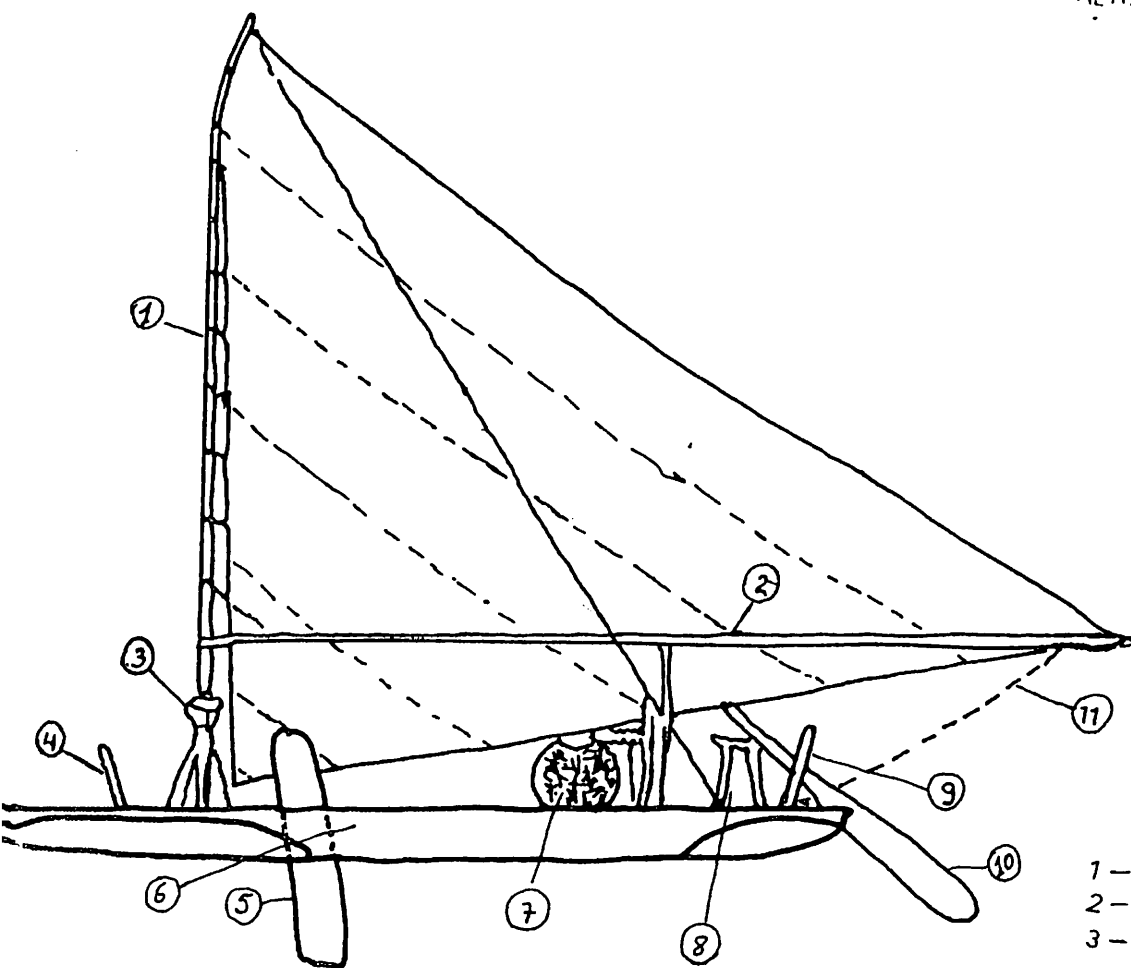


Figura 1

- 1- MASTRO
- 2- RETRANCA
- 3- BANCO DE VELA
- 4- POITA
- 5- BOLINA
- 6- PAUS DE JANGADA
- 7- SAMBURA
- 8- BANCO DE GOVERNO
- 9- CANO DE LEME
- 10- REMO
- 11- ESCOTA

"Dede".

Para construir uma jangada, o mestre "Tico" pede o material e cobra apenas a mão-de-obra. O custo de uma jangada nova, fornecido em 1992, por este praiero que, além de pescar e trabalhar em construção, faz a sua vida construindo jangadas, é de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros, em maio de 1992). Este foi o preço que ele me deu quando perguntei por quanto ele faria uma embarcação destas. Mas quando perguntei para quem era e quanto ia cobrar pela embarcação que ele estava fazendo no momento desta entrevista, este respondeu que era para o mestre Severino e que ia cobrar 50 kilos de peixe que no momento está a 3.000,00 o quilo (6/6/92). Segundo seu Tico, cada vez que o mestre Severino for pescar é para levar 5 kilos de peixe para ele. Quando comentei que desta forma sua mão-de-obra sairia por apenas Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), ele respondeu que ia cobrar em peixe porque seu Severino não tem dinheiro para pagar e que ia sair mais barato porque além de ser um modelo simples, seu Tico também pretendia usar a embarcação, uma vez que quando seu Severino precisa também usa a sua jangada.

O mestre disse que a jangada, cujo cavername é recheado com isopor em vez de tábua, é mais barato e era uma deste tipo que ele estava fazendo para o mestre Severino, no momento da nossa entrevista. Para o mestre Tico, esta embarcação, cujo cavername leva isopor, é mais uma catralha do que mesmo uma jangada, pois não é de casco. A jangada de casco precisa de muito material e por isso tanto o material quanto a mão-de-obra saem mais caros. Uma jangada com o cavername de isopor não tem o problema de encher de água quando está no mar. Depois de pronta, este tipo de jangada só pode levar de duas a três pessoas numa pescaria. Neste caso, vai um mestre e dois proeiros. Dos dois proeiros, um pode ser o contra-mestre e o outro pode ser o SERRADOR. O mestre,

que governa a jangada, toma conta da vara de varejar e dá ordem ao contra-mestre, o contra-mestre que se encarrega da bolina e da vela e o SER
RADOR que se ocupa da rede tirando o peixe e colocando a rede dentro de um saco. Tanto para o mestre Tico quanto para o mestre Severino, mestre é quem sabe os locais de pescar, é quem sabe "governar", sabe levar a navegação para o mar e trazer. "Os proeiros, às vezes, não sabem, eles são apenas ajudantes", diz o mestre Tico.

A rede usada pelos pescadores da Barra de Tabatinga na área por eles denominada "curubas" é a caçoeira, rede de malhas largas, feita atualmente com fio de nylon, industrializada e utilizada para apanhar peixes grandes, não envolvendo, mas esmalhando. Ao chegar nesta zona para deixar a rede, coloca-se a garateia (uma espécie de vara) e vai descendo com a jangada até que esta fique retinha imersa na água, deixando de 5 a 8 horas. Segundo o informante, nesta comunidade não se pesca com a rede boeira, só com a rede "afundada". Já no "alto", não se pesca com rede porque, segundo os pescadores, além de ser muito fun
do, o peixe de lá é peixe de cardume, é o que estes chamam de peixes boeiro, pesca-se com o anzol.

Nesta comunidade, os pescadores marcam o peixe quando se pesca com o anzol ou, como dizem eles, quando é linha solta. Linha solta para estes pescadores significa que cada pessoa pesca para si. O peixe pescado com a rede, como já havia dito, não se marca, se pesa.

Na Barra de Tabatinga, há somente cinco pescadores (mestres) donos de jangadas, os outros vão embarcados. Para estes pescadores, a armadilha é composta de jangada, rede e ou anzol.

Quando a jangada está em movimento, não há um lugar certo para as pessoas ficarem. Mas quando estão pescando, o mestre fica na popa, o proeiro fica na proa e o terceiro fica no meio.

Fui informada que os filhos do sogro do pescador José

(irmão de Severino), pescam camarão de água doce em Nísia Floresta e que custava 20.000,00 (vinte mil cruzeiros o quilo, em 6/6/92).

Pescar envolve muito mais do que habilidade de localizar ou escolher um bom lugar; isto significa trabalhar dentro de um modelo cheio de riscos (Cordell, 1988).

A vida do pescador artesanal é sempre cheia de perigos e contratempos, como o que aconteceu com Dedê que, ao sair para pescar com Ivanildo (agregado do seu Tico), o vento acabou quebrando o mastro. Por causa dos riscos constantes que corre o pescador, muitas mulheres esposas de pescadores gostariam que seus maridos deixassem este "ofício" por achar que não vale à pena arriscar tanto a vida.

Enquanto uma informante dizia que estava triste porque soube que um rapaz que praticamente era seu filho havia morrido em Pirangi do Sul (praia vizinha), durante uma pescaria de lagosta utilizando o compressor, dizia também que já havia pedido para seu esposo deixar a pesca, pois ele tem muitos "ofícios", mas, diz ela, ele não deixa. Veja o que ela diz: "muitas vezes vi "Tico" chegar com três ou quatro peixes de pois de ter ficado longas horas no mar e ter puxado não sei quantos metros de rede. Outro dia o "pano" da jangada rasgou e o Tico ficou sem controle levando os pescadores a encalhar nas pedras de Búzios (outra praia vizinha). Outro perigo foi uma noite em que ele pescava e viu um navio vindo. Nesta noite, ele pensou que fosse morrer, pois a jangada é pequena e sem iluminação, mas o navio desviou e foi para outra direção" (2/5/92). Os pescadores da Barra não usam o facho de luz. Durante a pescaria, eles se guiam pela luz da lua ou pelas luzes dos postes que ficam sobre a barreira, na entrada da comunidade.

Contrariando o que Câmara Cascudo ensina que todo pescador é filho de pescador, embora seu Luiz tenha filhos pescadores, ele mesmo só trabalha na agricultura.

Dedê é filho adotivo do senhor Luiz Emiliano da Silva , pois, quando sua mãe veio morar na comunidade, já o trouxe. Segundo do na Antonia, a mãe de Dedê não se casou com o Emiliano, apenas viviam juntos e este registrou seu filho.

O mestre Severino afirma que a pesca sobre a jangada no mar de fora pode ser feita por apenas dois pescadores (o mestre e mais um), mas fica bem mais difícil e pesado e o certo mesmo é saírem três pessoas. No momento de tirar a rede, um pescador puxa, o outro tira o peixe e o terceiro põe a rede dentro do saco. Esta atividade feita por apenas duas pessoas fica mais pesada para quem está tirando o peixe e tendo que ensacar a rede ao mesmo tempo. Isto pode ser visto á luz do que afirma Maldonado (1988) quando diz que "na pesca simples, a essência de uma tripulação consiste no desempenho simultâneo de operações ou seqüências ordenadas de tarefas especializadas, em que a qualidade da atuação individual diferencia o resultado do trabalho". Pelo que descreve o mestre Severino, esta seqüência de tarefas sobre uma jangada pode ser executada por dois pescadores, mas fica mais fácil e eficiente com três pescadores, cada um com sua parte.

Com sua jangada, o mestre Severino pesca só com seu irmão. Mas no dia em que saiu para pescar com a jangada do mestre Tico, além de seu irmão José, levou também o pescador Ivanildo, um cearense, que está passando uns tempos na casa do seu Tico. Segundo o mestre Severino, no momento de fazer a despesca, quem puxou a rede foi seu irmão José, quem tirou o peixe foi Ivanildo, enquanto seu Severino ensacava a rede. Ao meu ver, parece que o mestre ocupa uma posição privilegiada sobre a embarcação, pois embora seja ele a pessoa que sabe onde fica a pedra⁴ e que seja quem toma as decisões, parece ser ele a ficar

4- A pedra é o local onde se costuma ir pescar. Na Barra de Tabatinga, o mestre Severino disse que pesca na "pedra de Albertina".

com a atividade menos pesada. Neste dia, além da jangada, seu Tico forneceu também a refeição que estes pescadores chamam de "rancho" para os três, pois, segundo ele, isto é obrigação do dono das armadilhas. Nesta pescaria, o mestre Severino emendou sua rede com a do mestre Tico.

Há também aqueles que, além de serem pescadores de linha, pedreiros e agricultor, fazem a coleta de aratu durante a noite, nos recifes. Para a coleta do aratu, o informante leva um facho de luz improvisado com um pedaço de pneu envolvido pelo que ele chamou de cerca de arame. Enquanto uma pessoa vai na frente, a outra vai atrás com a cerca de fogo. Segundo o informante, além da cerca de fogo facilitar a visibilidade, o aratu fica encandeado pela luz, ficando parado, assim facilitando sua captura. A coleta do aratu é feita apenas para o consumo familiar.

A rede de malha fina para pescar sardinha não pode ser deixada na água, dá-se o lance e tira-se logo. O lance pode ser dado por duas pessoas, em terra mesmo. Este lance é dado no momento que se vê o cardume se aproximando. Os pescadores não souberam precisar bem os meses em que a sardinha aparece, uma vez que por ser uma espécie pelágica é raro vir próximo da orla. Mas, segundo os informantes, este peixe aparece mais em agosto e setembro.

Os instrumentos e modalidades de pesca encontrados com frequência na Barra da Tabatinga são os seguintes: (1) aquelas destinadas a ferrar o peixe, usados nas zonas de maior profundidade, onde não dá para utilizar a rede. Nesta comunidade, o anzol é usado tanto no mar de fora pelos pescadores sobre uma jangada, como também no mar de dentro, quando tanto homens quanto mulheres vão pescar sobre os recifes. No mar de fora, o tamanho do anzol vai variar com o tamanho do peixe que, após ser ferrado, cada pescador coloca sua marca naquele que fise. Quando perguntei como era feito esta marca, o mestre Tico disse que um

pescador pode cortar uma das duas pontas do rabo do peixe, o outro po de cortar um pedaço da guelra e o terceiro fica sem marcar.

(2) Redes, divididas em duas categorias essenciais: as de esmalhar e as de envolver. Nesta categoria só foi constatado a caçoeira, a taineira e a rede de sardinha, no tipo de esmalhar e a tarrafa jogada em lance para envolver o peixe.

Apenas dois pescadores da Barra usam a tarrafa para pescar sardinha, a qual é lançada e puxada imediatamente formando um bolsão com ou sem peixe, nas águas calmas do mar de dentro.

Nesta comunidade, também se usa a taineira que é uma rede de pano mais largo e pode ser colocada na água por duas pessoas ou até mesmo por uma. Esta rede tanto pode permanecer por uma hora na água, como se pode dar o lance e tirar imediatamente. Alguns pescadores da localidade, às vezes, encomendam esta rede a uma pessoa em Nisia Floresta, por falta de tempo para confeccioná-la.

O mestre tico informou que um pano de rede pronto custa atualmente Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros), isto em 27.06.92.

Observou-se que durante os meses de agosto a setembro, quando as chuvas e ventos estão mais intensos, os pescadores desta comunidade só pescam no mar de dentro e apenas para o consumo familiar, não havendo, portanto, uma remuneração da mão-de-obra propriamente dito. (Veja fig. 2).

2.4- A Questão da Terra e a Agricultura na Barra de Tabatinga

2.4.1- A terra

Segundo informantes, a família Emiliano da Silva chegou

às terras da Barra de Tabatinga no século passado. Na época, estas terras encontravam-se desabitadas e o único documento existente é um inventário feito pelo pai de um dos informantes, em 1936, antes de falecer.

Fui informada que durante a década de 70 houve um conflito de terras entre os nativos da comunidade da Barra e os da comunidade de Alcançus, onde estes últimos acabaram ficando com um pedaço de terra que vai da entrada da Barra até o Rio Doce, que fica na comunidade de Búzios, comunidade esta a três quilômetros de distância.

O conflito de terras entre estas duas comunidades gerou um racha dentro da família Emiliano da Silva, já que alguns indivíduos da parentela ficaram do lado do povo de Alcançus contra os nativos da Barra de Tabatinga.

Com o racha da família Emiliano, muitos se desfizeram de suas terras, deixando a Barra de Tabatinga, local de nascimento, ainda na década de 70, mas outros permaneceram adaptando-se bem às novas condições impostas de fora, a partir da década de 80.

Como eu já havia afirmado anteriormente, por esta ter sido uma área de difícil acesso no passado, as terras só começaram a ser valorizadas por turistas e veranistas, a partir de 1985, com a pavimentação da estrada, não havendo, portanto, fazendas nesta localidade.

Os pescadores-agricultores da comunidade enquanto, unidade doméstica, trabalham no roçado quando ainda tem um pedaço de terra para plantar. Mas sua proteína busca no mar.

Os informantes afirmam que no passado se trabalhava muito mais na agricultura, pois havia mais terras disponíveis do que atualmente.

De acordo com os informantes, na década de 70, as terras desta região não eram valorizadas como hoje em dia. Quando comentei

com uma informante que soube que a comunidade havia começado como agricultora, esta respondeu: "meu pai foi nascido na Barra de Tabatinga e pescava de jangada, tarrafa e linha. Ele era esperto que só. O trabalho daqui era um negócio de pescar, de roçado".

Para este grupo de pescadores-agricultores a terra, independentemente de ser ou não classificada como propriedade privada, é pensada e vista como um lugar para morar, trabalhar e passar para os descendentes. Quando se conversa com os informantes sobre as terras, a referência ao que a terra vale quase nunca é referência ao que ela vale no mercado, ao que vale tendo em conta a especulação imobiliária ou preços econômicos. A referência é ao que ela vale pragmaticamente, ao que vale para o trabalhador que dela necessita para sua subsistência. Tanto isso é verdade no caso de nossa comunidade, que até hoje a maioria destes posseiros não têm registro de suas terras no cartório, pois estão convencidos de que dono é aquele que planta e trabalha a terra. Quando perguntei a um informante se ele não tinha medo de perder suas terras por não ter registrado, este respondeu enfaticamente: "esta aqui está plantada, esta aqui tem dono". Em seguida, o mesmo informante comentou que um parente seu havia perdido um pedaço grande de terra para um usineiro, uma vez que lá não tinha roça, apenas mato. Segundo este informante, o usineiro chegou em sua casa e disse: "seu Luiz, eu não vou bulir em nada seu" e uns dias após esta conversa algumas terras vizinhas foram cercadas e logo depois seu Luiz disse que ficou sabendo que este homem havia registrado aquelas terras no cartório.

O informante culpou seu parente pela perda das terras, pois segundo este, além de não haver roça lá, o herdeiro não tinha se quer colocado um fio de arame para proteção. Os especuladores têm sabido se aproveitar muito bem desta concepção normativa⁵ de terra, como lugar de trabalho acreditada pelos informantes (regra ênica). Por este grupo não ter muita noção do valor monetário de suas terras, ou muitas ve

5- A ideologia se classifica em enunciados normativos e enunciados existenciais (ver Os Caçadores, de Elman Service, pág. 86-98).

zes por precisar de dinheiro, muitos praeiros venderam suas terras por preços irrisórios e por isso, hoje estão sem espaço para plantar suas roças.

Embora todas as terras que vão da Barra de Tabatinga até Camurupim no passado tenham pertencido à parentela Emiliano da Silva, fundadora desta comunidade, e que o processo de grilagem não tenha sido grande, como ocorreu em outras comunidades vizinhas, algumas pessoas foram vendendo suas terras por qualquer preço e nas palavras de uma informante "morrendo pobre", "na miséria".

A redução do mato, juntamente com a concentração de terras, não apenas reduziu a produção de mandioca, mas está eliminando a disponibilidade de lenha e madeira para a construção de novas casas de farinha.

A terra para o posseiro é apropriada pelo uso, é um instrumento de trabalho; tratando-se, assim, de uma outra concepção de propriedade, bastante diferente da propriedade privada capitalista cujo objetivo é a concentração de renda destinada à reprodução do capital (Martins, 1986). É dentro desta concepção, que os praeiros da comunidade da Barra de Tabatinga trabalham, não explorando o trabalho de outros, mas com a cooperação de parentes e vizinhos. Desta forma, trata-se de uma relação de produção baseada na cooperação e na reciprocidade e não numa relação de exploração de um homem pelo outro, destinada a produzir lucro. Esta prática é muito mais comum do que se pensa, pois, além da nossa comunidade, ela já foi constatada no Amazonas, por Martins e no Paraná, por Lombardi e Nakamura. Por isso, acredito que se tem dado pouca atenção para esta problemática.

Por causa de grande concentração de terras nesta área, o que restou está sendo usada coletivamente por vários herdeiros, os quais articularam um sistema de rodízio de plantio, onde o terreno é divi

dido em lotes ou "pedaços" para cada família, competindo a plantação, a colheita e a limpeza de ervas ao grupo doméstico. A escolha do local para a abertura de um roçado é feita pelo elemento (herdeiro) mais velho. Eu não presenciei, mas segundo alguns informantes, a limpeza do terreno é realizada por um ou mais homens, normalmente parentes, em fins do mês de fevereiro e começo de março. Além desta "propriedade coletiva", algumas pessoas têm também um pedaço de terra para cultivo próprio.

Hoje os mais jovens se lamentam muito não só pela falta de terras para plantar, mas também pela falta de pastos para os animais, os quais ficam dentro dos quintais dos donos ou estão sendo vendidos. Veja uma parte do depoimento deste informante:

P: O que o senhor acha sobre a chegada dos veranistas?

R: "Ficou mais ruim de pasto para os bichos, por causa que na época que tudo era aberto os bichos pastavam mais, porque tinha mais por onde andar. Cada vez que vão cercando mais, vai ficando mais difícil para a gente".

Ainda sobre a questão da terra, fui informada que, mesmo que o proprietário das terras deixe um filho mais velho para "tomar conta", cada um dos irmãos têm direito a uma quantia igual de terra. O fato do pai ter deixado a responsabilidade de tomar conta com o irmão mais velho, não significa que ele terá um pedaço maior. Às vezes, o dono divide logo em lotes dizendo quanto é de cada herdeiro, mas, às vezes, ele morre e não dá tempo. Se o falecido deixar uma viúva, esta tem direito à metade das terras do esposo, enquanto a outra metade é para dividir entre os filhos. Quando a viúva morre, os filhos dividem novamente a parte da viúva. Aqueles que não mais possuem terras, fazem roças em terrenos arrendados ou mesmo dentro de terrenos vendidos e já cercados, muitas vezes sem o dono saber.

CICLO ANUAL DE SUBSISTÊNCIA

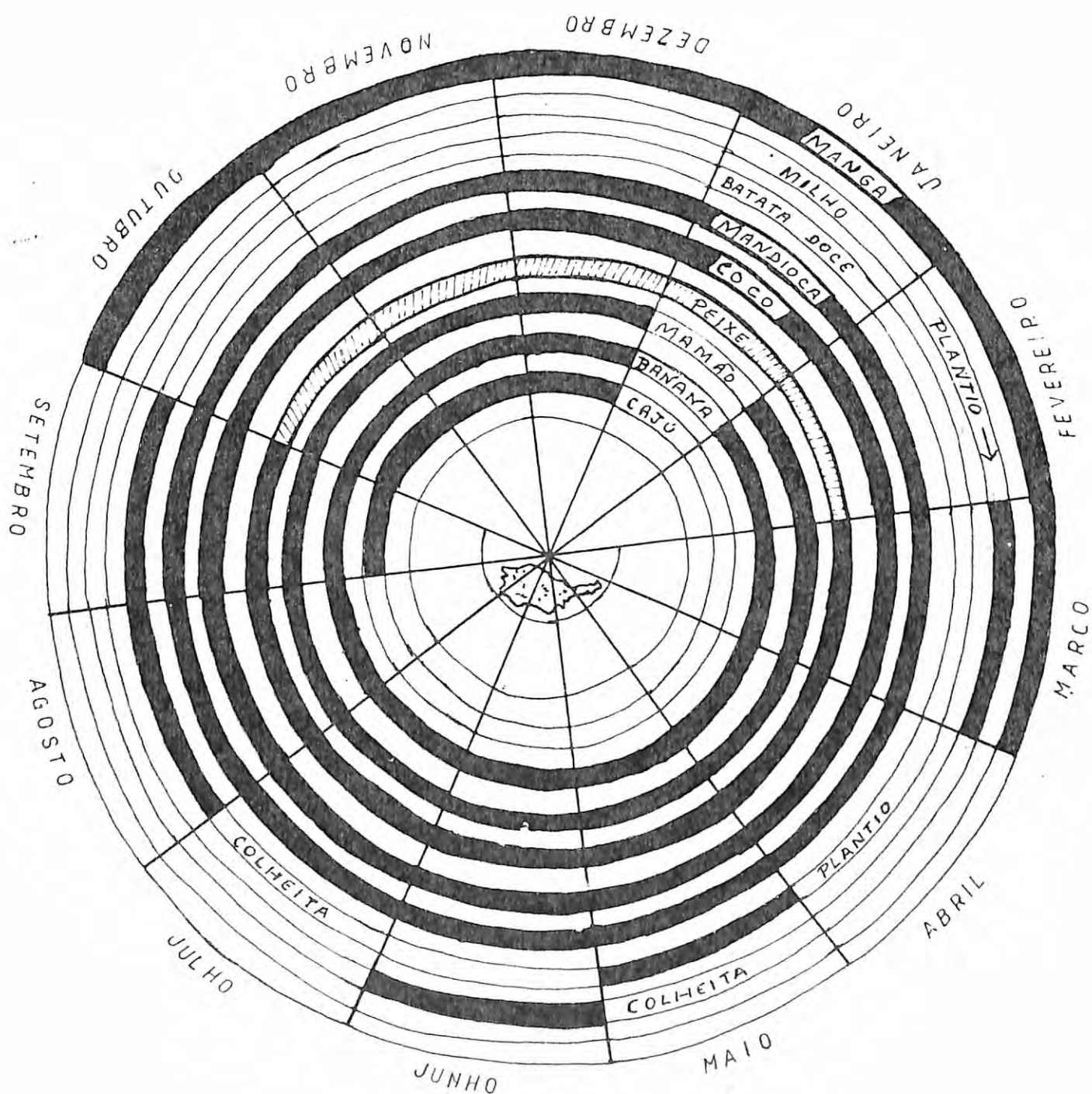


Figura 2

-  ESTAÇÃO CHUVOSA E FORTES VENTOS
-  ALIMENTAÇÃO BÁSICA
-  ALIMENTAÇÃO SECUNDÁRIA
-  PERÍODO DA SAFRA DO PEIXE

za do terreno e abrem as covas para plantar a macaxeira ou a mandioca. As mulheres e meninos vão colocando as manivas e tapando novamente os buracos. Além de utilizar o sistema de "coivara" para a limpeza do terreno, também denominado "brocar" por estes pescadores, utiliza-se também a enxada para tirar as ervas daninhas.

O sistema de "coivara" parece ser bastante prático e rápido, além de que pelo menos a curto prazo parece fertilizar o solo. O único problema é que, dentro de dois ou três anos, o solo tem que descansar. No passado, a roça era aberta em outro lugar uma vez que, como os informantes dizem, havia muita "terra solta" nesta localidade. Como muitas terras já foram vendidas, a falta de terras disponíveis está levando as pessoas a usarem o mesmo pedaço de solo, por até seis anos seguidos.

Da mesma forma como alguns jovens se lamentam pela falta de terras para plantar e pela falta de pasto para os animais, os velhos desta comunidade mostram-se bastante descontentes com os jovens que preferem trabalhar na construção civil a ter que trabalhar na pesca ou na agricultura. Veja o depoimento do senhor Cosme:

"Esses mais velhos, pelo menos quando nós chegemos aqui, esses mais velhos que já morreram um bocado deles, e ainda tem um bocado deles, disseram que a mocidade de hoje não querem trabalhar e que aqui foi um lugar rico de farinha. No tempo dos mais velhos, que trabalhavam, diziam que era nesse roçado muita mandioca, nesse mato faziam farinha que não tinha mais onde botar, e deixavam no roçado se acabar. Não

tinha preço nesse tempo, nem nada. Não tinha prã onde sair a farinha. Daqui prã Natal não andava carro. Tirava ali prã Pirangi de animal, num caminhozinho estreito. Eles disseram que plantavam o roçado, aí enchia de farinha, o resto deixava no roçado porque não tinha onde botar e ninguém aparecia prã comprar porque todo mundo plantava, todo mundo trabalhava no roçado. Mas esse povo moço de uns tempos prã cá, nem um vai botar um roçado prã trabalhar. Aí se apegam com os pais nê; os pais que tá ficando velhos e não podem mais trabalhar no roçado, aí vai diminuindo, aí tem essa farinhazinha mais não é como era. Tá muito mais pouca agora".

No passado, havia muito mais farinha, porque, por causa do isolamento da comunidade, havia mais terras disponíveis e praticamente todo mundo trabalhava na agricultura, além de não haver estrada para escoar a produção.

Embora, como já afirmei anteriormente, não pude assistir ao plantio de uma roça, fui convidada para ver uma colheita de mandioca no roçado do senhor Luiz Emiliano da Silva. Fui com dona Antonia, esposa do mestre "Tico". Ao chegarmos no roçado, às 6:30 horas, observei que só havia homens trabalhando e que todos eram parentes do dono do roçado. Fiquei surpresa, pois várias pessoas na comunidade haviam me informado que qualquer pessoa pode ajudar no plantio ou na colheita,

ou seja, homens, mulheres e crianças, parentes ou não. Mas o que pude observar foi que, pelo menos desta vez, não havia crianças e as únicas mulheres presentes eram justamente eu, gravando os depoimentos dos homens enquanto trabalhavam, e dona Antonia, que, sentada em baixo de uma árvore, conversava com seu Luiz. Havia lá três filhos, um sobrinho, um irmão e um genro que também é sobrinho do informante. Como dona Antonia foi comigo, o mestre "Tico" mandou um agregado seu para nos acompanhar, o qual levou um carrinho de mão para ajudar a fazer o transporte da mandioca para a casa de farinha.

As atividades cotidianas da unidade familiar e da unidade de trabalho sofrem variações de acordo com o ciclo da pesca e da agricultura. Realiza-se o plantio de quase todos os produtos durante o inverno, que corresponde, em termos gerais, ao período compreendido entre os meses de março e setembro, uma vez que as chuvas iniciam em março, daí os membros desta comunidade dizerem que só se planta o milho no dia de São José (19 de março).

O período de maior atividade agrícola é o inverno, ou seja, o período compreendido entre março e junho, onde homens, mulheres e crianças vão trabalhar no roçado.

Como já havia afirmado, durante o inverno o solo arisco fica coberto de mato que tem que ser retirado, no mínimo duas vezes por mês, para não sufocar a plantação. A limpeza do roçado do senhor Luiz foi feita pelo seu irmão, Cridenor, o qual recebeu cinco mil cruzeiros por dia, mais o almoço. Ao ver minha cara de surpresa, o informante disse: o dinheiro que ia dar para os outros dei para ele ou mesmo quando ele precisa de dez mil, doze mil, eu tendo, eu arranjo pra ele. Da mesma forma é ele, se eu precisar de qualquer coisa lá como eu precisei, eu digo, meu irmão, a farinha da mulher acabou, e na mesma hora ele disse não se preocupe. Ele botou um bocado de farinha no saco e trouxe e eu ainda estou comendo farinha".

O plantio do roçado do senhor Luiz foi feito segundo ele, por entre outros, os seus dois sobrinhos, pois, como esclareceu este informante "quando a gente ajuda os outros, eles ajudam a gente". Como o plantio é feito bastante cedo (às cinco da manhã), a esposa do dono da plantação prepara os beijos na noite anterior para servir com aratu e café para os trabalhadores, na manhã seguinte. Neste caso, observei que os beijos foram feitos na casa de farinha da comadre de dona Maria do Carmo de Oliveira.

De acordo com os informantes, o roçado que fica longe de casa é plantado abrindo covas no chão. Já os terrenos mais próximos de casa são plantados no que eles chamam de "leirão". O "leirão" pode ser preparado por apenas uma pessoa. No caso desta comunidade, são os homens que normalmente o fazem, mas se for preciso a mulher também pode fazê-lo. Fui informada que neste leirão se planta a batata-doce, durante o mês de maio, para colher em setembro ou outubro.

Embora eu não tenha presenciado, o informante afirmou que na plantação de mandioca, os homens cavam os buracos e as mulheres e crianças (a partir de dez anos) colocam as manivas nas covas.

Para juntar a mandioca já arrancada, os homens usaram um pequeno cesto de cipó, para em seguida colocar nos caçuás. Tanto o pequeno cesto como o samburá e os caçuás são confeccionados pelo irmão do informante. O samburá só é utilizado para carregar peixe, aratu ou lagosta, enquanto que o cesto é tanto usado para recolher a mandioca do chão do roçado quanto também é usado para transferir a mandioca já descascada, do chão para o conservatório. Já o caçuá pode ser usado para carregar qualquer carga no lombo de um animal.

2.5- Conservação dos Alimentos

Até 1982, quando ainda não havia energia elétrica nesta comunidade, negociava-se com o peixe na hora em que o pescador chegava na praia ou então como conservado (seco ao sol, depois de salgado), vendendo-o a um intermediário, o qual levava o produto para o interior do estado, ou ainda trocando um produto pelo outro.

Hoje, com o advento dos congeladores e geladeiras, o peixe é colocado direto nos congeladores e, quando os homens não estão em casa, o comércio do peixe é feito pelas esposas (desde que estas saibam lidar com a balança de pesar o peixe), uma vez que são elas que estão sempre em casa cuidando dos seus afazeres domésticos. Quando a mulher não sabe pesar o peixe, o esposo normalmente deixa em pacotes já pesados, no congelador. Mesmo tendo como congelar o peixe para não estragar, observei ainda duas mulheres salgando e colocando o peixe para secar ao sol.

O peixe normalmente é vendido inteiro sem, como eles dizem, "tratar". Embora os homens tenham dito que o trabalho de limpeza e escamação do peixe é feito somente pelos homens, durante nossa pesquisa, observamos as mulheres e, às vezes, meninas, não só limpando o peixe para o consumo doméstico como também limpando o peixe para o freguês que o solicitou.

Algumas formas tradicionais de conservação dos alimentos ainda persistem, como, por exemplo, quando não se pretende consumir a batata ou a macaxeira logo, estas são deixadas enterradas na prôpria roça, como ficou claro no depoimento do informante, as páginas 48 e 49.

Quando o grude ou a tapioca não são consumidos no mesmo dia, são guardados "abafados" ou enterrados na farinha para man

tê-los fresquinhos e serem consumidos depois.

Quando se plantava gergelim, torrava-se e pisava-se para ficar como farinha, igual à castanha e era consumido misturado com açúcar. Para não estragar, colocava-se para secar ao sol. Uma vez seco, batia-se até ele sair da casquinha, levando-o novamente ao sol. Se- co outra vez, era colocado dentro de um litro tampando-o bem para não dar bicho.

2.6- Comercialização

Roberto Motta distingue dois tipos de comercialização. A primeira, de caráter "aristocrático", volta-se para o Recife e gira essencial mente em torno da lagosta. A segunda, de tipo "plebeu", orienta-se para o consumo local e de comunidades vizinhas. A figura do "pombeiro" diz respeito à comercialização "aristocrática". A do "retalhista" refere-se à venda "plebéia" (Motta, 1979). Não observamos esta distinção na nossa comunidade. O que temos na Barra de Tabatinga é uma pessoa que diz ser "pombeiro", mas que na verdade corresponderia ao que Motta chama de "retalhista", uma vez que este senhor compra qualquer tipo de peixe dos pescadores da Barra para vender nas comunidades vizinhas, como Camurupim, e Alcançus. No caso, se o pescador pescou 70 ^{quilos} ~~quilos~~ de peixe, o "pombeiro" compra 50 e os 20 restantes fica para o pescador e a família.

Na comunidade da Barra, o comércio do peixe é feito, na maior parte das vezes, pelas mulheres, na casa do pescador que tem congelador para conservar o peixe ou ainda no mercadinho de secos e molhados. Observou-se que as pessoas que têm congelador são justamente aquelas que também são proprietárias de jangadas e armadilhas ou de um estabelecimento comercial. Os pescadores que vão embarcados, normalmente, tiram sua parte para o consumo familiar e o restante entregam em regime de consignação, para os donos de congeladores venderem.

Observou-se que, nesta comunidade, os pescadores mais pobres são justamente aqueles dois que vivem somente da pesca e do que produzem em seus roçados. Estes são os que mais sofrem no período em que a pescaria está fraca. Embora tenham o peixe para o consumo doméstico, precisam de um excedente para vender. O dinheiro que eles usam para pagar a energia elétrica, o gás e o fundo de manutenção além dos produtos que eles não produzem no roçado vem justamente deste excedente que é vendido. Seu Severino disse que para pescar não tem dia certo, "quando o vento está bom, a pessoa sai".

Quando perguntei ao mestre Severino o que é que ele faz quando não tem peixe para vender, ele respondeu "a gente vai juntando dinheiro em casa. Quando chega o tempo ruim, tem pelo menos alguma coisa". Segundo este pescador, durante este período vive de suas economias, pois não gosta de comprar fiado a ninguém.

Como alguns autores têm constatado em outras comunidades, faz parte da ideologia do agricultor e do pescador da Barra de Tabatinga, o valor positivo de ser livre e não trabalhar alugado para ninguém, como disse um informante: "aqui, cada qual trabalha no seu roçado e para si mesmo". Isto fica transparente na resposta de outro informante quando perguntei se seus filhos não o ajudavam na pesca. O seu "Tico" respondeu: "se eles pescassem, não viveriam sacrificados em construções trabalhando para os outros. Eles teriam o que comer e teriam também dinheiro para gastar. Não ganha dinheiro quem não pesca, porque um quilo de peixe tá muito caro".

Quando o excedente de peixe trazido pelos pescadores da Barra é pouco, este é comercializado em casa ou no mercadinho da vila. Segundo um informante, o dono deste estabelecimento aceita por consignação qualquer tipo de peixe para vender. O mestre Luiz (pescador da PB) entrega peixes, como serra, pescada, bonito por 700,00 (setecentos

cruzeiros o quilo em (setembro de 1991). Mas, os peixes considerados como "mais fracos", como o cação, o bagre, por não serem de primeira, são entregues ao dono do mercadinho pelo preço que, em setembro de 1991, variava entre 150,00 e 300,00 (cento e cinquenta e trezentos cruzeiros). Embora os últimos sejam considerados muito gostosos, pelos pescadores desta comunidade, não são muito procurados pelos veranistas. Estes últimos preferem mesmo peixes, como o serra e o bonito. Segundo uma informante, a venda de peixe nesta comunidade diminuiu depois que algumas pessoas da comunidade de Pirangi do Sul começaram a vender postas de peixe.

Na década de 70, tão logo o peixe chegava da maré, passava imediatamente pelo processo de escamação e em seguida era salgado e colocado ao sol para não estragar. Hoje como já havia afirmado, tão logo o peixe chega do mar é pesado e em seguida colocado dentro do congelador. Ele é escamado, limpo e cortado em postas somente se o freguês pedir. Apesar de 5 informantes terem dito que a limpeza do peixe é feita pelos homens, observei duas mulheres limpando o peixe tanto para o consumo doméstico, quanto para o freguês.

A muqueca normalmente é preparada com o leite de coco, cebola seca, cebolinha e coentro, sendo servida com o pirão do caldo do peixe.

5.5- Pluralismo

A literatura sócio-antropológica afirma que a constituição histórica-cultural das comunidades marítimas está relacionada, de alguma forma, com o distanciamento da "terra" enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sócio-cultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados à pesca empresarial capitalista, passam uma parte considerável do seu tempo (Diegues, 1983: 3).

No entanto, essa mesma literatura sinaliza para a recorrência de uma forma específica de organização econômica entre os pescadores, que é a plurivalencia ou o pluralismo (Beck, Maldonado, 1986; Lofgren, 1979; Breton e Labrecque, 1982; Motta, 1979). Trata-se da associação da pesca, que é uma atividade marítima ou litorânea, com a agricultura, a criação de gado (bastante comum na Escandinávia), o artesanato, o assalariamento sazonal, etc.

A comunidade da Barra de Tabatinga como já foi colocado também poderia ser entendida como uma comunidade agricultora dependendo do que se está buscando a nível de objeto de estudo, até porque alguns depoimentos de informantes evidenciam que este grupo foi inicialmente agricultor e que só recentemente é que entrou no ramo da pesca. É preciso, porém, ressaltar que a alimentação básica deste povo, tanto no passado quanto no presente, é a farinha de mandioca e o peixe. Segundo uma informante, antes da abertura da estrada, havia somente dois pescadores com jangada e uma pessoa tinha um curral de peixe. O restante vivia da pesca de linha, fazendo carvão e trabalhando na lavoura. É durante os meses de junho a outubro que mais intensamente se produz a farinha, sendo este período também o mais importante da pesca na localidade. Durante a safra da sardinha (que vai de agosto a setembro) e do peixe voador, a maioria dos homens que pescam vão para o mar, enquanto que os trabalhos na casa de farinha ficam aos cuidados do dono da farinhada que é quem "cozinha a farinha e das mulheres, as quais lavam e tiram a goma da massa da mandioca".

Assim, no caso dos pescadores-agricultores da Barra de Tabatinga, há um pluralismo econômico onde os homens se organizam de uma forma para os trabalhos na terra e de outra para a produção no mar.

Se o viver exclusivamente de um ambiente marítimo é um elemento fundamental ainda que não determinante de uma cultura ma-

rítima (Diegues, 1983: 3) o fato das atividades de agricultura e pesca na comunidade da Barra de Tabatinga se complementarem, talvez seja evidência para classificá-la como uma comunidade litorânea e não necessariamente marítima (Mourão, 1971; Diegues, 1983).

Nesta comunidade, existe o cooperativismo na organiza-ção social do trabalho na roça, na casa de farinha e no mar, mas só na troca de serviços, como se pode observar no depoimento parcialmente transcrito abaixo:

"Cada família planta sua roça, mas se por exemplo eu sou sua vizinha e lhe chamo para arrancar, raspar e tirar a goma da mandioca, se der quatro cuias de goma, duas é para você e as outras duas são do dono da farinhada".

O pescador-agricultor desta comunidade pode fazer um trabalho solitário em sua roça, mas não pode fazer o mesmo com relação à pesca com a rede no mar de fora, uma vez que esta é uma atividade que exige relações de produção sociais de natureza cooperativa e articulação tecnológica.

Enquanto o mar é ao mesmo tempo de todos, mas não pode, como a terra, constituir-objeto de apropriação privada ou acesso diferencial, cada família tradicionalmente tem um pedaço de terra para trabalhar; podendo plantar também nas terras coletivas deixadas como herança pelos seus pais e tios ou ainda em terras que não lhes pertencem.

Na localidade, assim como no restante do litoral do Rio Grande do Norte, o roçado está organizado com base na estrutura familiar, em geral do tipo extensa.

Os dados apontam para um trabalho familiar organizado

sobre a oposição roçado x casa. Tal oposição foi observada também por Heredia (1979), Garcia (1975) e Beck (1979). A responsabilidade da organização do trabalho no roçado e da casa de farinha cabe ao chefe da família; já no caso da casa e do quintal é do domínio da mãe-esposa. Enquanto o pai-marido é responsável pela organização da produção no mar e na terra, ou seja, da parte considerada o pesado, a mãe-esposa organiza o consumo. Isto fica transparente no depoimento da esposa do pescador, na página 68 deste trabalho.

As roças desta comunidade estão localizadas, na proximidade das moradias, nas várzes (esta é considerada o que eles chamam de "paul", ou seja, as terras úmidas e ricas da comunidade) e no que eles chamam de Arisco ou terrenos de fora. As tarefas junto ao roçado são desempenhadas em um ciclo sazonal, que tem a duração de um ano. Atualmente, este ciclo é cumprido para o plantio de apenas algumas culturas como mandioca, milho, feijão e batata-doce. Seguindo a tradição do camponês nordestino, nesta comunidade só se planta o milho no dia de São José (19 de março), pois é a época do começo das chuvas e São José para este povo é o santo da chuva.

A literatura antropológica tem mostrado a relação entre a pesca de pequena escala e/ou simples, também chamada "artesanal" e a "agricultura de pequena escala, também chamada "familiar" e/ou "camponesa" como já havia colocado. Esta relação entre agricultura e pesca foi observada por muitos autores e alguns dos trabalhos, considerados clássicos, sobre este assunto a ela se referem, como Firth (1946) e Forman (1971). Estas populações são caracterizadas por possuírem o domínio de um complexo conhecimento que lhes permite a prática das duas atividades, a pesca e o roçado, e que é sintetizada na dupla identidade auto-atribuída: pescadores-agricultores, (Beck, 1988: 291).

No Brasil, os estudos sobre a temática das pequenas comunidades agrícolas tem sido uma constante nas áreas especializadas do conhecimento, como Antropologia, Sociologia, Economia. A nível de literatura, há toda uma produção teórica que justifica o uso de conceitos referentes à agricultura, família-camposa de pequena escala. Com base em experiência própria e nas leituras pertinentes, pode dizer-se que agricultor é quem domina o conhecimento da terra: o ciclo anual, o período em que se deve plantar, os cuidados e a colheita é, quem sabe, "cozinhar" a farinha. O pescador-agricultor desta comunidade tem conhecimento não só do período da chuva e do período da seca, como também os rituais que podem lhes garantir uma boa colheita (na Barra de Tabatinga, só se planta o milho no dia de São José porque segundo os agricultores se chover neste dia é sinal de que o ano vai ser bom para a agricultura) e tem o controle do grupo familiar para o trabalho no roçado e na casa de farinha.

Pescador é quem domina o conhecimento do mar, das técnicas e também da pesca. Seja ele dono-de-rede, mestre, patrão, vigia ou camarada. Aqui o controle da produção é do dono-de-rede ou, como disse o mestre "Tico", do dono da armadilha e, na falta deste, do patrão. O conhecimento, o segredo, que permite a prática da atividade deve garantir a saída para o mar e a volta da guarnição a terra; permite que, ao identificar o cardume no mar, possa identificar também a espécie e o número aproximado de indivíduos no cardume. Enquanto eu observava 4 pescadores puxarem uma taineira, perguntei quais os dias bons para se pescar. Ele disse que: "Hoje não é um dia bom para pescar porque não tem sol, não dá para ver os peixes. Dia bom para pescar é quando tem sol e a maré está baixa". Apesar deste pescador dizer isso, eu observei pessoas pescando em dias nublados e com maré cheia. Segundo Beck, o conhecimento empírico das condições meteorológica - frio, calor, vento, chuva - é fundamental para prever a aproximação dos cardumes, bem como o conhecimento das correntes marinhas (Beck, 1979). Quando o vento está muito forte, o pescador da Bar-

ra não pesca no mar de fora.

Os dados coletados na Barra de Tabatinga evidenciam que a articulação entre roçado e pesca parece ter uma importância fundamental na organização da vida econômica, bem como de toda a sua organização social.

Embora alguns autores, como Tânia Silva (1989), coloquem que a pesca constitui uma atividade econômica independente da agricultura, mesmo quando praticada por pessoas que alteram as duas atividades, o que é o caso do nosso grupo, nesta comunidade eu percebo uma atividade como complemento da outra, pois a alimentação do povo ainda é o peixe e a farinha.

Mesmo antes da abertura da estrada, as pessoas da comunidade já levavam seus produtos para vender na feira de São José de Mipibu, no lombo de animais, aproveitando também para comprar o que não podiam tirar das suas terras e do mar. Como disse uma informante, "nesta época, não se tinha congelador e o peixe era salgado para vender. As pessoas vinham no lombo do burro para comprar o peixe e o transportavam dentro de grandes cestos chamados caçuás, para o interior perto de Nisia Floresta".

Segundo a informante, nesta época as transações eram feitas através da troca de um produto pelo outro, como salienta esta.

"As pessoas viam deixar farinha, goma, batata e voltavam para casa com o peixe... Não se podia comprar o peixe, então se trocava um produto pelo outro".

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

3.1- Parentesco e Relações Sociais

Com relação às relações sociais entre pescadores, foi interessante notar que durante o tempo da pesquisa não constatamos a ocorrência de nenhum caso onde o pescador-pai, dono da jangada, trabalhasse junto com o filho como tripulante, apesar de existirem alguns pescadores donos, cujos filhos estavam com idade suficiente para sair ao mar. Mas foi observado alguns casos onde irmãos pescam e de pais fazendo pesca de linha com seus filhos. Embora os próprios pescadores digam que o normal é levar três pessoas na jangada para o mar de fora, há três casos nesta comunidade onde apesar do serviço ficar "mais pesado", preferem ir somente em dois por serem parentes e para evitar de ter que dividir a produção com uma pessoa não parente.

Há casos como o do mestre "Tico" em que os tripulantes de sua jangada não são parentes, mas são vizinhos da sua confiança e da mesma comunidade, às vezes, podendo ser também um pescador que vem de fora da comunidade, como no caso do pescador que está passando uns tempos como agregado do mestre "Tico".

Como já havia afirmado, as relações de parentesco nesta comunidade são o referencial mais imediato pelo qual estes pescadores formam suas tripulações para o mar e buscam mão-de-obra para o trabalho no roçado. A literatura pertinente evidencia este traço como sendo praticamente universal, diante do consenso existente entre estudiosos não só de comunidades litorâneas e marítimas, como também estudiosos do campesinato em geral. Não sendo este o critério de escolha, leva-se outra pessoa que saiba pescar e que como disse o mestre Severino "entenda do vento e sabe governar a jangada. Ninguém entrega a navegação a todo mun

do que não saiba. Quem não sabe dirigir vai guiar um carro prá sair batendo no povo? assim é a navegação". Além disso, os pescadores da Barra de Tabatinga afirmam que não gostam de levar para o mar pessoas que não têm carteira de pescador fornecida pela SUDEPE. O filho de onze anos do mestre Severino já sabe pescar no mar de fora e em suas palavras, "o menino tendo embarcação não enjoa não". Muitos filhos de pescadores com idade para pescar disseram que não pescam porque além de enjoar quando estão sobre uma jangada, preferem trabalhar na construção civil. Isso pode explicar em parte a descontinuidade do ofício de pescador entre as famílias de donos de jangada.

3.2- Organização Social da Pesca

Uma proporção relativamente alta dos pescadores de rede por terra são de homens jovens em plena produtividade que pescam para o consumo doméstico, mas que normalmente trabalham em outras atividades de onde vem o dinheiro para a compra de produtos que não produzem no roçado.

Ao contrário do que alguns pescadores disseram, quando afirmaram que a pesca com rede não pode ser feita por apenas um pescador, o senhor Hernandes (afiliado do mestre "Tico"), afirmou que pesca sozinho sobre uma jangada no mar de dentro usando uma taineira de 100 metros. Informou-me que a jangada é do seu padrinho, mas a rede é sua. Mesmo usando a jangada do padrinho, este pescador afirma que como pesca sozinho não há divisão da produção. Segundo este pescador, a taineira é uma rede que não pode ser usada no mar de fora, só se usa dentro dos recifes. Esta rede pode ficar armada dentro da água por até 8 horas e, além da tainha, pega também sardinha e um peixe que os pescadores da localidade chamam de pilombeta. Os homens que fazem a pesca de rede por terra quase sempre são parentes. Temos o exemplo do informante João

que pesca junto com seu irmão, dividindo a produção em duas metades, ali mesmo na praia, após a despesca. Ao chegar a casa, o peixe é novamente dividido com outros parentes. É difícil dizer qual a quantia que vai para cada parente destes pescadores, pois quando a gente pergunta eles dizem que dão um quinhãozinho para cada um. Pelo que pude observar, o quinhãozinho pode corresponder a uma refeição ou a um tira-gosto para um indivíduo.

Quando se pergunta a quem eles dão o peixe, nunca se recebe uma resposta específica. Eles sempre respondem que dão aos parentes e a quem precisa.

Mas os dois irmãos de quem eu vinha falando no primeiro parágrafo desta página estão juntos não só na pesca, mas também no plantio e na colheita nas terras por eles considerados de uso coletivo, por elas serem herança deixada por seus pais e tios. Além deste trabalho, cujo produto é para o uso do grupo doméstico, os dois irmãos trabalham juntos no conserto de cercas e na limpeza de terras que no passado pertenciam à sua parentela, onde recebem um salário de Cr\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros em 6/6/92), com carteira assinada. Um destes irmãos de nome João recebe também Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros) da prefeitura de Nísia Floresta para ligar o chafariz todos os dias e fazer sua manutenção quando preciso. Os filhos deste pescador trabalham no restaurante do tio (irmão de sua esposa) pela manhã, onde ganham os 10% e estudam à tarde, em Nísia Floresta. José, irmão de João, também possui um restaurante no qual João ajuda aos domingos. Quando perguntei se ele ganha alguma coisa pela ajuda que presta a seu irmão, este respondeu: "não ganho nada não, é só prá ajudar, às vezes ele me dá uma "grojeta", um negócio".

O grupo doméstico nesta comunidade de pescadores-agricultores tem como função, não só organizar a produção como também o consumo.

Não se pode confundir a família composta ou extensa com grupo doméstico (household ou domestic group), uma vez que a característica essencial do grupo doméstico é ser uma unidade de residência, de produção e consumo, ou seja, uma unidade que se define em função de outros critérios que não os do parentesco ou das alianças matrimoniais. Nesta perspectiva, quando me refiro a grupo doméstico, entende-se por grupo doméstico o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum (Auge, 1975; Sahlins, 1974; Heredia, 1979).

Cada casa é habitada por pessoas ligadas entre si por laços de parentesco: pai, mãe e filhos solteiros podendo, se preciso, agregar-se a eles o pai ou a mãe de um dos cônjuges (embora nesta comunidade observei dois casos onde as mães tanto do marido quanto da esposa preferiram ficar morando sozinhas), ou filhos adotivos. Há um caso também onde todos os filhos do casal já se casaram montando residência em outro local e o casal de velhos vive hoje com mais um homem que se agregou a eles, mas que dorme no terraço da casa.

Nesta comunidade, o parentesco é transmitido através da descendência bilateral, com residência neolocal.

Quando os filhos se casam, passam a residir em sua própria casa, constituindo unidades de trabalho separados. Desta forma, é através do casamento que se forma um novo grupo doméstico.

Em quase todas as atividades de homens ou mulheres, seja no mar, no roçado ou na casa de farinha, havia quase sempre um grau de parentesco entre eles, seja em atividades ligadas à pesca com rede, seja na casa de farinha ou no roçado.

Num dia qualquer, as atividades de trabalho comum começam às cinco da manhã, hora em que todos se levantam. Aqueles que estão ligados a construções de casas de veranistas saem cedo, normalmente

junto com algum parente.

Os meninos com idade entre dez e treze anos já dão sua contribuição em trabalho para o grupo doméstico. Quando o chefe da casa não pode encher os potes de água, são normalmente os meninos, ou, na falta destes, as meninas quem o fazem. Com esta idade, cada menino já tem seu pequeno samburá, pois, embora não possa participar na pesca no mar de fora, eles tanto fazem a pesca de linha quanto a coleta do aratu. Como pude observar, às vezes, este é o único produto do mar que a família do pai/esposo que está trabalhando na construção civil tem para comer.

É importante dizer que alguns dos homens que trabalham no roçado e na pesca, além de trabalhar na construção de casas para veranistas durante o período compreendido entre dezembro e janeiro, muitos fazem pequenos serviços como cortar lenha para fazer carvão, vigiar casas de veranistas, e todo e qualquer pequeno serviço que traga mais alguma renda para sua casa.

Embora não se pesque e nem trabalhe no roçado aos domingos, pescadores passam as tardes consertando as redes de pesca, além de atender e conversar com os parentes e vizinhos que chegam para visitá-los. O trabalho vai mediar as relações sociais entre as pessoas nesta comunidade. Quando se vai à casa de alguém para fazer alguma coisa, se tem a chance também de trocar idéias e falar sobre as "fofocas" do dia. O mesmo ocorre com as mulheres, quando saem para lavar roupa na lagoa ou para varrer o quintal pela manhã e à tarde.

Quando uma mulher tem um filho, normalmente vai para casa da sua mãe ou a mãe para a casa da filha, a qual se encarrega de cuidar de sua roupa e alimentação, tipo de ajuda comum entre irmãos, mãe filha ou entre tias e sobrinhas. Quando uma avó ou avô está precisando de ajuda, sua neta normalmente vai lá para lhes ajudar. Deste modo, é

comum a ajuda nos casos de doenças ou de situações econômicas críticas. Com isto, não quero dizer que não haja exceções, porque elas existem. As pessoas que não querem cooperar são muito criticadas pelas demais.

Pode haver relações comerciais entre vizinhos ou parentes quando se trata por exemplo de fazer a limpeza de terreno, como no caso já citado do senhor Cridenor que limpou as ervas daninha da roça do irmão. Há relações comerciais também quando se trata da construção de jangadas, pois esta é a especialidade de uma única pessoa na comunidade. Só que quando este especialista constrói uma jangada para alguém de fora, o pagamento é feito em dinheiro, na hora em que entrega a "navegação", mas se for para outro pescador, a embarcação pode ser paga com peixe, como no caso do mestre Severino.

Quase todas as pessoas desta comunidade são aparentadas entre si, remetendo a basicamente uma única parentela. Uma família sempre está ligada à outra, pelo menos através de um parente comum. Assim, os laços de vizinhanças reforçam-se com os de parentesco e, muitas vezes, com relações de compadrio. Neste último caso, os laços de vizinhanças e de parentesco são ainda mais fortalecidos embora se tenha observado que existem muitos conflitos dentro das famílias e entre elas. Os compadres, mesmo sendo parentes, são chamados de padrinhos pelos seus afiliados. Os compadres sabem do parentesco existente entre eles, mas, às vezes, o afiliado não sabe que seu padrinho é também primo de sua mãe.

Nesta comunidade, a "feira" (compras) é feita no sábado e na segunda, sendo que os vizinhos se dirigem as feiras tanto para comprar quanto para vender grude, tapioca, e as vezes peixe. Há um pescador na comunidade que possui um carro e por esta razão ele pode levar o peixe direto para as feiras de São José do Mipibu, quando não vende tudo na própria comunidade.

Na pesquisa que fizemos em Pirangi do Sul e Búzios, constatamos que grande parte das mulheres donas de casa das duas comu-

nidades, fazem suas "feiras" (compras) em Natal. No caso da Barra de Tabatinga, tradicionalmente, o costume era, e ainda é, de fazer suas compras em feiras livres, como em São José do Mipibu ou ainda na feira do Alecrim, em Natal. Mas com a introdução de novos padrões de consumo, elas estão dando preferência para os Supermercados. Acredita-se, porém, que esta preferência pelo Supermercado e em especial pelo Supermercado São José, além da feira do Alecrim, tem a ver com o fato de existirem paradas de ônibus (Natal - Barra de Tabatinga) de frente a estes locais, facilitando o transporte das mercadorias.

O ônibus que faz o percurso Natal - Barra de Tabatinga é o único meio de transporte do qual a comunidade dispõe para o transporte de doentes e para chegar aos Supermercados.

Quando, durante a semana, há necessidade de alguma mercadoria de armazém, recorre-se às vendas existentes no lugar.

Como nas outras duas comunidades, as mulheres da Barra são levadas a comprar fora porque, como pudemos constatar, só existem três mercearias de secos e molhados nesta comunidade e que por sinal são muito caras, havendo pouca escolha.

Além destas três mercearias, que vendem por retalho, existem também sete bares-restaurantes. Seis destes são frequentados somente por turistas e veranistas, enquanto apenas um é frequentado pela geração mais jovem da comunidade da Barra, não só pela bebida (cachaça) como também para jogar bilhar, além deste ser um ponto de reuniões sociais dos homens. Por sinal, este era a única morada-bar que ficava localizada em meio às casas de veranistas, na parte sul da comunidade. Fiquei sabendo que o mestre Antônio (dono do bar) já vendeu este local e como pude observar já está construindo uma outra casa, com uma pequena venda para servir cachaça e vender peixe, em meio a casas e terrenos de outros pescadores-agricultores. O restante dos bares-restaurantes só

trabalham com bebidas caras, que os pescadores não têm condições de comprar.

Dos sete bares-restaurantes, cinco pertencem a pessoas da própria comunidade, enquanto os outros dois são de pessoas de fora.

Algumas vezes, quem faz a "feira" é o homem e não a mulher. Segundo algumas informantes, seus esposos fazem as compras porque elas preferem ficar em casa para preparar o almoço e para vender o peixe que fica no congelador. Observe uma parte deste depoimento da esposa de um pescador:

"Eu gosto que "Tico" vá fazer a "feira" porque eu ficando para vender o peixe cuido da casa e do almoço. Se eu for e ele ficar, ele não faz nada. Toma café e não tira nem a xícara da mesa".

Neste depoimento, mais uma vez é transparente a oposição masculina-feminina na divisão de tarefas expressas na oposição casa-roçado, observada também por Heredia (1979) no Sertão de Pernambuco.

A prefeitura de Nísia Floresta é responsável por alguns contratos assinados durante a gestão do senhor Diógenes, com três professores para o grupo escolar, três telefonistas, uma pessoa para fazer a manutenção do chafariz, uma merendeira e uma servente.

A assistência médica é feita nos postos de saúde de Pium ou de Ponta Negra, pela Colônia de pesca e por duas benzedadeiras "práticas".

A comunidade não tem farmácia. Os remédios são comprados fora, em geral. Nas doenças comuns, tomam os remédios feitos em casa.

Um dos mecanismos de que se valem para estabelecer articulações viáveis com as camadas superiores é o compadrio. É por demais sabido que o compadrio pode ser usado tanto para ampliar quantitativamente e especialmente o número de parentes relacionados ritualmente, como para reforçar elos de sangue e de afinidade já existentes; uns e outros obedecem a motivos contrastantes.

Segundo Marvin Harris, no contraste ideal-real, o problema de especificar as operações pelas quais alguém chega a saber o que a gente "realmente" faz nem sequer se cogita, enquanto que para a distinçãoêmica-ética esse problema é fundamental.

Apesar das mudanças vindas de fora, as relações de parentesco ainda desempenham relevante papel na solução dos problemas econômicos deste povo. Foi constatado que, para este grupo de pescadores agricultores, o parentesco ainda é a via normal de procurar ajuda (seja no roçado, seja na pesca, um empréstimo ou na casa de farinha). Até mesmo para as pessoas que não nasceram, mas que vivem nesta comunidade, há muito tempo, já fazendo parte e sendo aceito como parentes através do compadrio, o parentesco é o mecanismo mais normal para procurar ajuda. Muitas dessas relações de compadrio foram criadas antes da abertura da estrada que liga Natal à Barra.

Por causa da dificuldade de transporte, algumas crianças da Barra, que iam estudar em Natal, ficavam na casa dos padrinhos em Pirangi do Norte. Alguns destes padrinhos e madrinhas acabaram indo morar em Barra de Tabatinga.

Mesmo que, em praticamente todos os aspectos, as formas de relações de parentesco deste grupo de pescadores-agricultores mantiveram-se quase inalteradas desde a década de 70 até agora, como venho tentando esclarecer neste capítulo, é necessário lembrar-nos de que embora a manutenção dessas redes e sua ativação para resolução de proble-

mas pessoas sejam vistos por alguns autores como um traço cultural das classes menos favorecidas ou como um tipo de tradicionalismo que não corresponde às necessidades do homem urbano vendendo sua força de trabalho no mercado industrial, Berlink e Hogan (1978) mostraram que brasileiros de todas as classes sociais recorrem a essas redes para resolver seus problemas quando podem.

Apesar da solidariedade implícita no parentesco, há brigas e rivalidades entre parentes próximos, mas são raras. Porém, quando não existem, geralmente os parentes mais próximos são os mais procurados para ajuda, em especial quando estes têm a possibilidade de atender ao que o outro estiver precisando. É comum o casamento entre primos e, muitas vezes, um tio ou um primo é também padrinho, pois, como já foi colocado, esta comunidade até bem pouco tempo era bastante isolada da sociedade envolvente. Por causa de muitos intercasamentos entre primos, alguns informantes dizem que há crianças com problemas mentais. Eu mesma só constatei três casos destes.

Como no passado, quanto mais destacada a posição sócio-econômica de uma pessoa, tanto mais compadres tem, e tanto mais os parentes distantes destacam o grau de parentesco existente entre eles. Com isto, não quero dizer que haja estratificação de classes sociais nesta comunidade, porque não há. O que existe é uma hierarquia a nível de prestígio, ou seja, há uma liderança informal por parte de algumas pessoas na comunidade. Além destas pessoas terem uma grande quantidade de afiliados, são procurados também para prestar ajuda, aconselhar ou dar opinião sobre os problemas dos outros. A família de quem estou falando quase não visita outras famílias, ela recebe visita dos outros. Ao mesmo tempo, observamos que os donos de bares-restaurantes desta comunidade só empregam seus parentes, como irmãos, sobrinhos ou filhos. Embora a utilização de redes de parentesco entre parentes menos próximos para estabelecer relações patrão-empregado não pareça ser muito útil, neste caso,

tive a oportunidade de observar vários afiliados fazendo questão de dizer que o informante A é seu padrinho e que quando precisa de armadilha para pescar seu padrinho sempre empresta.

As relações de parentesco mantêm seu sentido na pesca com rede e são importantes na obtenção de trabalho na área governamental e no estabelecimento do pequeno comércio. Alguns moradores da comunidade têm citado o nome de parentes próximos como sendo a pessoa que o ajudou a obter o emprego que tem agora. Uma das moças que trabalha na TELERN disse que conseguiu o emprego porque seu tio falou com o prefeito. Já outro informante disse que em sua família só tem um irmão que em suas palavras "não tem nada", mas porque não liga para nada e é muito "estragado". Como já havia afirmado em outra parte deste trabalho, há muitos que trabalham na construção civil e por isso é bastante comum um morador encontrar um serviço e avisar aos demais com quem está acostumado a trabalhar sobre as oportunidades de empreitas. Desta forma, quando um mestre de obras ou um pedreiro consegue uma empreitada, normalmente tenta empregar filhos, sobrinhos ou primos, como servente, para trabalhar ao seu lado. Estes homens preferem receber semanalmente, pois como disse uma informante "assim sempre tem um dinheirinho para comprar alguma coisa que precisar e recebendo por mês é mais difícil. O meu marido, continua esta, está trabalhando numa construção ali, para receber no fim do mês, mas só está lá até arranjar outra coisa".

Embora o grupo seja também agricultor e portanto acostumado com a idéia de esperar alguns meses para fazer uma colheita, é também imediatista em algumas coisas, além de prezar muito sua autonomia como já coloquei.

Há muita solidariedade em relação a compadres e parentes, inclusive distante, com os quais mantêm amizade e atenção, na procura de trabalho.

As mulheres que trabalham como lavadeiras ou faxineira fazem este mesmo tipo de troca entre si. É freqüente, também, conseguirem biscates para os homens de sua família ou parentes próximos, nas casas onde trabalham.

Em alguns casos, todo o dinheiro ganho pela mulher é gerenciado pelo esposo. Fiquei surpresa no dia em que fui buscar uma roupa que havia deixado para uma informante engomar. Como ela estava ocupada no momento em que eu fui buscar, seu esposo me entregou a roupa e ao receber o dinheiro enfiou-o no bolso. Sua esposa só chegou a saber que eu havia pago, quando me perguntou na semana seguinte.

Segundo Maldonado (1988), os pescadores costumam observar parentes fictícios, considerando-se familiares não só os compadres, mas também as tripulações que pescam juntas há muito tempo, os pescadores se tem como parentes. Constatamos alguns casos destes na nossa comunidade, como aquele já citado, onde um pescador cearense veio visitar uma tia em Nísia Floresta e está ficando na casa do mestre "Tico" como se fosse um membro da família. Este pescador pesca e conserta redes ajudando em tudo como se fosse mesmo de casa.

Como já afirmei anteriormente, nesta comunidade, o parentesco é entre outras coisas utilizado como critério de organização e divisão do trabalho e da produção. Trabalhos feitos entre pescadores canadenses da Terra Nova, de certa forma, explicam a recorrência do parentesco como referência de recrutamento, constituição e manutenção de tripulações onde estes afirmam tratar-se de um dos mecanismos de que os pescadores se utilizam para protegerem-se dos riscos inerentes ao meio e que estes aumentariam sem a cooperação e a coordenação de tarefas que o trabalho com pessoas aparentadas teoricamente possibilita. Apesar de termos ficado sabendo de algumas brigas bastante feias entre pessoas da mesma família, na comunidade da Barra de Tabatinga, como já falei anteriormente, isto não é comum entre o grupo de pescadores-agricultores. O

parentesco minimizaria também os riscos de conflitos e de brigas entre as pessoas facilitando a composição de grupos de trabalho e informando afetivamente as tomadas de decisão. Para Nemec (1972), Andersen e Wadel (1972) o parentesco torna-se condição de produção. Isto pude observar durante minha pesquisa, pois todos os pescadores diziam que é melhor ir para o mar de fora com três pescadores que conheçam o "ofício" e que sejam aparentados, na falta disto preferem pescar em dois que sejam irmãos, primos ou sobrinho, mesmo isto implicando um trabalho mais pesado.

Como já afirmei, o pescador da Barra pesca quando o vento permite e a embarcação chega. Alguns reclamam que a embarcação é muito pequena (nesta comunidade a maior jangada tem cinco metros de comprimento), limitando a quantia de peixe que se pode capturar. Segundo os pescadores, há muito peixe, mas não se pesca onde se quer e sim onde a embarcação chega. Assim, o longe para estes pescadores é até onde suas embarcações podem chegar. Alguns têm expressado o desejo de adquirir uma embarcação motorizada, pois o peixe de maior valor se pesca mais longe e para chegar lá se depende do vento que nem sempre está a favor do pescador. Temos o exemplo do mestre Antônio, que pesca com seu primo e que enquanto eu o entrevistava pediu-me que procurasse saber onde e quais as condições que ele teria para comprar um barco a motor, pois acha que está trabalhando muito e tendo pouca produção. Entre os pescadores, este pode ser considerado o que está em melhor situação financeira, pois além de possuir uma caminhonete (ninguém mais na comunidade possui), possui também um bar e duas casas. Uma destas casas fica na praia de Barreta e segundo este, não foi registrada no cartório. Tendo transporte, este pescador vende seu peixe não só na praia e em casa como também na feira de São José.

Quando perguntei se era sua esposa quem vendia o peixe, este respondeu, que não que ele mesmo vende o peixe.

O parentesco nesta comunidade tanto é condição de pro

dução que se um pescador não tiver um parente com quem pescar muitas vezes não vai ao mar. Nas palavras do mestre "Tico" "só vou ao mar quando tem uma parelha".

A jangada é na sua simplicidade o meio de transporte que permite aos pescadores o acesso aos espaços produtivos do mar. Ele é em si um instrumento de trabalho cuja utilidade nesta comunidade se realiza em articulação com redes, anzóis, samburás, linhas e tantos outros elementos utilizados na produção pesqueira. A este nível, o acesso ao mar e a produção que certas formas de navegação permitem é determinada pela tecnologia utilizada. O tempo de permanência no mar é a expressão do alcance tecnológico das embarcações e dos instrumentos utilizados na pesca (Maldonado, s/d: 6/61).

Como já havia exposto, as relações de produção deste grupo tem como base a cooperação e a reciprocidade. Desta forma, pela sua natureza cooperativa e pelo distanciamento da terra, a pesca é um "ofício" no qual a confiança, a cooperação e a competência dos participantes constroem condições de trabalho e de produção.

Nesta comunidade, com exceção de um caso onde a esposa e a filha saíram para a lagoa e o marido/pai ficou lavando a casa, os homens não fazem trabalhos considerados por eles como atividade feminina.

Durante o inverno (de março a agosto) normalmente a vida do pescador é bastante difícil. No mesmo dia em que fui comprar umas tapiocas, resolvi parar na casa de outra informante e, enquanto conversávamos, a informante abriu sua velha geladeira para tirar um dim-dim. As únicas coisas que vi fora os dim-dim foi algumas garrafas de água e um pequeno pedaço de carne de sol.

Já no verão (setembro a fevereiro), a época de grandes safras de peixe e da captura do "aratu" (caranguejo das Rocas), é difícil encontrar uma família que não tenha proteína animal na mesa várias vezes

por semana. Nessa época, também há fartura de frutas, que proporcionam muitas vitaminas, especialmente, às crianças, que freqüentemente passam o dia nos cercados mais afastados ou no mato mais próximo catando caju, pitomba, mangaba, etc. Como já foi dito, no "inverno", época das chuvas, faltam tanto as frutas quanto o peixe. Este fato é agravado por vários outros. A construção civil normalmente também apresenta uma queda nessa época, oferecendo menos empregos aos jovens da comunidade. Também a freqüência de banhistas na praia cai muito, restringindo o rendimento daqueles que têm pequeno comércio. Pessoas, como dona "Maria do Grude", nunca sabem quantas tapiocas e quantos grudes deve fazer, pois não sabe quantos fregueses irão comprar ou se terá alguém para comprar.

Há, desta forma, um caráter cíclico na economia doméstica do grupo estudado, e durante o inverno, como já foi dito, observa-se diversas famílias com sua alimentação mais restrita. Já que não pode ser capturada no mar, a carne bovina ainda é considerada uma comida cara e de status. Mesmo nas famílias onde todos trabalham, é difícil ver carne nas refeições. Quando dá para comprar, usa-se a carne de sol.

Congruentemente, com a bilateralidade da transmissão do sangue, o sobrenome de uma pessoa é formado pelo nome da família de seu pai e o do pai de sua mãe. Rigorosamente, temos uma bilateralidade na formação do sobrenome e não do nome da família.

Para o grupo de pescadores-agricultores a casa ainda é o foco do processo de distribuição, seguindo um padrão de reciprocidade, para outros grupos domésticos aparentados. Sempre que pude observar, constatei que a partilha do peixe é feita na casa do dono das armadilhas, a não ser que metade das armadilhas pertença aos outros dois pescadores. Neste caso, a partilha pode ser feita na praia. Como já havia dito, normalmente o pescador tira da produção o peixe para seu uso pessoal e para distribuir com os parentes mais próximos dependendo da quantia de peixe que conseguir capturar, sem esquecer que eles dependem da venda

de parte deste peixe para comprar produtos, como café, açúcar, sal, roupas, fundo de manutenção entre outras necessidades que não podem ser supridas nem pela produção do roçado nem pela produção do mar. Os parentes por compadrio ficam por último, mas sempre recebem alguma coisa, mesmo que o conteúdo seja quase insignificante, ou seja, mais um gesto simbólico. Eu colocaria isto dentro do que Service chama de reciprocidade generalizada, onde as transações, supostamente, altruístas, ocorrem baseadas em linhas de assistência gratuita e de possível, assistência retribuída (Service, 1971: 27-29). Quando há fartura, compartilha-se com todos os parentes mais próximos e compadrio, mas quando se tem pouco, dá se alguma coisa para os parentes mais próximos e leva-se algo simbólico para os compadres e ou amigos. Por mais de uma vez, pude observar um pescador dar um pequeno "quinhão" de peixe para sua irmã e mandar três pequenos aratus para sua comadre. O peixe enviado para a irmã era o suficiente para uma refeição, mas os aratus mandados para a comadre era mais um gesto para demonstrar que esta não havia sido esquecida e para garantir que quando precisar terá nela uma pessoa com quem possa contar. Quando estive observando a colheita da mandioca, o mesmo gesto simbólico dirigido para a comadre foi dirigido também para mim. Um informante perguntou-me se aceitaria uma espiga de milho que ele me desse, ao responder que sim, este senhor olhando para os poucos pés de milho já secos e bichados e após quebrar várias espigas de milho, estragadas entregou-me uma, que para ele parecia boa. Era uma única espiga de milho, com uns poucos grãos, mas que para ele significava dizer que apesar de ter perdido parte do seu milho, é um homem generoso.

Através do rádio, que todos têm, da televisão, para quem possui, dos jornais e das notícias trazidas pelos que saem a passeio, a população desta comunidade toma conhecimento das últimas notícias do Brasil e do mundo. O rádio é o meio de comunicação de maior penetração na Barra de Tabatinga, pois nem todos têm um televisor, mas todos pos

suem um pequeno rádio.

Em 1982, quando estivemos olhando um terreno nesta comunidade, observei alguns cascos de tartaruga marinha jogados próximos à casa do mestre Tico. Em 1991, perguntei se eles comiam tartaruga, o pescador respondeu que não, pois em suas palavras, está "proibida a pesca da tartaruga, do peixe boi e do boto". Isto ele provavelmente ouviu no rádio ou na televisão.

Não há cinema na vila, mas, às vezes, o clube municipal é usado como sala para passar uma fita de vídeo.

3.3- Trabalho Doméstico

Como já foi observado por outros pesquisadores, tanto entre comunidades de agricultores como em comunidades de pescadores, na Barra de Tabatinga a responsabilidade da organização do trabalho no roçado e na casa de farinha cabe ao chefe de família; já em relação à casa e do quintal, cabe à mãe/esposa. Assim, enquanto o homem é responsável pela organização da produção, ou seja, da parte considerada o pesado, a mulher organiza o consumo. Isto significa que embora na nossa comunidade o terraço das casas de pescadores sejam ocupados também pelos homens enquanto consertam suas redes de pesca, em geral, a casa e o quintal é um espaço de trabalho feminino.

Da mesma forma que o homem não faz trabalhos considerados de mulheres, as mulheres também estão excluídas da unidade de produção da pesca em alto mar. Ao perguntar se as mulheres também trabalham no roçado, o informante respondeu que elas "ajudam⁶", mas que só quem trabalha na roça são os homens.

6- Qualquer atividade de mulher no roçado é considerada pelo homem como uma "ajuda", pois assim como a jangada, o roçado é visto como um lugar de trabalhos dos homens e é de lá que se tira os produtos mais importantes para a dieta deste povo.

O informante deu a entender que ajuda feminina na roça não é trabalho.

Isto poderia ser visto à luz do que Beatriz Heredia observou em uma comunidade da Zona da Mata de Pernambuco, ou seja, que nem todas as atividades aparecem caracterizadas como trabalho, visto que esta categoria refere-se a um tipo específico de atividades.

Apesar de o trabalho da mulher no roçado não ser considerado como trabalho por parte dos homens e sim uma "ajuda", observei o caso de uma viúva que não só está fazendo todo o trabalho de casa e roçado, como também vendendo o peixe que seus filhos deixam no congelador de sua casa. O congelador foi colocado na casa dela pelo fato desta residência localizar-se próximo à rua principal, facilitando assim o escoamento da produção.

Observei que as mulheres ou meninas maiores varrem o terreiro todos os dias que não estejam chovendo, pela manhã e às vezes à tarde. É no terreiro e no terraço que os homens se juntam para conversar, fazer a partilha do peixe (quando isto não é feito na praia), é lá que os homens tecem e consertam suas redes de pesca e a mulher faz a limpeza do peixe. É também no terreiro e no terraço que acontecem as reuniões com os parentes e vizinhos quando estes vêm conversar.

Além do preparo dos alimentos e do cuidado com as crianças, as mulheres criam galinhas e cultivam verduras. No terreiro que dá para a porta da cozinha, normalmente há uma despensa e os canteiros suspensos com as verduras para temperar o peixe, ou seja, a cebolinha verde, coentro, pimentão. Nos canteiros feitos no próprio solo, cultivam-se plantas medicinais, além do tomate.

A explicação que as pessoas da comunidade dão para o fato dos canteiros serem suspensos é que as galinhas são criadas soltas e comem as verduras. Algumas pessoas usam as redes de pesca, que já não

prestam mais, para cobrir as verduras e as jangadas velhas para fazer os canteiros.

Em alguns quintais, observa-se também jiraus, onde as mulheres lavam a louça. Na frente das casas, normalmente elas cultivam plantas ornamentais, enquanto que ao lado e atrás se planta árvores frutíferas.

Nas tarefas domésticas, igualmente, as meninas começam cedo a dar sua contribuição, varrendo a casa e terreiro, indo buscar água se os homens não tiverem como fazê-lo, olhando os irmãos menores, lavando roupas pequenas na lagoa, tudo de acordo com suas possibilidades.

3.4- A Casa de Farinha

No passado, havia 4 casas de farinha nesta comunidade; hoje, existem apenas 2. Uma delas funciona em duas etapas. A primeira etapa vai de junho a agosto e a segunda de outubro a janeiro. No período compreendido entre junho e outubro, aumenta o número de farinhadas, isto é, a transformação da mandioca em farinha. Assim, os homens do grupo doméstico responsáveis pela farinhada ficam na casa de farinha passando a maior parte do tempo enchendo os potes com água que será utilizada pelas mulheres e meninas do seu próprio grupo doméstico ou de outras famílias para lavar e tirar a goma da macaxeira ou dedicados à preparação da farinha.

Desta forma, o grupo doméstico normalmente disperso no verão, reúne-se para realizar a farinhada. Assim, a farinhada deste período constitui uma maneira não só de articular o grupo familiar, como também, durante o processamento deste produto, praticamente toda a comunidade é absorvida nesta atividade. Isto foi observado também por Heredia (1979), e Espinal (1981).

Apesar da casa de farinha ser um estabelecimento de propriedade privada como o terraço das casas dos pescadores, é um local em que se reforçam as relações sociais, uma vez que passam por ela não só o dono da farinhada e sua família, mas outros parentes e vizinhos.

A segunda casa de farinha ainda existente na comunidade é de propriedade de dona "Maria do Grude", que chegou à Barra de Tabatinga em 1947, com a idade de 15 anos. Segundo esta informante, seu estabelecimento só é chamado de casa de farinha porque o forno é igual, mas que lá não se faz farinhadas, apenas tapioca, beijus e grudes.

A casa de farinha de propriedade do senhor Arlindo é usada por todos os grupos domésticos da comunidade que têm terras para plantar e às vezes até por famílias de comunidades vizinhas. Já a casa de farinha de dona Maria é bem menor, funciona todos os dias e como só quem faz beijus, tapiocas e grudes são as mulheres, este estabelecimento é usado apenas pelas mulheres da família desta informante e às vezes por suas comadres, como foi o caso da esposa do senhor Luiz que foi lá para preparar as tapiocas para servir aos trabalhadores, na manhã seguinte.

A casa de farinha da dona Maria funciona como uma pequena empresa familiar cuja produção depende da cooperação de filhas e netas, no preparo da comida e da ajuda dos filhos, netos e genros para acender o forno e para descascar e abrir o coco.

Como este estabelecimento funciona todos os dias e com maior intensidade durante o verão, muitas vezes, dona Maria compra goma na feira de São José do Mipibu. Isto porque a quantia de farinha produzida na comunidade é bem maior do que a quantia de goma.

Embora o fluxo de venda de grude e tapioca seja bem maior durante o verão, no inverno, a informante vende pouco, pois há poucos veranistas na praia por esta época.

Dona Maria não sabe dizer quantas tapiocas faz por

dia no período de veraneio, por que são tantas que em suas palavras "a gente mesmo não sabe contar". Já no inverno, ela disse que vende pouco, não podendo avaliar quantas tapiocas deve fazer, às vezes, vende tudo o que faz, mas às vezes falta. Isto causa muitos problemas para a família. Quando estive lá no último dia 18/7/92, presenciei a angústia de Josefa, filha de dona Maria vendo a casa cheia de fregueses e se lamentando por ter feito pouca tapioca. Ela disse "eu pensava que hoje ia chover e que não ia dar gente". Quando sobra tapioca, dona Maria manda seu neto sair vendendo de casa em casa ou ainda tendo que ir para vender na feira de São José, praticamente duas vezes por semana e assim tentar manter o orçamento familiar. Elas trabalham todos os dias, a partir das 16 horas, mas os dias que mais vende são sexta, sábado e domingo.

Informaram-me que no passado esta mulher fazia as tapiocas dentro de casa, mas que suas tapiocas tornaram-se tão famosas na região que foi preciso construir um espaço só para este trabalho. Nas palavras desta: "ela resolveu construir um espaço próprio para esta atividade porque, quando fazia dentro de casa, sujava muito e era um entrar e sair muito grande de gente".

Atualmente, elas pedem para que as pessoas encomendem as tapiocas, porque às vezes a quantia que estas fazem não dá para atender a todos que chegam lá para comprar.

3.5- Artesanato

No passado, as mulheres da Barra de Tabatinga faziam labirinto e renda. Hoje há somente três pessoas que fazem a renda, estando estas trabalhando mais no comércio deste produto que vem da comunidade de Alcançus. As rendeiras de nossa comunidade reclamam muito que depois que as rendeiras de Alcançus começaram a vender renda e labirinto em Pirangi do Norte, a saída deste produto na Barra ficou muito fraco,

uma vez que quando o veranista chega lá, já têm comprado.

3.6- Divisão do Trabalho e da Produção

Como já havia exposto, nesta comunidade há somente duas modalidades de pesca: a de rede e a de linha.

As pescarias que ocupam apenas um pescador, tal qual a de linha e anzol por terra ou aquela com a taineira de 100 metros no mar de dentro são as únicas na Barra de Tabatinga que possibilitam um lucro integral ao pescador.

Na pesca com rede, onde o dono da jangada participa como um dos três pescadores, a produção é dividida do seguinte modo: 2 quinhões para a embarcação e o restante é dividido de forma a dar um quinhão para cada pescador. Assim, o lucro maior é do mestre dono das "armadilhas" que, além de ganhar os dois quinhões da jangada, ganha tam bém seu quinhão como pescador. Para os pescadores da Barra de Tabatinga, "a jangada tem por obrigação ficar com dois quinhões", porque mes mo o dono das armadilhas não participando da pescaria é ele quem tem to das as despesas com a jangada, rede e a alimentação de quem vai embarcado.

Nos casos onde o mestre sai para pescar com apenas um parente (irmão ou primo), o produto é dividido em apenas dois quinhões. Destes dois quinhões, o pescador tira uma parte para o consumo pessoal e o restante entrega para o mestre vender e depois dividirem o dinheiro.

Embora as divisões do produto sejam a norma para os pescadores da Barra, ela se dá de diferentes maneiras, dependendo de quem vai embarcado e a quem pertence os meios de produção.

Todos os mestres que entrevistei afirmaram que o dono das armadilhas, participando ou não da pescaria, tem por obrigação forne

cer o "rancho" (alimentação) e que por isso a jangada tem direito a dois quinhões. Mas, quando parti para os casos específicos, perguntando como havia sido feita a divisão da produção, no caso por exemplo em que o mestre "Tico" cedeu a jangada, a rede e a alimentação que, em seu lugar participou um agregado seu, a coisa não era bem assim. Tanto o seu Tico como o mestre Dedé disseram que como um dos pescadores havia emendado sua rede de pesca com a dele, não havia exigido os dois quinhões da jangada, tendo o agregado do seu Tico levado para casa somente o peixe despescado da parte da rede pertencente ao seu Tico. O mestre Tico disse que paga seu agregado em dinheiro, após a venda do produto. Se conseguir apurar vinte mil cruzeiros do peixe de cuja pescaria o agregado participou, dez pertence a ele.

Como o leitor pode ver, o tipo de partilha não segue a norma tradicional.

Outro caso de partilha da produção completamente diferente da norma, observado por mim, foi no dia em que ao chegar com um samburá grande cheio de sardinha, o mestre Tico disse ter pescado no que eu chamo de baía, mas que os pescadores chamam de "curral", no mar de dentro. Embora o mestre Antonio houvesse afirmado para mim que não pesca sardinha, porque não vale à pena financeiramente, segundo o mestre Tico Antonio havia entregue 100 metros de rede para pescar sardinha, o que seu Tico emendando com a rede própria, saiu para pescar com mais uns pescadores de Pium. A partilha desta produção foi da seguinte forma: ao chegar a casa, o mestre Tico dividiu a sardinha em duas partes, antes de separar uma parte para o uso pessoal. Cada uma destas partes deu 7 quilos, dando no total 14 quilos. Não sei porque, mas a metade desta sardinha (sete quilos) foi para Antonio que não tinha pescado. Os outros 7 quilos restantes foram divididos entre o mestre Tico e o outro pescador de Pium, dando três quilos e meio para cada um.

Ao meu ver, o mestre Tico saiu perdendo com isso, pois

além de entrar com a embarcação e a metade da rede, foi pescar com mais uma pessoa e foram eles quem correram todos os riscos. Em seguida, chegou a esposa do dono da casa de farinha para comprar um quilo de sardinha e em vez de vender o pescador lhe deu. O mestre Tico olhou para mim e disse "quando é pouco assim, eu dou".

Segundo o mestre Tico, 200 metros de rede já entralha da está uns dois milhões de cruzeiros (15/8/92). Somente esta semana este pescador havia ido para o mar 5 dias seguidos e pescado ao todo 194 quilos de sardinha.

Em outra ocasião, em que seu Tico entrou com embarcação, rede, alimentação, e enviou seu agregado, dos 40 quilos de peixe despescado foi dividido em 4 quinhões. Destes 4 quinhões dois foram para o mestre Tico (parte da jangada) que ao vender deu a metade do dinheiro para seu pescador e os dois quinhões restantes ficaram para os dois pescadores embarcados, dos quais um era o mestre Severino, que naquele momento estava sem embarcação.

Normalmente, o lucro do pescador sem armadilha limita-se ao preço do quinhão que, reunido, recebe semanalmente e a parte que eles tiram para o consumo pessoal antes da divisão do produto da pescaria. Se a armadilha sofrer qualquer dano, compete ao seu proprietário saná-lo e mesmo quando isso envolve o trabalho do pescador, este recebe do dono da peça "um agrado".

Como já coloquei anteriormente, com o proprietário de armadilha o caso é diferente. O seu quinhão e quinhão do seu pescador se constituem em capital movimentável vendendo posteriormente para o "pombeiro" que leva para vender nas comunidades vizinhas ou vendendo no próprio local.

Todo o produto pode ser avaliado pelo peso ou simplesmente a olho mesmo, pois nem todos possuem uma balança para pesar o peixe.

Na pescaria no mar de fora, no terreno que eles chamam de "alto", os pescadores levam normalmente de 10 a 12 anzóis porque, segundo estes, "é pegando um peixe jogando dentro da jangada e colocando outro anzol". Eles nunca tiram todos os peixes cerrados de uma vez só, pois, segundo eles, se fizer isso os outros peixes vão embora. A linha do anzol fica amarrada à jangada, pois nas palavras dos pescadores "se o cara for se agarrar com o peixe é muito bravo, dá cada cipuada". O dourado, por exemplo, tem de 20 a 30 quilos. "Tem dia que não dá nada, porque pescaria já sabe, pescaria não é todo dia não. Agora no dia que a pescaria está para o camarada, dá mesmo".

O mestre Severino pesca com uma jangada, redes e outros acessórios pertencentes a ele próprio, ao sogro e ao irmão. Como o sogro não pode participar da pescaria, pois está muito velho, este pescador pesca normalmente apenas com seu irmão. Segundo ele, quando sai para pescar com apenas seu irmão desta produção "se tira para almoçar e o restante a gente vende, dá a umas pessoas conhecidas".

Outro mestre de nome José, que também só pesca com seu irmão, pois seu pai já está muito idoso, para acompanhá-los ao mar, vende 70% da produção para o 'pombeird' e 30% ficando para o consumo pessoal e para dividir com os parentes. Ele só vende para o pombeiro quando a produção é boa. Quando esta é pouca, o comércio é feito pelo próprio pescador na comunidade mesmo.

Já o mestre Antonio que pesca com seu sobrinho Moacir, usando anzol e a caçoera, no mar de fora, disse que a produção é dividida em duas partes que correspondem a 4 quinhões, dos quais dois são da jangada e os outros dois ficam 1 quinhão para o mestre Antonio e 1 quinhão para Moacir. Desta forma, seu Antônio fica com a maior parte da produção, a qual é vendida na própria comunidade e na feira de São José. Este pescador está em melhores condições do que os outros da comunidade, porque tendo transporte próprio sua produção é levada por e-

le mesmo direto para o consumidor.

O mestre Tico havia afirmado que seu Antonio não pescava sardinha, porém quando entrevistei o mestre Antonio ele afirmou que pesca sardinha, mas muito pouco, porque é muito trabalho e em suas palavras "não rende nada". Segundo ele, a caçoera rende, mas que depende da maré. Ele disse que pesca perto, logo após os arrecifes.

O mestre Antonio faz a limpeza do peixe e o comércio. Quando comentei que na casa do seu Tico eu havia visto dona Antonia limpando e cortando o peixe em postas para o freguês e em seguida perguntei se sua esposa também faz limpeza e comércio do peixe, este respondeu que não, que quem vende é ele. A esposa do seu Antonio cuida de casas de veranistas para ajudá-lo. No mar, enquanto Moacir puxa a rede, o mestre Antonio tira o peixe e a coloca dentro do saco. O pai de Moacir é tio do mestre Antonio.

"Seu" Antonio disse que a semana que não dá peixe é coberta por outra semana que tem fartura. Ele não compra fiado, nas mercearias.

Tanto o mestre Antonio quanto o mestre Severino preferem pescar com um parente, mas em suas palavras "não tendo escolhe uma pessoa que conhece e que sabe pescar, porque para ir quem não sabe, não dá não porque se acontecer da navegação virar aí a pessoa que não sabe fazer nada é um peso".

São muitos os problemas que os pescadores têm que enfrentar não só no mar, mas também em terra. O serviço de luz elétrica e os congeladores constantemente queimando são exemplos disto. A energia existente nesta comunidade, desde 1983, é precária. No inverno a luz é boa. No verão, quando chegam os veranistas e os turistas, aumentando assim o consumo, a corrente baixa, chegando a queimar geladeiras, congeladores e televisão dos nativos que as possuem. Além disso, a maioria

dos congeladores e geladeiras dos pescadores são comprados de segunda mão e por, esta razão, às vezes, bastante precários. Isto eu pude observar em uma casa, onde um congelador quebrou cheio de sardinha. A mãe dos dois pescadores, a qual faz o comércio do peixe quando eles não estão lá, disse que toda a sardinha iria se estragar, pois não há ninguém na comunidade que conserte congelador. Na semana seguinte, perguntei ao mestre Severino sobre as sardinhas e ele respondeu que só não estragaram porque ele tinha levado para colocar no congelador do seu compadre, que ele chamou de Nilto.

Seu Severino explicou que sua jangada pertence também ao irmão e ao sogro, porque foi feita com material comprado pelos três. Assim, por tudo estar em família, da produção da pescaria se tira o que Ligia Estevão de Oliveira chamou de "muqueca", ou seja, a porção de peixe para o uso pessoal e o resto coloca-se no congelador para vender. O dinheiro apurado é dividido por três.

Observei que os melhores meses para se pescar são de setembro a dezembro, quando não há muito vento e os pescadores podem pescar no mar de fora. Por causa dos fortes ventos durante os meses de janeiro e fevereiro e as chuvas e ventos nos meses de março a agosto, período correspondente ao inverno, os pescadores pescam no mar de dentro e a produção é mais para o consumo familiar, por ser muito pouca. O pique da produção é mesmo de setembro a dezembro.

3.7- Ideologia

A visão de mundo dos pescadores-agricultores da Barra de Tabatinga é diferente da visão de mundo que tem a sociedade capitalista envolvente. Ideologicamente, isto fica evidente principalmente no tocante à relação do homem com a terra, como já foi colocado em outro capítulo deste trabalho.

Para o pescador-agricultor desta comunidade, a terra é de quem nela trabalha, não tem valor expeculativo, a terra é de uso. Não sei explicar como isto chega a ser assim, mas é sabido que em sociedades pré-capitalistas este não é um fenômeno raro.

Na sua maioria, faz parte da ideologia dos nativos da comunidade da Barra de Tabatinga o valor positivo de ser livre e não trabalhar alugado para ninguém, como disse um informante: "aqui, cada qual trabalha no seu roçado e para si mesmo". Isto fica transparente na resposta de outro informante quando perguntei se seus filhos não o ajudavam na pesca. O seu "Tico" respondeu: "se eles pescassem não viveriam sacrificados em construções trabalhando para os outros. Eles teriam o que comer e teriam também dinheiro para gastar. Não ganha dinheiro quem não pesca, porque um quilo de peixe tá muito caro. Mas por mais que as pessoas reclamem uma renda fixa por menor que seja, é um dinheiro que pode se contar todo mês". Normalmente, o assalariado, que no caso desta comunidade a maioria são mulheres, ganha e pode pagar como autônomo seu INPS, coisa muito importante para a saúde da família e para garantir alguma renda na velhice.

Não há nenhuma sede de partido na vila. O que interessa à maioria dos eleitores da comunidade não é a ideologia defendida pelos partidos e sim os favores dados pelos seus chefes. Os votos são dados em função de benefícios recebidos e não pelo valor dos candidatos, principalmente quando se trata de eleições municipais.

Em alguns casos, como a obtenção dos empregos pela prefeitura dependeu das relações de parentesco ou compadrio. Em outros, era resultados de bons relacionamentos diretamente com os detentores do poder político em Nisia Floresta. Foi basicamente dar um voto em troca de um emprego.

O único órgão representante de classe para estes pes-

cadores é a colônia de pescadores Z10 que de caráter cooperativo, passou à simples associação civil, de onde se o pescador estiver com seus pagamentos em dia, poderão ter assistência médica. Não existindo nenhuma associação na comunidade, quando a população precisa de alguma coisa da prefeitura ou qualquer outro órgão público, solicita através de abaixo assinado.

Quando se vai à feira de São José, aproveita-se para dar um passeio ou para visitar o padre na igreja da cidade, já que este raramente vai celebrar uma missa na comunidade da Barra.

A capela da Barra de Tabatinga foi construída por João Arcanjo, em 1951. Todo o material para sua construção, como pedra, tijolos, telha foi transportado na cabeça, em animal e em carro de boi.

Antes da construção da capela, o cruzeiro foi de grande importância para este grupo, pois era lá que se realizavam os casamentos e batizados. Hoje, ele está completamente abandonado e só recebe algum cuidado quando se vai acender uma vela no dia de finados.

A religião católica é a preferida, embora exista algumas pessoas que são protestantes.

Além de uma escola primária municipal, que oferece aulas de primeira a quarta série, há também uma creche que oferece jardim e alfabetização. Esta creche atual pertence a uma entidade filantrópica e foi montada em uma casa de praia pertencente ao representante da entidade no Rio Grande do Norte. Segundo o informante, esta foi uma reivindicação da comunidade, para substituir a creche colocada pela prefeitura e que foi desativada. Além de ter carteira assinada e ganhar um salário, os professores da creche têm um plano de saúde pela UNIMED.

Todos os anos a vila comemora quatro grandes festas. Em junho, São Pedro; em outubro, Nossa Senhora de Fátima (padroeira da comunidade); em dezembro, as festas do Natal; e finalmente, em feve-

reio ou março, o carnaval.

É importante lembrar que as festas ocorrem justamente durante os meses de maior fartura na localidade, pois além da colheita do milho em junho, é, durante este mês que se inicia o processamento e transformação da mandioca em farinha, indo até o mês de janeiro.

A festa junina é comemorada com dança de quadrilhas e várias comidas de milho, enquanto que o dia da padroeira (11 de outubro) comemora-se com uma missa e uma procissão.

Os pescadores comemoram as festas do Natal e o Ano Novo assistindo às missas da meia noite e comendo bem.

CAPÍTULO IV

ELEMENTOS DE MUDANÇA SOCIAL

4.1- Explicitação do Conceito

O termo "mudança social" pode ter vários significados. Es se conceito tem a ver com a transição de uma forma de se organizar a produção social em outra. Pode referir-se a alterações sócio-econômicas e culturais, sem que se transformem as determinações estruturais de uma forma de produção. Nesta perspectiva, a introdução de determinadas tecnologias pode alterar certos aspectos de produção e da vida social de comunidades de pescadores artesanais, sem que se modifiquem os elementos fundamentais da pequena produção mercantil. Algumas destas mudanças são, na verdade, ajustes de caráter ecológico e sócio-econômico, mas não alteram o sistema de produção e de dominação existente. Algumas mudanças podem se originar dentro de um modo determinado de produção por causas e fatores internos, enquanto que outras têm origens fora das comunidades, pela articulação com outras formas de produção, (introdução de relações de assalariamento, alteração na estrutura fundiária por venda da terra e a interesses imobiliários).

No caso da nossa comunidade, os dados apontam para ajustes de caráter ecológico e sócio-econômico tendo origem em fatores externos à comunidade, uma vez que foi após abertura da estrada Natal-Barra de Tabatinga que se evidenciou uma mudança na sua organização social com a introdução de relações de assalariamento, alteração na estrutura fundiária, por venda das terras a preços baixos, exploração turística e imobiliária. Algumas pessoas que, no passado tinham um pedaço de terra para plantar, hoje só dispõem da terra do quintal de sua casa, fazendo com que tenham que se valer do trabalho muitas vezes assalariado para poder obter os produtos que não podem mais tirar de suas roças ou

mesmo continuar plantando dentro de terrenos que não lhes pertencem mais. Como já abordei no terceiro capítulo deste trabalho, para este grupo a apropriação da terra se dá pelo uso implicando, assim, que aquela utilizada por eles pode ser terra sem proprietário, pode ser terra com proprietário ou pode ser terra que virá a ter proprietário. As pessoas que, no passado plantavam e pescavam, mas que agora deixaram de praticar a agricultura para trabalhar nas construções como assalariados, têm pouco tempo para pescar.

4.2- Fatores Externos de Mudança

Segundo alguns autores, o processo de urbanização brasileiro, a partir da década de cinquenta, criou áreas tanto de intensa concentração espacial, quanto de atividades e de pessoas. Apesar deste processo ter trazido importantes técnicas, ele não se deu de forma homogênea. As cidades são recortadas por diversos setores diferenciados sócio-economicamente, contrapondo desta forma a riqueza à miséria, o luxo ao simples, o tradicional ao moderno, dentro dos mesmos limites territoriais..

Nesta perspectiva, grande contingente populacional fica à margem do processo de crescimento da "modernidade" do urbanismo, não tendo acesso aos benefícios que o "urbano" pode proporcionar (empregos, bens e serviços). Este processo está provocando, em várias regiões do país, um movimento de expulsão e de grande mobilidade populacional, geralmente caracterizado pela busca de um centro-destino que possa proporcionar melhores condições de vida.

Enquanto a população de baixa renda se desloca para outros centros em busca de melhores condições de vida, ou seja, em busca de emprego, bens materiais, serviços, etc, a população de maior poder aquisitivo sai à procura de uma melhoria da qualidade de vida, ou seja,

sai à procura de um meio ambiente menos poluído, "descongestionado", por um contato mais direto com a natureza que lhe proporcione uma vida mais próxima ao lazer e ao descanso.

Embora em algumas comunidades, como a nossa, a conservação de traços de cultura material e organização social ainda tradicional apareçam como fator de defesa apresentando o aspecto de permanência, a tendência de população excedente dos centros maiores é de descaracterizar sua organização sócio-econômica, previamente estabelecida, para dar lugar a uma organização mais complexa e diversificada. Quando os pequenos centros, vilas e povoados entram em relação direta com a sociedade envolvente (costumes, bens e serviços urbanos), a natureza da qualidade de vida destes povos é alterada despojando-os de tudo que eles têm. Mesmo sabendo que há exceções, sabemos que a cultura urbana "absorve as variedades culturais rústicas indo desempenhar cada vez mais o papel de cultura dominante, impondo sua tecnologia, padrões e valores, levando o agrupamento a uma situação de crise" (Candido, 1982). Veja o que coloca Antônio Cândido:

"O processo de urbanização — civilizador propõe ou impõe ao homem rústico certos traços de cultura material e não material. Impõe, por exemplo, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados, propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana".

Apesar de os efeitos da urbanização, no Brasil, terem se espalhado na sociedade como um todo, foi um processo que se deu de maneira desigual e dependente a nível estrutural das áreas mais dinâmicas do país (Souza, 1988). Enquanto a indústria se concentrou em poucas regiões, o processo de urbanização se alastrou, entrando em áreas isoladas ao âmbito da sociedade urbano-industrial ou sociedade de consumo.

Em relação à região de São Paulo, Antônio Cândido (1982) afirma:

"A marcha da urbanização está ligada ao processo industrial e consequente abertura de mercados, daí a penetração em áreas rurais, de bens de consumo até em tão menos conhecidas ou, na maioria, desconhecidas. Surge desta forma, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar o contato com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e os ligando estreitamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do Estado e do país, em contraste com a vida de bairro baseada na subsistência".

O processo de urbanização das comunidades de pescadores, localizadas no litoral sul do Rio Grande do Norte, é parecido com este citado por Antônio Cândido. No caso do litoral Norte- Rio Grandense, foi a presença dos veranistas (a partir da década de 70) e a expansão do setor turístico (a partir da década de 80) que tornou propício um

fluxo migratório para a região, alterando padrões de valores, costumes, relações ecológicas e os meios de sobrevivência da população das comunidades de pescadores.

As implicações da urbanização do litoral Sul do Rio Grande do Norte têm sido bastante duras, para as comunidades de pescadores. Veja o que diz Miller (1988).

"A invasão de veranistas, turistas, banhistas e outras pessoas do meio urbano, juntamente com a televisão, como meio de comunicação de massa, criaram muitas novas "necessidades" que a economia de campesinato pescador, de baixo nível de renda, não pode comportar. O resultado é a 'deprivação relativa' (Aberle, 1965), a grande diferença entre a expectativa, considerada legítima, de nível (aqui) de consumo igual ao dos veranistas, e, a dura realidade, que permanece muito aquém. Isto aumenta a frustração, enquanto as perturbações da economia pesqueira diminuem as suas possibilidades de renda naquele setor. Impulsionado, o pescador e sua família saem à procura de múltiplas alternativas, mesmo simultâneas, de auto-exploração para suplementar a sua renda, e, ao não alcançar seus objetivos, a tendência é abandonar a profissão e emigrar para as cidades, onde enchem as favelas e o exército de mão-de-

obra desqualificada, pois ninguém procura as suas habilidades de pescador nas cidades" (Miller, 1988: 6).

A intensa especulação imobiliária, resultante deste processo, acelerou a reorganização da economia de muitas das comunidades pesqueiras, alterando a estrutura de empregos e consolidou a urbanização.

Na verdade, a urbanização possibilitada, a partir da construção da BR-101, e o crescimento do turismo, na região, desarticularam a organização social de muitas comunidades de pescadores que já vinham sofrendo um processo de transformação e desagregação constante.

4.3- Mudança em Barra de Tabatinga

Segundo alguns informantes, na década de setenta, a configuração espacial da Costa Sul, dentro a qual nossa comunidade está inserida, ainda era predominantemente caracterizada pelo universo dos pescadores-agricultores.

A situação sócio-econômica e cultural das comunidades litorâneas antes da chegada dos veranistas tinha muito a ver com as qualidades específicas do meio ambiente em que viviam (Hewes, 1948). A organização social do trabalho dos homens e das mulheres era feita a partir de uma tecnologia artesanal mais adaptada às condições peculiares do meio aquático do que do meio terrestre. Inclusive, a própria jangada, os cestos, as redes de pesca, a cerca de peixe, as casas e os móveis. Diferente de outras comunidades vizinhas, no caso da Barra de Tabatinga, este quadro se modificou com a pavimentação da estrada Pirangi do Norte - Barra de Tabatinga e a entrada dos veranistas, somente a partir de 1986.

Dos anos setenta até a primeira metade dos anos oitenta, os nativos desta comunidade criavam seus animais soltos e as cercas só eram construídas para proteger a plantação do gado e não com a finalidade de demarcar terrenos. Assim, as cercas e os muros envolta das casas e terrenos, hoje, fazem parte de uma mentalidade trazida por veranistas e turistas, em relação à propriedade privada. Enquanto para as pessoas de origem urbana as cercas representam a linha divisória entre o que é meu e o que é seu, para os nativos desta comunidade o meu e o seu ainda continuam a ser demarcados pelo uso da terra e não pela cerca. Isto quer dizer que o fato de uma pessoa colocar um fio de arame em torno de uma área plantada não significa que ela tenha o registro de suas terras, pois provavelmente ela não tem. Por mais de uma vez, eu soube de pessoas que só chegaram a registrar um pedaço de terra quando o estavam vendendo. Este documento é feito na hora da venda, no cartório de Nísia Floresta.

A praia, as lagoas e o roçado existentes nesta localidade eram e de certa forma ainda são espaços onde se configuram as relações sociais destes pescadores. Enquanto as trilhas (também chamadas de "picadas") e caminhos viabilizavam no espaço a circulação das pessoas, as praias eram os pontos de articulação com o mundo exterior e, ao mesmo tempo, espaço para guardar suas embarcações.

As trilhas, com seu traçado irregular, recortavam o espaço destes praieiros e permitiam o livre acesso a todos para todos os lugares: fontes de água para o consumo doméstico, igreja, casas de parentes e amigos.

Na década de 70, o transporte em nossa comunidade ainda era feito em carro de boi ou no lombo de animais. Com a abertura de estrada Ponta Negra - Barra de Tabatinga, o transporte passou a ser feito por ônibus e caminhões. Contudo, até a primeira metade dos anos oitenta, a estrada de barro era intransitável quando chovia fazendo com

que para se chegar a este grupo de pescadores só fosse possível pelo mar ou por Nísia Floresta.

A ruptura do isolamento deu-se mesmo na segunda metade dos anos oitenta, quando a estrada é finalmente pavimentada. Foi a partir daqui, que o movimento de turistas e veranistas passou a ser cada vez maior. As construções residenciais multiplicam-se, a televisão, o comércio, os serviços de abastecimento e infra-estruturas despertaram neste grupo novas necessidades de consumo. Como exemplo, podemos citar o fato de que, no passado, se morava em casas de taipa, conservava-se o peixe através da salga e da secagem, não havia comércio interno e sim a troca de um produto pelo outro. Hoje, das 80 residências existentes nesta comunidade, somente 3 são casas de taipa. Os próprios moradores vendem terras para com o dinheiro construir casas de alvenaria. Para obter bens materiais, como geladeira, congeladores, televisão, rádio, fogão a gás, etc., além de trabalhar no roçado e na pesca, alguns homens trabalham também como vigia, fazem conserto de cercas, trabalham em construções civis por empreitadas. As mulheres trabalham lavando e engomando roupas e cuidando das casas de veranistas. Algumas pessoas trabalham como assalariados no grupo escolar, na creche, além de alguns homens trabalharem "brocando" mato para tirar lenha que, além de ser usada nas casas de farinha, é também vendida para os veranistas.

Com o aumento do número de casas de veranistas em construção, muitos jovens deixaram de pescar para ir trabalhar na construção.

Vários informantes disseram que no passado havia muito peixe, bem mais do que agora, nenhum desses reclamou do alcance das jangadas naquela época. Hoje, a necessidade de aumentar a produção de peixe para atender aos turistas e veranistas está despertando nos pescadores a vontade de possuir barcos a motor.

A grande quantidade de veranistas construindo casas engajou muitos jovens filhos dos pescadores, que por isso não têm nenhum interesse em seguir o "ofício" dos pais, preferindo trabalhar na construção. Os filhos do mestre "Tico" estão entre estes. Estes rapazes dizem que não pescam porque enjoam no mar. Outros, apesar de estarem trabalhando na construção, fazem a pesca com rede, nas horas vagas ou à noite. É importante assinalar que os rapazes que trabalham nas construções durante o verão, no período de inverno, trabalham em qualquer atividade, inclusive na pesca para poder sobreviver.

Como já afirmei antes, o parentesco nesta comunidade ainda é condição de produção e não ter para quem passar a "arte" de pescar, ou não ter um parente com quem pescar, vem criando problemas para pessoas como o mestre "Tico". Este expressou a vontade de comprar um barco a motor e disse que desta forma ele poderia dar peixe para toda a comunidade. Veja o que ele diz: "Com o barco a motor todo mundo quer pescar".

Com estas palavras o informante dá a entender que talvez os filhos não queiram seguir a profissão dos pais, por achar que a pouca produção não compensa o risco e tanto esforço sobre uma jangada.

Além das três mercearias existentes, que vende a retalho, há também sete bares-restaurantes nesta comunidade. Seis destes são freqüentados somente por turistas e veranistas, enquanto somente um é freqüentado pela geração mais jovem da comunidade. da Barra; não só pela bebida (cachaça) como também para jogar bilhar, além deste ser um ponto de reuniões sociais dos homens. O restante dos bares-restaurantes só trabalham com bebidas caras, que os pescadores não têm condições de comprar.

Dos sete bares-restaurantes, cinco pertencem a pessoas da própria comunidade, enquanto os outros dois são de pessoas de fora. Estes estabelecimentos funcionam o ano todo, mas é claro que durante o

verão e feriados o fluxo de fregueses é maior.

Até a última parte da década de setenta, cada indivíduo desta comunidade possuía um pedaço de terra para plantar. Mas, a partir dos anos oitenta, dava-se início a concentração de terras nesta área, não para desenvolver uma agricultura com padrões mais avançados, substituindo a agricultura tradicional pela moderna, mas para especulação.

4.4- A Especulação Turística e Imobiliária

As atividades econômicas relacionadas ao turismo foram orientadas em direção ao aproveitamento das praias, motivadas pela chegada de populações provenientes principalmente de centros urbanos.

Este fluxo migratório, que se acentuou a partir do término da pavimentação da rodovia Ponta Negra - Barra de Tabatinga (na segunda metade da década de 80), estimulou não só especulação com a terra para fins turísticos, como também com a finalidade de especulação imobiliária.

Com esta praia fica a aproximadamente 35 quilômetros de Natal, no início, seus frequentadores eram pessoas capazes de praticar deslocamentos, tanto por terem dinheiro e transporte quanto por terem tempo para viajar, caracterizando-se, assim, por um turismo sazonal ou de estação. Estes compraram terrenos e construíram casas ocupando todo o espaço de frente ao mar.

Por serem agricultores-pescadores, os nativos desta comunidade normalmente constroem suas casas próximas a terrenos bons para a horticultura, ocupando a praia somente para guardar suas embarcações.

Os fatos observados durante nossa pesquisa leva-nos a concordar com Diegues quando diz que, da pequena produção mercantil,

são os pescadores-agricultores os que mais sentem as pressões da sociedade capitalista, pois no caso da Barra de Tabatinga, a ocupação da orla pelas casas dos veranistas tende a empurrar os pescadores terra adentro, dificultando a acomodação de suas embarcações.

Atualmente, outras classes sociais também estão frequentando esta praia, em decorrência da facilidade do transporte urbano para esta localidade.

Embora já existisse algumas casas de veraneio de proprietários de origem urbana nesta localidade, a especulação dessas terras - com a concentração, cercamento de terras além da multiplicação de pousadas - só foi acelerado no final dos anos oitenta, com a pavimentação da estrada.

Um dos maiores problemas da urbanização sem planejamento no litoral Norte Rio Grandense, por sua rápida disseminação no espaço e suas consequências negativas, é a especulação imobiliária.

O regime jurídico de propriedade nesta localidade foi de posse, nunca tendo sido contestada, a não ser na década de 70, com o conflito entre Barra de Tabatinga e Alcançus, sobre o qual já falei anteriormente.

Para o pescador-agricultor, a terra permaneceu, durante séculos, como terra de trabalho para a subsistência familiar e comunitária. Hoje, a relação destes praieiros com a terra ainda é praticamente a mesma por causa do tipo de concepção de propriedade peculiar aos posseiros que continuam a abrir clareiras para roçados em terras suas e nas terras que já foram vendidas, mas que não estão sendo aproveitadas pelos novos donos. Capitalistas de Pernambuco, Rio e São Paulo, pequenas construtoras e incorporações imobiliárias, acompanhando a lógica do setor imobiliário, compraram, há dez, quinze anos, bons pedaços de terra, tanto na orla quanto no interior, a preços irrisórios. Na orla, construíram casas de veraneio, bares-restaurantes, pousadas, enquanto que no

interior as terras foram apenas cercadas. Isto vem causando alguns problemas para os nativos da Barra. Podemos citar como exemplo o caso do restaurante "Mirante", logo na entrada da comunidade, que vive da exploração do visual da praia e dos golfinhos como atração turística. Primeiro o dono deste estabelecimento começou a reclamar dos pescadores dizendo que os mesmos têm que deixar de pescar na baía que fica logo abaixo deste estabelecimento, porque segundo ele os pescadores estão es-pantando os golfinhos. Depois, começou a brigar com as rendeiras que armaram suas barracas de frente ao seu estabelecimento e estão sendo concorrentes na venda de rendas. Como as rendeiras estão vendendo o produto a um preço mais acessível, os turistas atravessam a rua para comprar e para observar as mulheres fazendo renda.

Ao cercar as terras, os novos donos tiraram uma parte do que era o pasto dos animais destes nativos que hoje em grande parte já foram vendidos, uma vez que seus donos não dispõem de condições financeiras para comprar ração para estes.

Embora os nativos tenham sabido contornar todos estes novos problemas, vender suas cabras significa ter que comprar leite para as crianças.

Segundo Luchiari (1992) circuitos imobiliários urbanos geram uma estratificação sócio-econômica no espaço, "vão para mais longe os que podem pagar menos".

No caso da nossa comunidade, existe pressão neste sentido, mas por enquanto não foram submetidas a nenhuma condição de segregação ou mesmo expulsão de suas terras. O máximo que está ocorrendo até aqui, é que o grande número de casas de veranistas sendo construídas próximas à lagoa do Lodo, está fazendo os nativos venderem suas casas de lá para construir outras mais para o interior, próximas aos roçados.

É importante lembrar que nesta comunidade não há saneamento, água encanada e nem coleta de lixo. Quem vem de Natal para a Barra de Tabatinga já pode observar uma grande quantidade de lixo jogado nas encostas da estrada, causando mau cheiro e atraindo mosquitos. Segundo alguns informantes, por causa da comunidade ser pequena, não há interesse por parte da prefeitura em colocar água encanada. Neste ponto, os veranistas não foram a ajuda que os nativos acreditavam que seriam, pois para construir suas casas cada um construiu também um poço artesiano.

A destruição da mata atlântica vai esgotando os recursos dos praieiros, artesãos e jangadeiros. O artesanato é produzido principalmente do cipó, que tem a sua ocorrência no que ainda existe desta floresta. Atualmente, por causa do controle do IBAMA sobre a derrubada da mata, os artesãos são obrigados a agirem clandestinamente ou a aproveitarem as sobras de derrubadas autorizadas para aterros e construção de casas.

Como já coloquei, a lagoa do Lodo é outra vítima da ocupação acelerada do litoral sul. Segundo os informantes, já não dá mais para se tomar banho lá, uma vez que há muito lixo jogado pelos turistas e veranistas que passam na estrada.

A princípio, os mais prejudicados são os nativos que dependem destes recursos mas, a longo prazo, todo o setor turístico da região estará comprometido.

A própria poluição das praias causada pelo crescente número de turistas, pranchas, lanchas e lixo espantam os cardumes. Os pescadores artesanais são os mais prejudicados.

A pressão crescente da população e dos investimentos econômicos aceleram uma ocupação sem respeito às normas de planejamento. Na nossa comunidade, temos o restaurante Mirante e o bar "Nugrau" co-

mo exemplos de estabelecimentos construídos sem levar em conta qualquer norma de planejamento. Estes dois bares-restaurantes foram construídos justamente sobre uma barreira que está prestes a desmoronar, pois a tendência do nível do mar é subir.

Sabemos que cada forma de organização social apresenta uma racionalidade própria, ou seja, um conjunto de regras sociais, padrões culturais e relações de produção no manejo da natureza. Assim, sabemos que a racionalidade dos empreendimentos capitalistas que se dirigem para as comunidades indígenas ou camponesas se contrapõe à racionalidade inerente ao modo de vida destes grupos. Nosso trabalho junto a duas comunidades vizinhas à Barra (Pirangi do Sul e Búzios), nos mostrou que o conhecimento empírico adquirido pelos grupos (principalmente indígena), no trato com o meio ambiente físico, está sendo totalmente desprezado.

A própria lagoa Arituba, onde as mulheres lavam a roupa e os homens pescam, embora ainda não tenha sido cercada, as terras em sua volta já foram todas loteadas para venda.

Como já disse anteriormente, a maioria dos imóveis são posses. Um grande número de moradores não possui as escrituras de suas terras, mas tentam provar seus direitos de posse. Durante nossa pesquisa, ficamos sabendo de um caso de conflito de terras entre uma empresa de Recife e um posseiro da Barra. A empresa registrou o terreno em Goianinha e o posseiro diz ter registrado o terreno em Nísia Floresta. Não sei em que pé está a questão, porque o processo ainda está na justiça.

Os pescadores-agricultores da Barra de Tabatinga possuem um baixo poder aquisitivo. Somente aqueles que se envolvem em várias atividades econômicas conseguem um rendimento monetário mais satisfatório. Os que estão vivendo exclusivamente da pesca artesanal e da

agricultura estão ficando cada vez mais pobres, dependendo cada vez mais da relação de cooperação e reciprocidade ainda existente neste local.

Como já expus em outra parte deste trabalho, o mestre Antonio é um dos pescador-agricultor mais bem sucedidos desta comunidade. Possui um bar-mercearia que funciona como ponto de encontro para os pescadores. Além disso, é proprietário de uma jangada, uma Pampa, duas casas, além de possuir um terreno, de onde tira parte do alimento para sua subsistência. Por ter transporte, é o único que tem condições de vender seu peixe diretamente na feira de São José e ter o lucro integral do produto. Os outros ou vendem seu peixe em casa ou entregam para o "pombeiro" vender em comunidades vizinhas.

Mesmo assim, o mestre Antonio é um dos pescadores que quer comprar um barco a motor. Segundo ele, assim poderia pescar mais distante e trazer mais peixe para vender.

Embora Luchiari (1992) coloque que "a propriedade dos meios de produção é condição fundamental para a ascensão sócio-econômica do caiçara", não creio que este seja o caso na nossa comunidade, pois há pessoas que são donos dos meios de produção e sua renda só dá para a subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Godelier (1981), sinaliza para o fato de que "uma das razões invocadas para explicar os progressos da divisão social do trabalho é o aparecimento de formas de exploração do homem pelo homem, é a existência ou não da capacidade de produzir um excedente para além das necessidades dos produtores diretos".

Na atualidade, a questão foi retomada com base na observação direta das sociedades de pequena escala. O resultado destes poucos estudos tem apontado para o fato de que o homem primitivo trabalha pouco e de uma forma descontínua e que, em muitos casos, as sociedades poderiam produzir um excedente, mas não o fazem porque, como bem coloca Wolf (1976), não há razões técnicas ou sociais que justifique um esforço maior.

A análise dos dados coletados permite-nos afirmar que na nossa comunidade, à semelhança com outras comunidades simples ou de pequena escala, a produção não está orientada para um mercado urbano, ou seja, não se produz pelo lucro e sim pela necessidade.

O cálculo econômico deste pequeno pescador-agricultor está orientado para obter, através dos produtos agrícolas e da pesca, uma quantidade de produtos suficientes para suprir as necessidades de consumo da casa, como também garantir a reprodução das condições de produção. Os produtos que estes não podem obter nem do roçado nem do mar são comprados com o dinheiro adquirido com a venda do excedente do peixe, além de ser daí também que sai o fundo de manutenção para o reparo dos instrumentos de trabalho. Os pescadores estão constantemente tendo que comprar fio de nylon tanto para consertar as redes quanto para fazer linha para anzol, além de ter que comprar de vez em quando o que eles chamam de pano de vela.

Há casos em que um agricultor pode paralisar seus esforços de produção no momento em que estejam assegurados o seu mínimo de calorias e o seu fundo de manutenção. Este é o caso dos Kuikurus da bacia amazônica, que dedicam duas horas na agricultura e uma hora e meia à pesca, não necessitando mais do que isto para assegurar sua subsistência. No caso destes índios, foi calculado que meia hora diária de trabalho suplementar despendida na agricultura permitiria a um homem produzir um excedente significativo de mandioca. Só que, ao que parece, os Kuikurus não têm nenhum motivo para produzir este excedente.

No caso da nossa comunidade, há um excedente de peixe comercializado por estes pescadores, mas não tem a função de produzir lucro e sim suplementar a sobrevivência do grupo.

Eu diria que esta semelhança com outras sociedades de pequena escala, a nível de economia voltada para a subsistência não se dá por opção. Pelo que pude observar e através do que me foi dito ficou claro que se este povo pudesse escolher, produziria um excedente maior para poder comprar todos os produtos de consumo que têm vontade de possuir. Assim, acredito que a produção voltada para as necessidades e não para o lucro é determinada pelas condições materiais de vida.

A baixa produtividade dos pescadores-agricultores da Barra não se dá pelo fator horas de trabalho e sim pela baixa produtividade atribuída à tecnologia primitiva ainda utilizada pelo grupo de pescadores. Eles trabalham de vinte e quatro a trinta e seis horas por semana e tudo que conseguem é o suficiente para sobreviver, já que o lucro marginal do capital é muito baixo em relação ao retorno do trabalho.

Alguns dos meus informantes mostraram-se interessados em adquirir um barco a motor, pois, segundo eles, além de poder pescar em lugares mais afastados da orla marítima, não teriam que depender das condições meteorológicas para sair ao mar e teriam uma maior produção de peixe.

Severino Aguiar (1968) realmente constatou em Ponta de Pedra que a adoção do motor pelos pescadores da localidade tornou as viagens mais rápidas, não ficando dessa maneira na dependência dos ventos e das marés. Porém, este autor não mencionou se as embarcações motorizadas contribuíram ou não para um aumento na produção do peixe.

Com relação às mudanças tecnológicas ocorridas no equipamento e nos métodos de pesca em Suape, Roberto Motta (1979) faz a seguinte colocação:

"a introdução de uma tecnologia supostamente mais eficiente contribuiu para um rendimento dos barcos a motor, empregados quase exclusivamente na captura da lagosta. É preciso, porém, levar em conta que mesmo eles não representam tecnologia que permita economias de escala, no nível do capital, afetando substancialmente as relações de trabalho vigentes na comunidade. Depois, trata-se de equipamento em via de obsolescência e que também implica custos operacionais em combustível: cerca de um terço do valor pago pelo intermediário por cada quilo de lagosta. Tudo isso representa forte entrave à acumulação interna de capital. O futuro dos barcos a motor parece, por conseguinte, sujeito a muitas dúvidas" (Motta, 1979: 218).

Fica evidente que a aquisição de uma embarcação motori-

zada pode não necessariamente implicar uma melhoria do padrão de vida destes pescadores, pode até significar a perda da liberdade e o empobrecimento destes camponeses.

Pelo o que pude observar, alguns indivíduos da nossa comunidade até teriam condições de comprar um barco a motor, só que até aqui ninguém teve a coragem por medo de ficar endividado.

Emílio Willems (1952) afirma que uma das razões da pesca ser subordinada a agricultura é o fato de que um suprimento regular de alimentos de nenhuma maneira pode ser assegurada pelas técnicas de pesca ainda predominantemente empregadas na maioria das comunidades de caiçaras.

Eu diria que, apesar das técnicas rústicas e pouco desenvolvidas ainda utilizadas pelos pescadores da Barra de Tabatinga, no nosso caso a pesca não está subordinada à agricultura. No caso da nossa comunidade, pode acontecer que durante o inverno não se tenha um excedente de peixe para vender aos turistas e aos veranistas porque o peixe é capturado no mar de fora, local de difícil acesso, durante esta estação do ano. Mas, o peixe consumido pelo pescador é capturado também no mar de dentro e aqui eles têm acesso mesmo com as fortes chuvas, ventos e marés do inverno. Assim, é claro que durante o inverno tudo é mais difícil, porém sempre tem alguma proteína na mesa do pescador.

Concordo com Tânia Silva (1989), quando esta afirma que a pesca pode constituir uma atividade econômica independente da agricultura, mesmo quando praticada por pessoas que alteram as duas atividades, o que é o caso do grupo de pescadores-agricultores da Barra. Só que nesta comunidade, eu percebo uma atividade como complemento da outra, pois a alimentação básica aqui ainda é o peixe e a farinha.

Os dados coletados sugerem que a tecnologia primitiva uti

lizada por estes pescadores-agricultores impondo limites ao acesso ao mar pode ser o mais importante fator a contribuir para a ausência de estratificação social embora exista uma hierarquia na nossa comunidade. Isto já foi observado anteriormente por Kottak (1942) em Arembepe, tendo sido considerado também por Simone Maldonado (1988).

Em contraste com a agricultura, os benefícios da pesca marinha são esporádicos. O agricultor planta e deixa sua colheita amadurecer com a possibilidade quase certa (se as pragas não atacarem a plantação) de receber tudo que plantou na época da colheita. O pescador artesanal não pode contar com nada, é tudo uma questão de sorte e ela varia de dia para dia e de barco para barco.

Por causa dos barcos destes pescadores-agricultores serem muito pequenos (de quatro metros e meio a cinco metros) a produção às vezes, é tão pouca que os pescadores acabam não seguindo a norma tradicional na divisão da produção, pois, se o fizessem como disse um dos mestres, "o pescador ficaria sem nada".

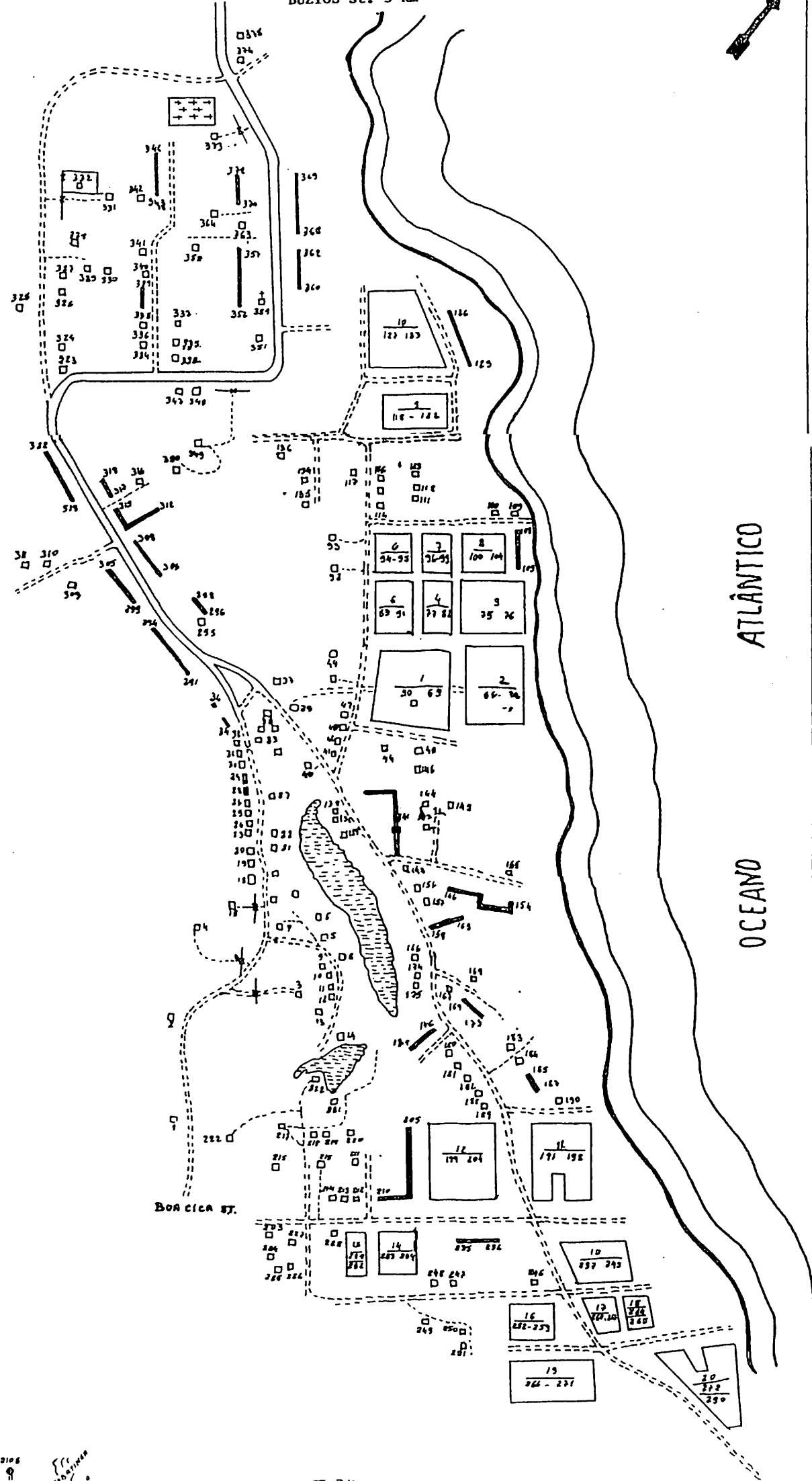
O curto alcance das jangadas destes pescadores impossibilitando-os de poder sair à procura do peixe, tendo que esperar nas marcas por eles já conhecidas, faz com que a pesca exercida por estes camponeses, dado o seu caráter de subsistência, irregularidade de captura, emprego de tecnologia rústica, não tenha caráter predatório.

Apesar da baixa capacidade produtiva entre os pescadores do nordeste brasileiro, atribuída à tecnologia simples ou "primitiva", ainda usadas nesta região, Forman (1969:13) assinala que, do ponto de vista do produtor camponês, a produção independente pode ser bem melhor remunerada do que pescar como membro de uma tripulação no navio de alguém ou mesmo trabalhar como mão-de-obra em qualquer outra ocupação.

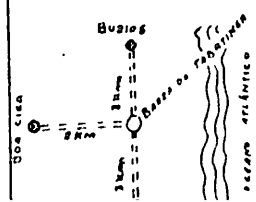
ANEXO 1

MAPA DA COMUNIDADE DE BARRA DE TABATINGA
CORTESIA DA SUCAM

BÚZIOS-st. 3 km



Boa cica 37-24km



CAMURUPIM - ST 3 km

ANEXO 2

FOTOGRAFIAS DA COMUNIDADE DE BARRA DE TABATINGA

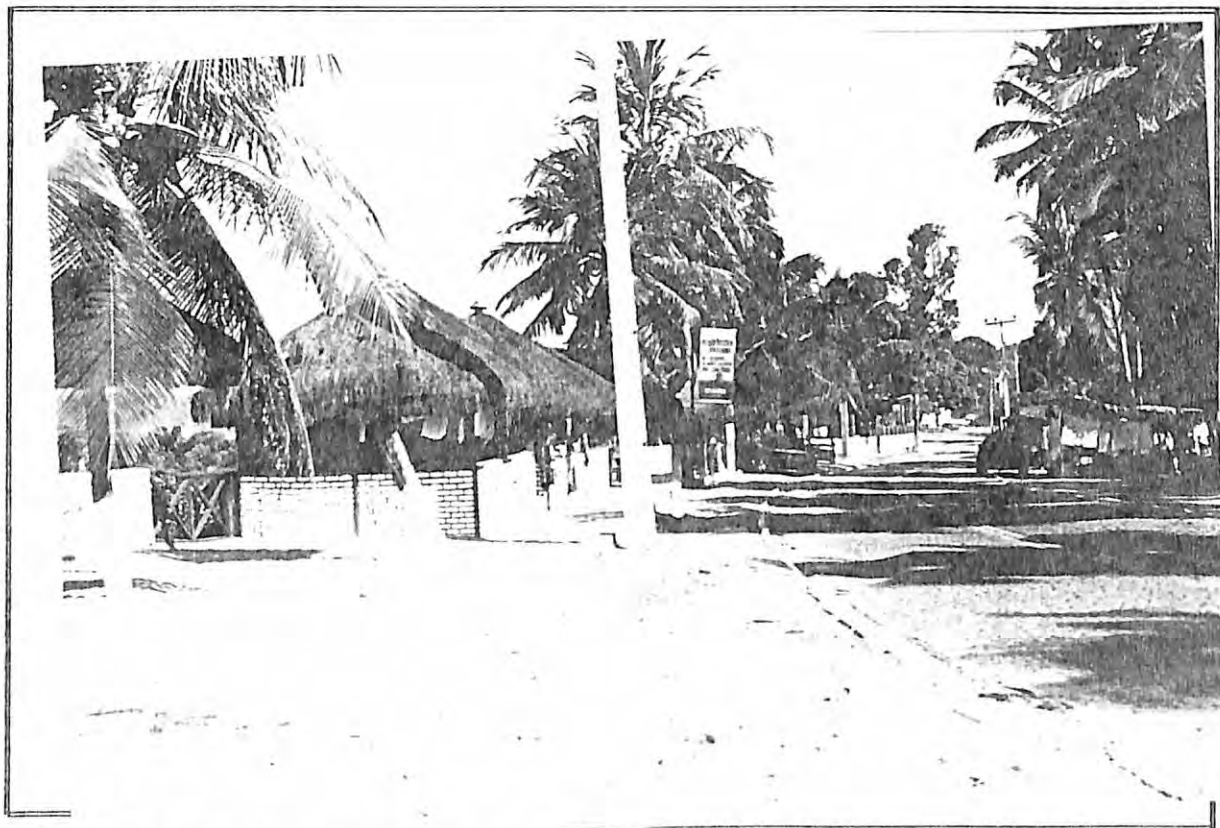


FOTO Nº 01 - Na entrada da comunidade, observa-se o restaurante mirante de um lado e as baracas de palha das rendeiras do outro.



FOTO Nº 2 - Dona Lurdes (rendeira da comunidade), preparando um bico de renda.



FOTO Nº 3 - Em meio à rua principal, a capela da Barra de Tabatinga construída em 1951.



FOTO Nº 4 - Neste cruzeiro, celebrava-se missas e fazia-se casamentos, antes da construção da capela da comunidade.

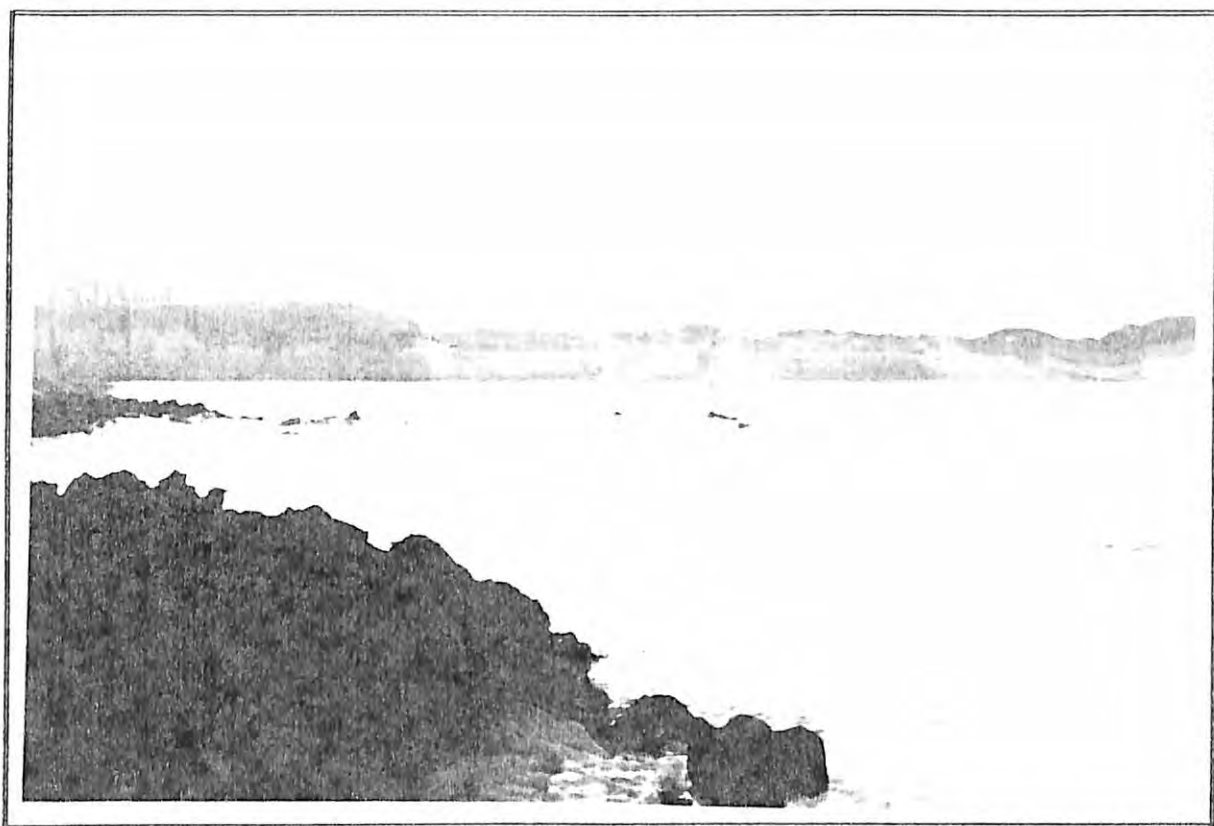


FOTO Nº 5 - Sobre os recifes, faz-se a pesca de linha e a coleta do aratú (caranguejo das rocas).



FOTO Nº 6 - Observa-se embarcações ancoradas na baía da Barra, local este também chamado pelos pescadores, de "Curral".

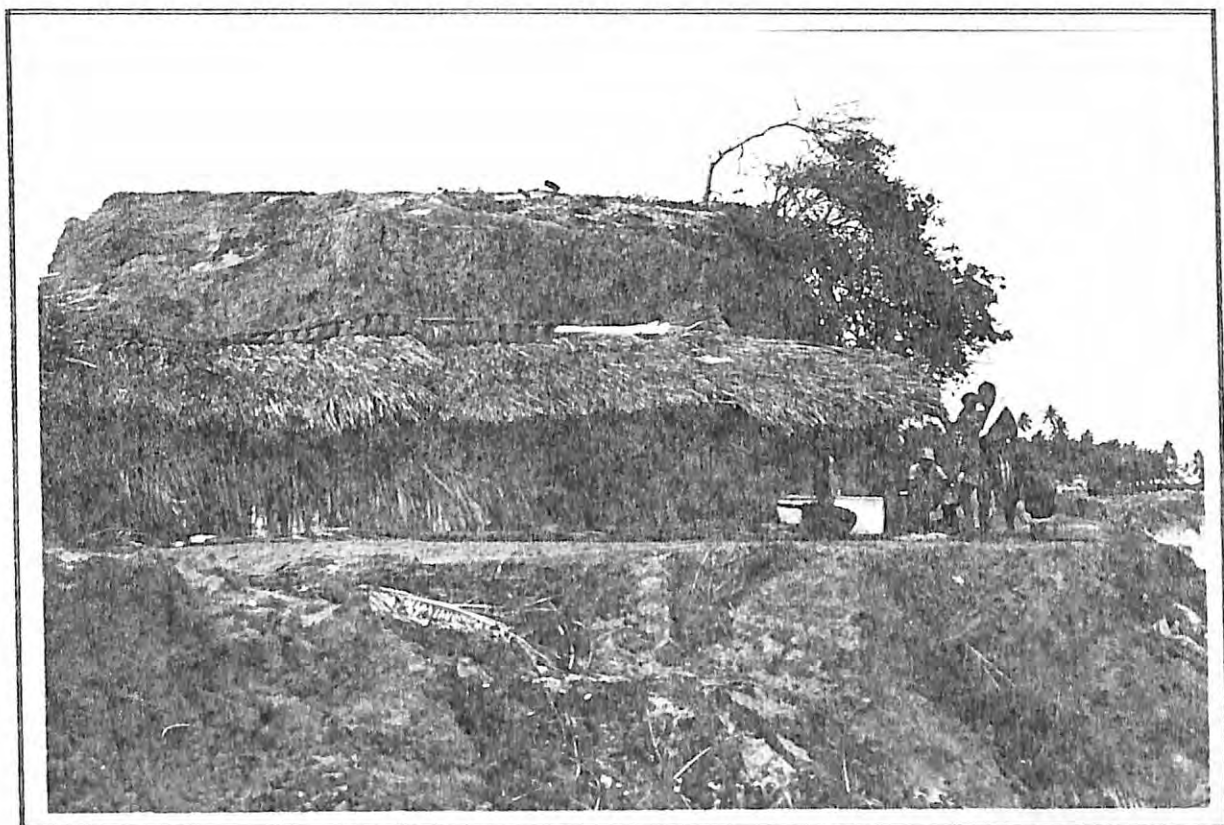


FOTO Nº 7 - Caiçara construída por pescadores de Ponta Negra (praia vizinha), frequentada também por pescadores da nossa comunidade.

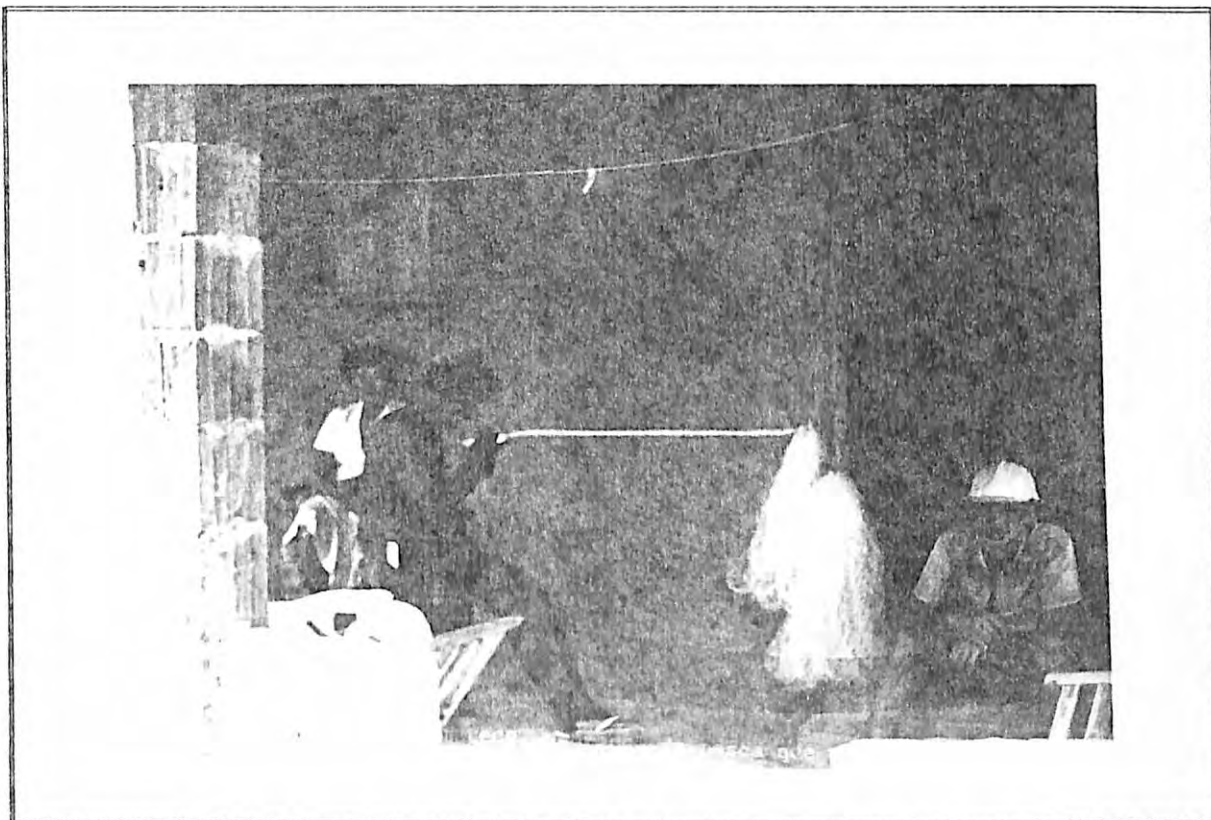


FOTO Nº 8 - Mestre Pedro (pescador aposentado), tecendo uma rede de pesca com fio de náilon.



FOTO Nº 9 - Mestre "Tico" também tece as redes de pesca que utiliza, pois segundo ele, é muito caro uma rede de pesca já pronta.

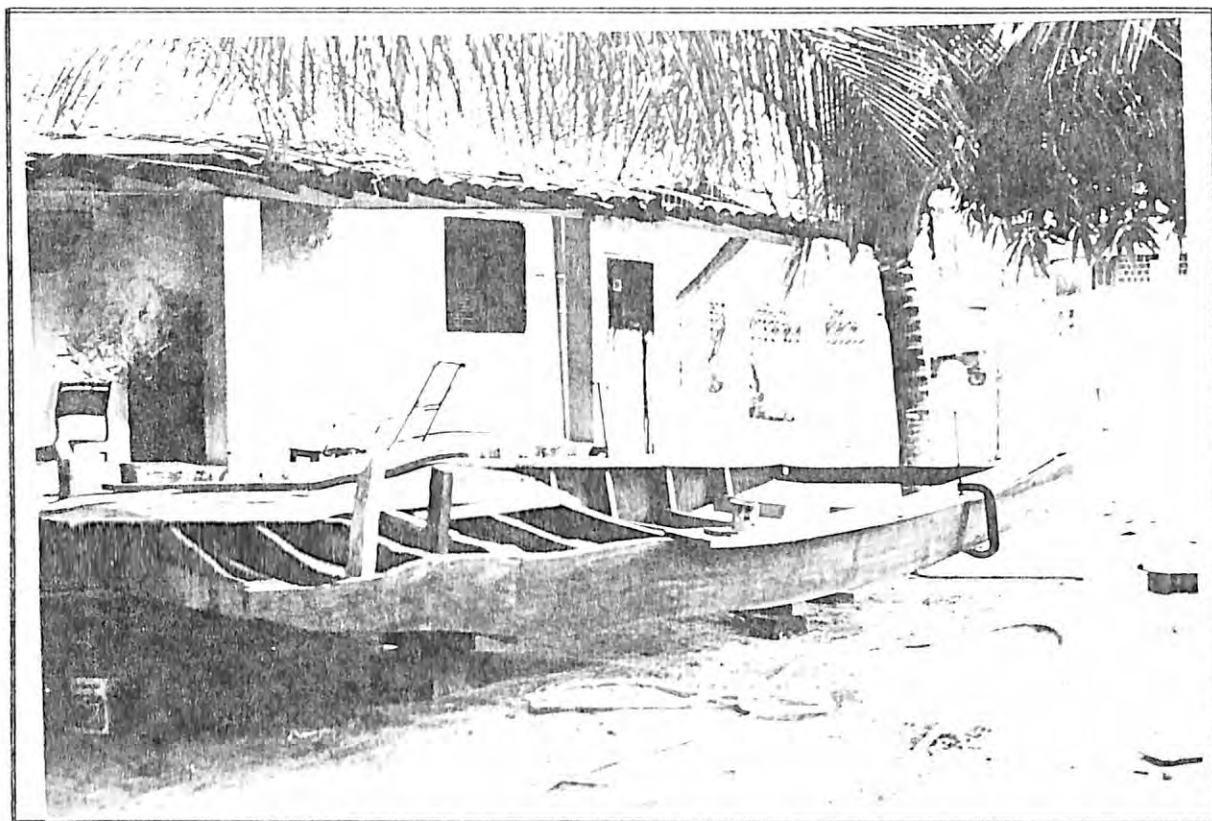


FOTO Nº 10 - No terraço e no quintal a nova jangada é construída pelo mestre "Tico".

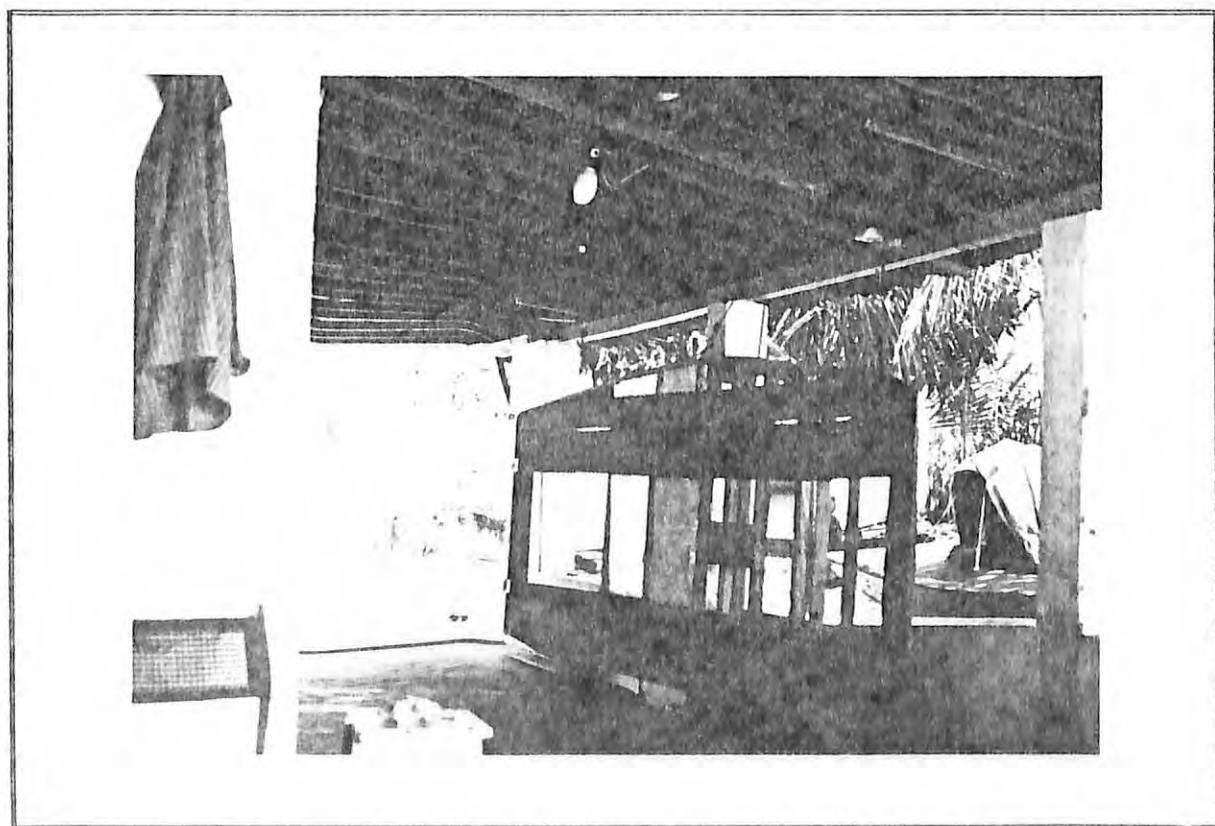


FOTO Nº 11 - Por causa do desmatamento, a jangada de hoje é construída de tábuas compradas em Natal ou em Nísia Floresta.



FOTO Nº 12 - Mestre "Tico" preparando um mastro para jangada com um pau retirado de uma árvore denominada Goiti, ainda existente na localidade.



FOTO Nº 13 - O homem não estando em casa, as mulheres também participam no comércio do peixe.

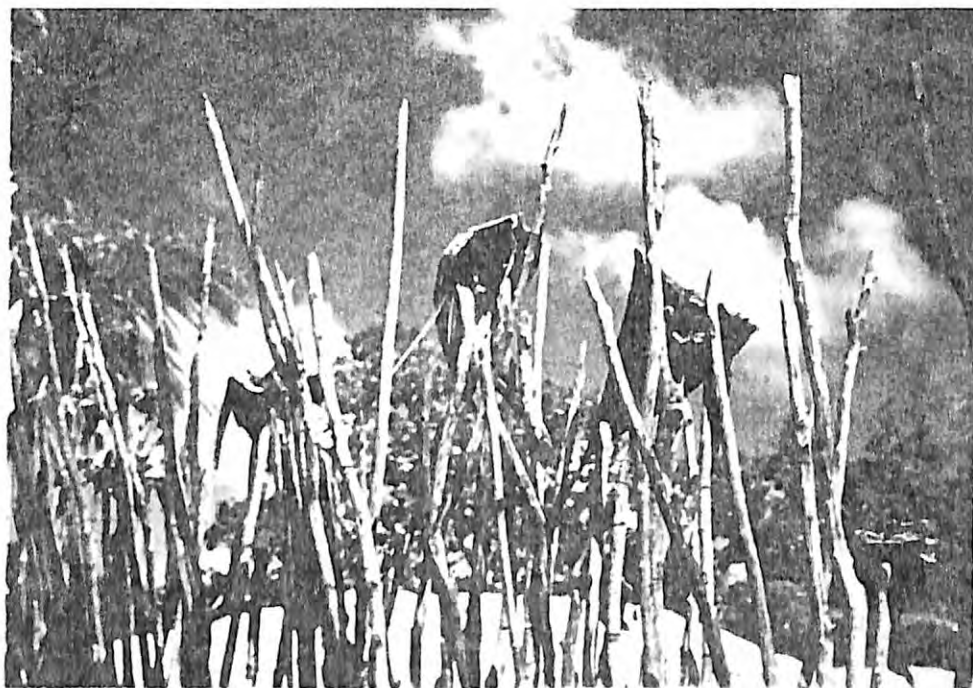


FOTO Nº 14 - Mesmo já possuindo geladeira e/ou congelador em casa, observa-se que algumas pessoas ainda utilizam o método tradicional, para conservar o peixe.

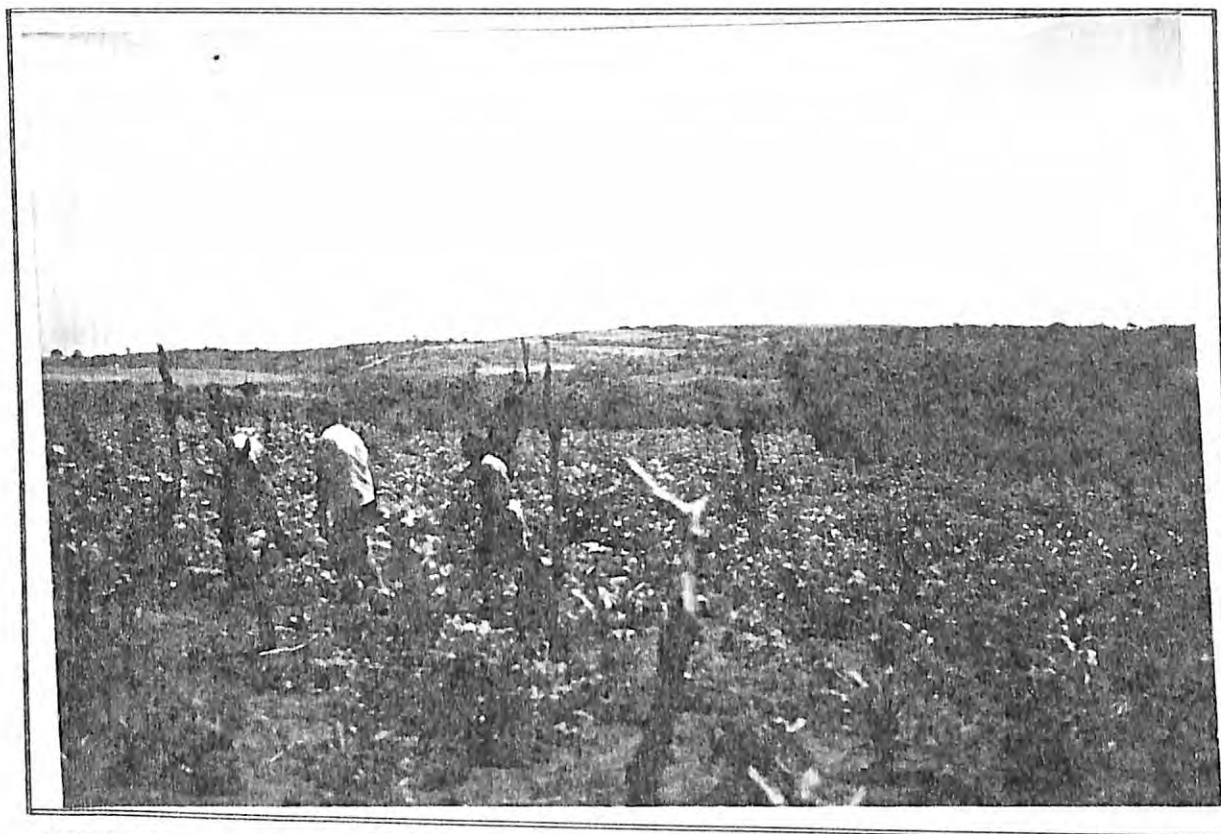


FOTO Nº 15 - No roçado observa-se um pouco de feijão, melancia, abóbora e milho em meio à predominante plantação de mandioca e macaxeira.



FOTO Nº 16 - Na colheita, a mandioca é acondicionada em caçuás.



FOTO Nº 17 - Os caçuás são colocados sobre o animal e a mandioca é transportada para a casa de farinha.

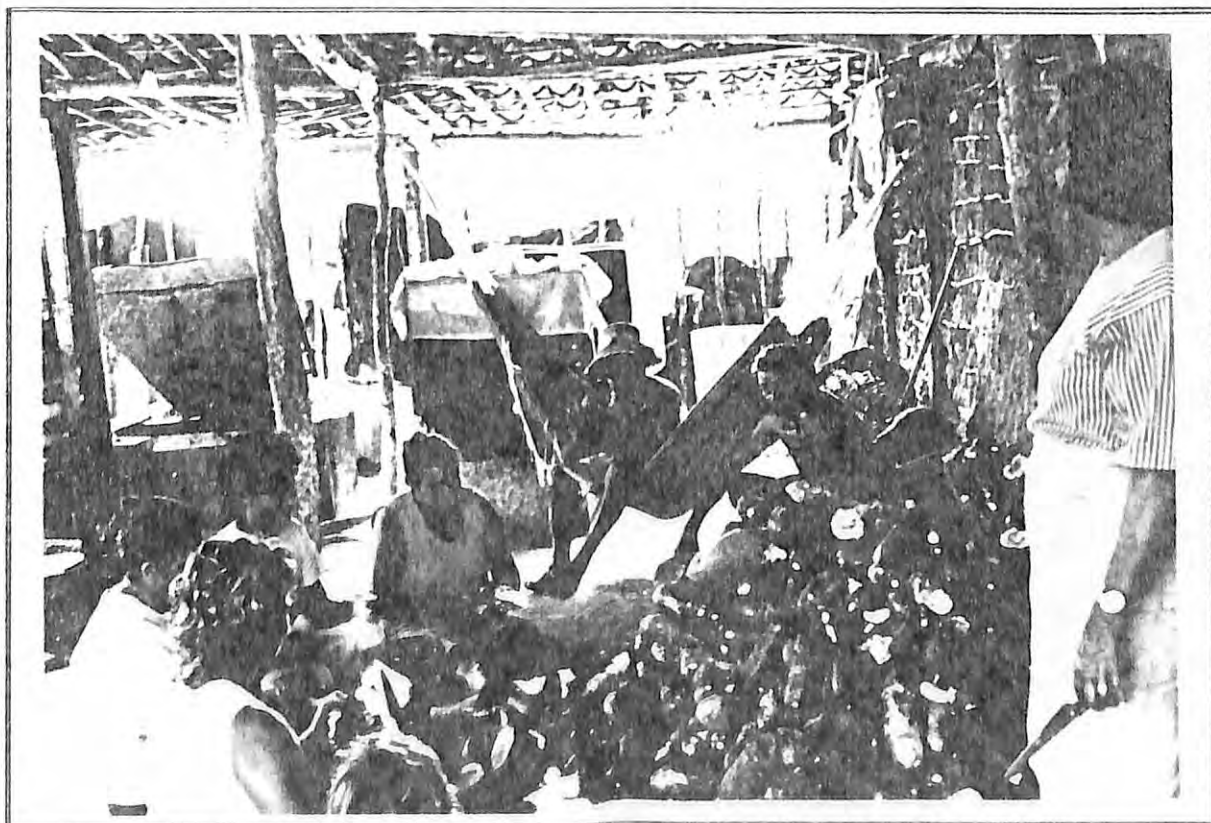


FOTO Nº 18 - Na casa de farinha, a mandioca é "rapada" (descascada) pelas mulheres da comunidade.

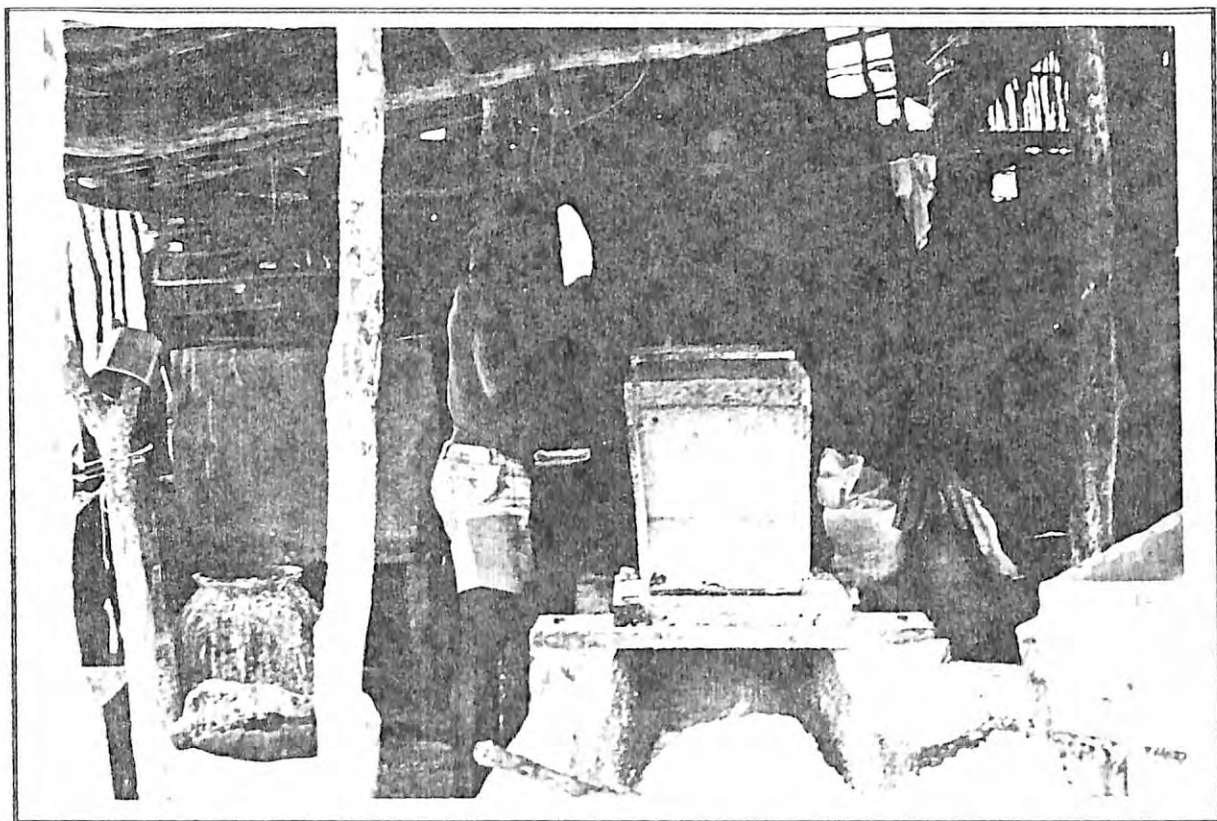


FOTO Nº 19 - Uma vez descascada, a mandioca é moída, operação efetuada com a ajuda de uma trituradora acionada por um motor.



FOTO Nº 20 - Menina lavando a massa de mandioca para tirar a goma.

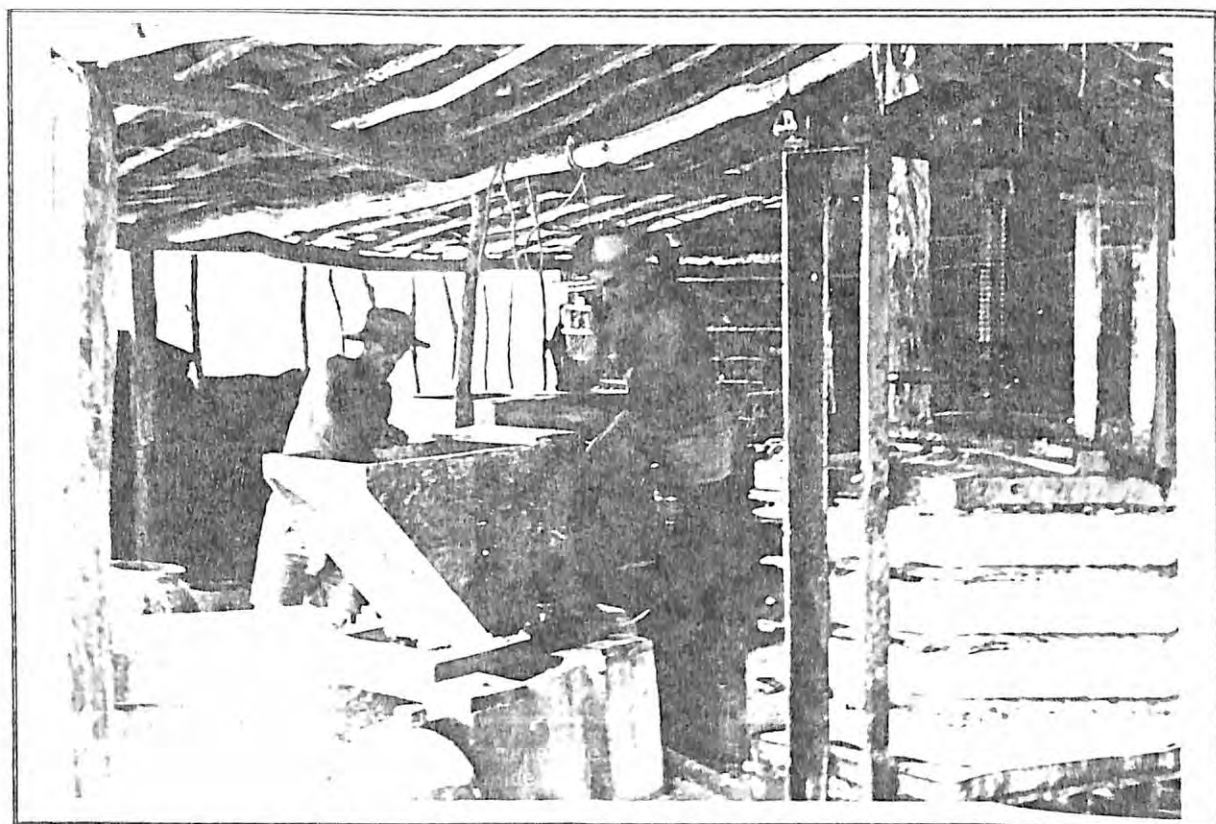


FOTO Nº 21 - A mandioca já moída é colocada na prensa para facilitar a saída da manipuera, substância da mandioca que é venenosa.



FOTO Nº 22 - Depois de espremida, a massa de mandioca já paneirada é colocada no forno construído com ladrilhos, onde é cozida.



FOTO Nº 23 - A farinha é acondicionada em sacos de algodão para ser transportada para casa.

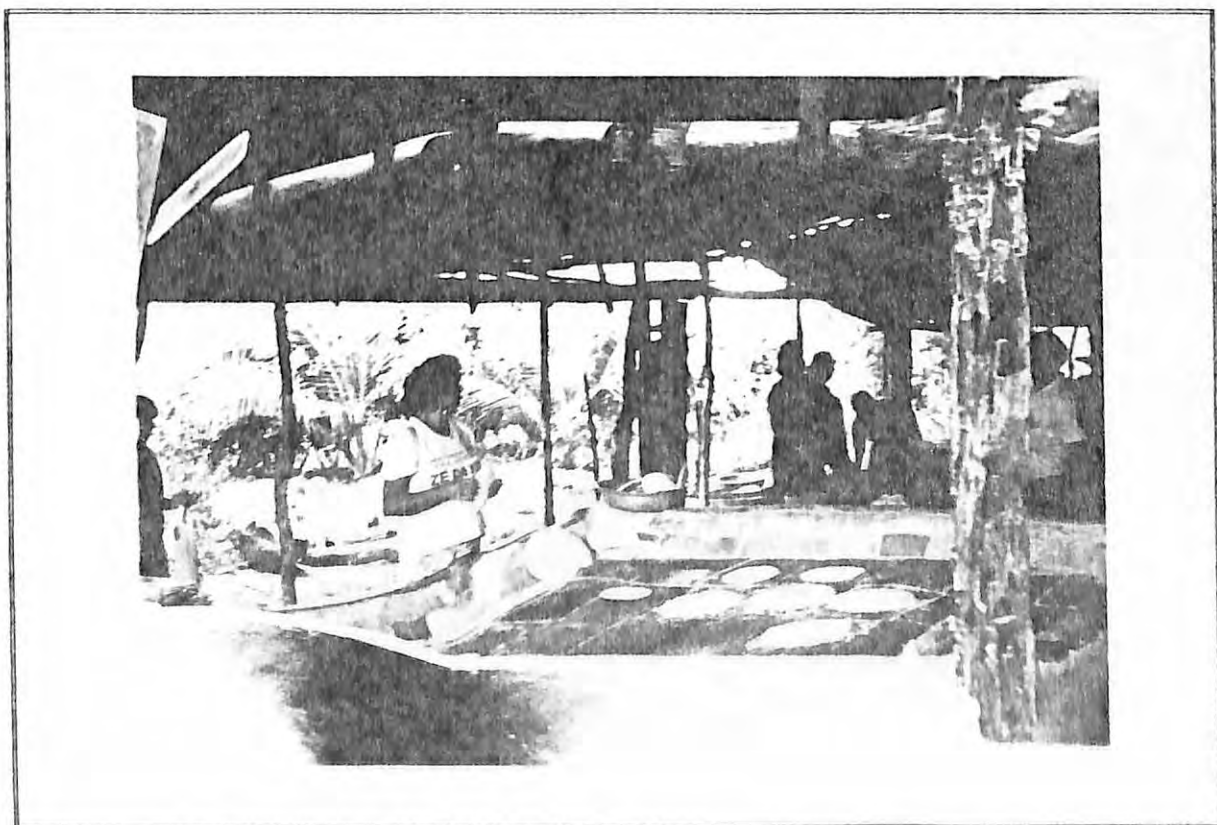


FOTO Nº 24 - Mulheres assando tapioca e beijus.



FOTO Nº 25 - Do coco, aproveita-se tudo.



FOTO Nº 26 - É usado para temperar o peixe, para fazer o "Grude" e para molhar tapioca.



FOTO Nº 27 - Após a raspagem do coco, as crianças comem o que sobrou na "Quenga".



FOTO Nº 28 - Uma carvoeira em meio à mata atlântica.

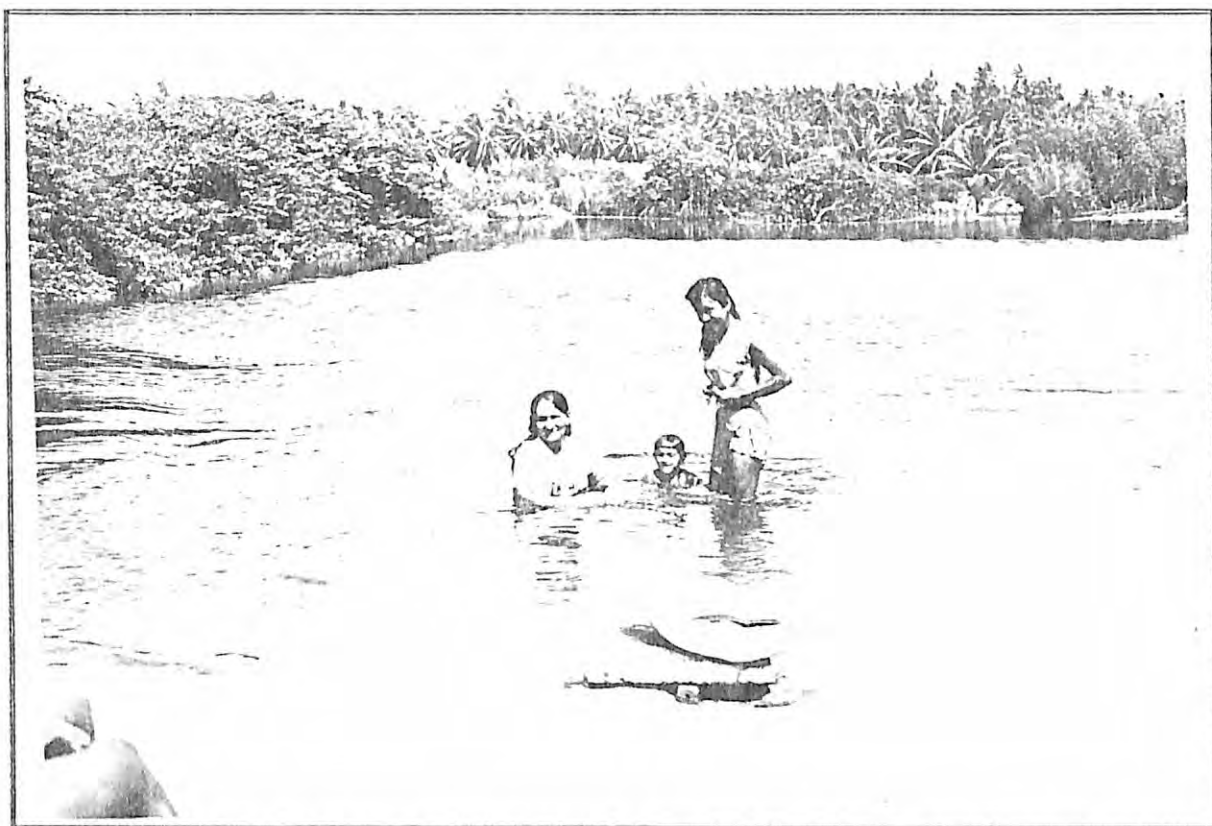


FOTO Nº 29 - Apesar de poluída, a Lagoa do Lodo ainda é muito importante para os nativos da comunidade.



FOTO Nº 30 - Não tendo água encanada, usa-se potes de barro para acondicionar água.

QUADRO 1 - Caracterização da infra-estrutura das condições de vida da população da Barra de Tabatinga.

Temática	Barra de Tabatinga		
nº de casas dos nativos	80		
nº de pessoas por casa (média)	5 a 6		
nº de jangadas	5		
nº de barcos a motor	-		
Infra-estrutura/serviços	3 bodegas 1 escola 1 creche	1 chafariz 1 posto da Telern 1 clube municipal	7 restauran-tes
Estrutura da terra	Terra adquirida pela posse		
Atividades fontes de renda	pesca pequeno comércio construção civil construção de jangada		
Ocupação do espaço	restaurantes e algumas casas e bodegas construídas as margens da estrada		
Estrutura sanitária e água	condições mínimas de saneamento e quase todas as casas tem sanitário com um tanque de água ao lado. Água de beber/cacimba e chafariz e não usam filtro.		
Lazer	caçaça jogos de cartas	dança futebol	banho de lagoa e mar

FONTE: Pesquisa de Campo.

QUADRO 2

Informantes	Onde Plantaram				
	A	B	C	D	E
F1	X	X		X	
F2	X				
M1	X	X			
M2		X			
M3					
M4		X			
M5	X	X		X	
M6		X			
M7	X	X		X	
M8	X	X		X	X
M9	X				
M10		X			
M11		X		X	
M12			X		
M13	X				
M14		X			X
M15		X			
M16		X		X	

- F1 - Maria Carneiro da Silva (Maria do Grude)
- F2 - Maria Marcionila da Conceição (Maria Velha)
- M1 - Luiz Emiliano da Silva
- M2 - João Maria da Silva
- M3 - Edinaldo Emiliano da Silva
- M4 - Hernandes Emiliano da Silva
- M5 - Cridenor Emiliano da Silva
- M6 - Severino Emiliano da Silva
- M7 - José Emiliano da Silva
- M8 - João Emiliano da Silva
- M9 - Arlindo Emiliano da Silva
- M10- Marivaldo Emiliano da Silva
- M11- José Julião da Silva
- M12- "Didi"
- M13- Nazareno Emiliano da Silva
- M14- "Ze da Viúva"
- M15- Altamir Emiliano da Silva
- M16- José Julião dos Santos

- A - Plantou em terra própria
- B - Plantou em terras dos herdeiros
- C - Plantou em terras do com padre
- D - Plantou em terras alheias
- E - Plantou em terras antes próprias e agora alienadas

FONTE: Pesquisa de campo.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Raoul e Cato Wadel (eds)

- 1972 "North Atlantic Fishermen: Anthropological Essays on Modern Fishing", memorial University of Newfoundland.

AUGÊ, Marc

- 1975 "Os Domínios do Parentesco", Perspectiva do homem, edições 70. São Paulo.

ABERLE, David

- 1965 "A note on relative deprivation theory as applied to millenarian and other cult movements" in, Lessa e Vogt, eds., Reader in Comparative Religion. New York: Harper.

AGUIAR, Severino

- 1965 "Mudanças em um Grupo de Jangadeiros de Pernambuco", Recife, Imprensa Universitária.

ANDRADE, G. O.

- 1955 "Itamaracá, contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana". Recife, Ed. da Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco.

AMORIM, Paulo Marcos de

- 1970 "Índios Camponeses", Revista do Museu Paulista, vol. XIX, n.s. São Paulo, SP.

BECK, Anamaria

- 1989 "Lavadores e Pescadores", Anais do 2º Encontro das Ciências Sociais e o Mar no Brasil - Programa de Pesquisa e Conservação

de Áreas Úmidas, USP.

BERLINK, M. T. e HOGAN; Daniel J.

1978 "Adaptação da população e "Cultura da Pobreza na Cidade de São Paulo: marginalidade social relações de classes?" in Kowarick, L. (org.) Cidade - Usos e Abusos. São Paulo: Brasiliense.

BERRIEN, Kenneth

1968 "General and Social Systems", Rutgers University Press. New Jersey.

BINFORD, Lewis R.

1972 "A Archaeological Perspective". New York, Seminar Press.

BUTZER, K.

1982 "Archeology as Human Ecology", Cambridge, University Press, (versão espanhola, ediciones Bellaterra).

BRANNER, J.C.

1904 "The Stone Reefs of Brazil Their Geological and Geographical Relations with a chapter on the coral reefs. Bulletin Harvard College, Geological séries, Cambridge, 44 (7) p. 285.

BRASIL, João Pompeu de Souza.

1973 "Apontamentos para o estudo do Campesinato Pescador Nordestino", Revista de Ciências Sociais, vol. IV, nº 02, p.5-18, Fortaleza-UFC.

BREJON, Y. e Marie F. LABRECQUE

1982 "La Pêche, L'Agriculture et L'Artisanat à la Paysannerie Maya, Les Presses de L'Université Laval, Quebec.

BRIM, John, e David H. Spain

- 1974 "Research Design in Anthropology: Paradigmas and Pragmatics in the Testing of Hypotheses". New York: Holt, Kinehart & Winston.

CÂNDIDO, A.

- 1982 "Os Parceiros do Rio Bonito", Livraria Duas Cidades, 6ª ed., São Paulo.

CASCUDO, Luiz da Câmara.

- 1957 "Jangada" (uma pesquisa etnológica) Min. da Educ. e Cultura. Serv. de Documentação. Dep. Imp. Nac. - Rio de Janeiro.

CORDELL, J.

- 1989 "A Sea of Small Boats", Cultural Survival Inc.

CHAVES, Zélia Dotróvia de Medeiros.

- 1978 "Mudanças Sócio-Econômicas na Comunidade Pesqueira de Pirangi do Norte", Natal/RN: Trabalho apresentado como monografia para o curso de Especialização em Antropologia Social, UFRN.

CHAYANOV, A.

- 1966 "Theory of Peasant Economy". Illinois, The American Economic Association.

CHERNELA, Janet M.

- 1986 "Pesca e Hierarquização Tribal no Alto Uaupés". p. 235-300
In: Berta Ribeiro (org). in SUMA Etnológica Brasileira vol. I
Etnografia, Petrópolis, Vozes.

DIEGUES, Antonio Carlos S.

1983 "Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar". São Paulo: Ática.

1989 "Tradição e Mudança nas comunidades de Pescadores do Brasil", Anais do 2º Encontro das Ciências Sociais e o Mar no Brasil - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Umidas, USP.

ESPINAL, Joana Lúcia Rios.

1981 "A Casa de Farinha e sua Organização Social", UFPE, Recife - Pernambuco.

EVANS, Pritchard, E.E.

1978 "Os Nuer", Perspectiva, São Paulo.

FIRTH, Raymond.

1964 "Malay Fisherman: Their Peasant Economy". London: Routlodge e Kegan Paul, 2 ed.

1974 "Elementos de Organização Social". Rio de Janeiro, Zahar Editores.

FILHO, Ovidio de Abreu.

1982 "Parentesco e Identidade Social" in Anuários Antropológicos 80 edições. UFC.

FOSTER, George M.

1967 "What is a Peasant? In: Peasant Society a Reader. Boston: Little, Brown, p. 2-13.

FORMAN, Shepard.

- 1970 "The Raft Fishermen: Tradition and Changing in the Brazilian Peasant Economy", Indiana University Press.

GARCIA, Afrânio Raul.

- 1983 "Terra de Trabalho": Trabalho familiar de pequenos produtores.
Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARDA, Louis Martins.

- 1983 "A Família e Mudança Social", Tese de Mestrado - UFRN, Natal-RN.

GODELIER, Maurice

- 1981 "Antropologia" in Edgard de Assis Carvalho (org.), São Paulo, Ática (grandes cientistas sociais).

GUERRA, A. T.

- 1969 Dicionário Geomorfológico. 3 ed. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, p. 43.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota.

- 1982 "O Mito das Estratégias de Sobrevivência", Fortaleza, UFC.

HARRIS, Marvin.

- 1968 "Materialismo Cultural: Ecologia Cultural" in: The Rise of Anthropological Theory, Thomas Crowell, New York.
- 1979 "Cultural Materialism". The Struggle for a Science of culture.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de.

- 1979 "A Morada da Vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil", Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HEWES, Gardon W.

- 1948 "The Rubric 'Fishing and Fisheries' American Anthropologist", Vol. 50, nº 2, p. 238-246.

INCAO, Maria Conceição de.

- 1976 O "Boia Fria": Acumulação e Miséria. Petrópolis, Vozes, 3 ed.

LOMBARDI, José C. & NAKAMURA, Miguel.

- 1981 Organização Social da Produção dos Índios Kaingang e Guaraní de Mangueirinha: Uma contribuição à discussão da Problemática Agrária, Limeira, São Paulo. Tese de Pós-Graduação em Sociologia Rural.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes.

- 1992 "Caíçaras, Migrantes e Turistas: A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião - Distrito de Meresias). Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

LOFGREN, Orvar.

- 1979 "Marine Ecotypes in Preindustrial Sweden, R. Andersen (ed.).

MALDONADO, Simone C.

- 1989 "A Caminho das Pedras", Anais do 2º Encontro das Ciências Sociais e o Mar no Brasil - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas, USP.

1986 "Pescadores do Mar". São Paulo, Ática.

MALDONADO, Simone C.

s.d. "Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima". Brasília, DF, Tese de doutorado.

MARTINS, José de Souza.

1986 "Não Há Terra Para Plantar Neste Verão", Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

MEDEIROS, Tarcísio.

1973 "Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte", Natal, Imprensa Universitária.

MILLER, Tom O.

1978 "A Sociedade Humana e o seu Meio Ambiente" in: Antropologia como Ciência - offset. UFRN.

1983 Plano Geral de Pesquisa: Estudos Etnográficos e de Aplicação em uma comunidade de pesca artesanal do Rio Grande do Norte.

1991 Epistemologia e Ética nas Ciências Antropológicas. Natal/RN, Editora Universitária - UFRN.

MILLER, Tom O. et alii.

1988 "A crise da Pesca Artesanal no Rio Grande do Norte". Natal/RN, UFRN.

MILLER, Francisca de Souza.

- 1991 "A Padroeira Esquecida: Ideologia e Ritual no contexto de Mudança Sócio-Cultural numa comunidade de Campesinato pescador no Rio Grande do Norte, Mossoró/RN, URRN. (no prelo).

MOLLAT, Michel.

- 1979 "Les attitudes des gens de mete devant le danger et devant la mort, *Ethnologie Française* IX (2).

MOTTA, Roberto.

- 1979 "O Povoado de Suape: Economia Sociedade e Atitudes". In Revista Pernambucana de Desenvolvimento, 6/2, p. 209-47.

MOURA, Margarida Maria.

- 1988 "Os Deserdados da Terra", Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MOURA, Maria da Conceição de Almeida et alii

- 1991 "A Potencialidade Pesqueira da Lagoa do Piató - Assú/RN - Relatório Final - Volume II - Segmento Sócio-Econômico - (no prelo) - Natal/RN.

NEMEC, Thomas.

- 1972 "I Fish with my Brother", R. Andersen e C. Wadel (eds).

OLIVEIRA, Maria Inês Mendonça de.

- 1978 "Os 'Recifes' de Natal", Recife/PE.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.

- 1976 "Identidade, Etnia e Estrutura Social", São Paulo, Pioneira.

OLIVEIRA, Lygia Estevão de.

1966 "Socialização em uma Comunidade de Praia". Recife-PE. Imprensa Universitária.

OTTMANN, F.

1960 Une Hypothese Sur L'origine des "arrecifes" du Nord-Est bresilien. Comptes Rendus Semmaires de la Société Geologique de France, Paris, p. 175-176.

QUEIROZ, Maria Isaura de.

1973 "O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil". Petrópolis, Vozes.

RAPPAPORT, Kay A.

1971 "El Flujo de Energia em uma sociedade agrícola" in: Biologia y Cultura Introducion a la Antropologia - Biologia y Social, Scientific American.

REDFIELD, Robert.

1949 "A Sociedade de Folk e a Cultura", in Donald Pierson, ph. D. (org) Estudos de Organização Social, p. 566-577.

RIVERS, W.H.R.

1960 "O Método Genealógico de Pesquisa" in, Roque de Barros Laraia, (org), Organização Social, p.26-38. Rio de Janeiro: Zahar.

SAHLINS, Marshall.

1974 "Sociedades Tribais". Zahar Editores, Rio de Janeiro.

SERVICE, Elman R.

1971 "Os Caçadores", Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SILVA, Tânia Elias Magno da.

- 1989 "Os Pequenos Pescadores, Trabalhadores para o Capital", Anais do 2º Encontro das Ciências Sociais e o Mar no Brasil - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas, USP.

SIGAUD, Lygia.

- 1979 "Os Clandestinos e os Direitos: estudos sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco: São Paulo: Duas Cidades.

SIDERSKY, Pablo R.

- 1989 "Mercado e Reprodução da Unidade Camponesa: estudo de caso sobre pequenos produtores de abacaxi da Paraíba, Campina Grande, PB, Tese de Pós-Graduação em Sociologia rural.

SMITH, M. Estellie.

- 1977 "Don't call my ship a boat, Anthropological Quarterly.

SUAREZ, Maria Tereza S. de Melo.

- 1977 Cassacos e Corumbas, Ática, São Paulo.

SUDENE

- 1983 Boletim Interno do Mercado Exterior. (3) nº 1, Jan.

SOUZA, Itamar de & FILHO, João Medeiros:

- 1988 "Seca do Nordeste um Falso Problema", Vozes Ltda., Petrópolis, RJ.

STEWART, Julian

- 1955 Theory of Cultural Urbana, University of illinois.

VIERTLER, Renate Brigitte.

1988 Ecologia Cultural: uma antropologia da mudança. São Paulo, Áti
ca.

WILLEMS, Emílio & MUSSOLINI, Gioconda.

1952 "Búzios Island", Seattle, University of Washington.

WOLF, Eric.

1976 Sociedades Camponesas, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

KAPLAN, David & MANNERS, Robert A.

1975 "Teoria da Cultura". Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DOAÇÃO	BC / PIV
ENTIDADE.	
VALOR	CR\$ 10.000,00
DATA	25/03/93

R\$ 30,00

Miller, Francisca de Souza

A organização social de uma comunidade de pescadores-agricultores do litoral sul do Rio Gr
39/M647o

(299/93)